

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MANUELA STEIN DA SILVA BARBOSA

**AS POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS
CENTROS DE MÃES INTERNACIONAIS**

Goiânia-GO
2014

MANUELA STEIN DA SILVA BARBOSA

**AS POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS
CENTROS DE MÃES INTERNACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Linha de Pesquisa: Estado e Instituições Políticas

Goiânia-GO
2014

MANUELA STEIN DA SILVA BARBOSA

**AS POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS
CENTROS DE MÃES INTERNACIONAIS**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Denise Paiva Ferreira (PPGCP/UFG)
Orientadora

Profa. Dra. Flávia Biroli (PPGCP/UnB)
Membro titular

Profa. Dra. Marta Rovey Souza (PPGS/UFG)
Membro titular

Prof. Dr. João C. Amoroso. Botelho (PPGCP/UFG)
Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao apoio de meu marido e da minha família, que me motivaram e me possibilitaram realizar esta pesquisa.

Agradeço também ao acompanhamento intenso e de confiança da minha orientadora, Denise Paiva Ferreira, e dos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da UFG.

Meu grande agradecimento também para todas as mulheres dos Centros de Mães e às coordenadoras da rede Internacional Mine, que participaram das entrevistas e me apoiaram para poder realizar as viagens para esta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho disserta em torno da ideia da participação de cidadãos na elaboração da agenda de políticas públicas, concentrando-se nas experiências de mulheres de Centros de Mães. Num estudo de caso comparativo entre Centros de Mães de sete países diferentes, analisou-se como as mulheres de Centros de Mães, com contextos históricos, geográficos e político-sociais diferentes, participam politicamente, por meio destes, em âmbito local e nacional, considerando que nas sociedades pluralistas globalizadas, em diferentes lugares do mundo, existem linhas de conflito parecidas: a luta contra o isolamento, a alienação, o anonimato, o crescimento da violência, o fundamentalismo, a falta de perspectiva para jovens na sociedade e de cidadãos proativos na sociedade. A pesquisa se baseia nas experiências práticas das mulheres dos Centros de Mães e em suas percepções sobre sua participação política em suas comunidades. A análise da pesquisa foi realizada através de um marco teórico amplo sobre a participação política participativa e as teorias sobre o Capital Social (entre os autores: Miguel, 2003; Borba, 2012; Castro e Novaes, 2002; Norris, 2007; Phillips, 1995; Putnam, 2006). Assim, a pesquisa pretende explicar o impacto democrático das formas de participação política que as mulheres procuram e os processos internos que geram efeitos positivos na participação ativa das cidadãs. O estudo mostra como, em vários países, a agenda política e social foi influenciada pelas propostas políticas que surgiram dos Centros de Mães e como estes constituem espaços intermediários e institucionalizados entre os cidadãos e o governo, construindo pontes de comunicação para a transmissão de interesses e preferências políticas.

Palavras-chaves: Participação política, Representação política, Capital Social, Mulheres

ABSTRACT

This research dissertates on the idea of citizens' participation at the elaboration of the public political agenda and is based on experiences from women of Mother Centers, it is a case comparative study among Mother Centers of seven different countries. We analyze, how women of Mother Centers with different historic, geographic and social-political backgrounds participate in politics at the local and national level, considering, that in pluralist and globalized societies in different places of the world, exist similar conflict lines: the fight against isolation, alienation, anonymity, growing violence, fundamentalism, the lack of perspectives for young people in society and of proactive citizens at society. The research is based on the practical experiences of women of Mother Centers and on their perceptions about their political participation at their communities. The analysis of the research is based on a wide theoretic approach of political participation and theories on Social Capital (amongst others: Miguel, 2003; Borba, 2012; Castro e Novaes, 2002; Norris, 2007; Phillips, 1995; Putnam, 2006). In this way, the research intends to explain e the democratic impact of of political participation of the women in Mother Centers as well as how this processes generates positive effects for the active participation of citizens. The study shows, how in different countries, the political and social agenda has been influenced by the political proposes which had surged from the Mother Centers and how they constitute intermediate and institutional links between citizens and the government, by building communication bridges for the transmission of interests and political preferences.

Key-words: Political Participation, Political Representation, Social Capital, Women

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – OS CENTROS DE MÃES: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO	14
1.1 ENCONTROS ABERTOS E AUTODETERMINADOS	17
1.2 ENCONTRO ABERTO PARA TODOS	19
1.3 TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	20
CAPÍTULO 2 – ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	24
2.1 AS NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	29
2.2 MULHER E IGUALDADE POLÍTICA	32
2.3 MOVIMENTO DE MÃES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	35
2.4 O CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	36
CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DESENHO DA PESQUISA	40
3.1 CENTROS DE MÃES INTERNACIONAIS: COMPARAÇÕES E DIFERENÇAS	42
3.2 OBSERVAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E VISITA AOS CENTROS DE MÃES.....	45
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS CENTROS DE MÃES INTERNACIONAIS	48
4.1 OS CENTROS DE MÃES DA ALEMANHA E DA ÁUSTRIA	48
4.1.1 Fundação de Centros de Mães e Estruturas de Rede	48
4.1.2 Áustria: Implementação de Pensamento Preventivo na Formação de Pais	50
4.1.3 Os Centros de Mães e de Famílias da Alemanha	52
4.1.3.1 <i>Estudo de caso: Fórum de Mães (Stuttgart, Alemanha)</i>	52
4.1.3.2 <i>Estudo de caso: Centro de Mães e Famílias Poing (Munique)</i>	58
4.1.4 Resultados da Comparação da Participação Política Alemanha e Áustria.....	61
4.2 OS CENTROS DE MÃES DO LESTE EUROPEU: A REPÚBLICA TCHECA, A ESLOVÁQUIA E A HUNGRIA.....	63
4.2.1 A Rede Nacional dos Centros de Mães na República Tcheca.....	65
4.2.2 A União Nacional de Centros de Mães da Eslováquia.....	70
4.2.3 Estudo de Caso: O Centro de Mães “Holdam Ucvár” (Miskolc, Hungria).....	74
4.3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E OS CENTROS DE MÃES DA ARGENTINA E DA BÓSNIA	78
4.3.1 O Centro de Mães e Famílias Villa Independência Suárez, Argentina	79
4.3.2 Os Centros de Mães da Bósnia	85
CONCLUSÕES	89

REFERÊNCIAS	92
APÊNDICES	96
APÊNDICE A – Tabelas	97
APÊNDICE B – Questionário	99

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a participação política de mulheres-mães a partir de Centros de Mães de vários países, concentrando-se em sua contribuição em relação à elaboração da agenda política. Assim, a pesquisa procura contribuir para a ampliação do conhecimento sobre as possibilidades de participação política, a partir de múltiplos grupos sociais e identidades que intentam colocar suas demandas e propostas na agenda política. Ao analisar o trabalho das mulheres de Centros de Mães, esta dissertação investiga as formas de participação política procuradas por elas, com o objetivo principal de melhorar sua vida e de suas crianças e os impactos que essa participação tem nas comunidades e na própria vida das mulheres.

Anteriormente a este trabalho já existiam pesquisas sociológicas da coidealizadora e cofundadora do primeiro conceito de Centros de Mães na Alemanha, Monicka Jaeckel (2007), baseado nas primeiras experiências de mulheres dos primeiros Centros de Mães, para provar a prática e a função social dos centros na vizinhança. O impacto positivo de Centros de Mães na vizinhança e o trabalho de suporte solidário entre os Centros de Mães Internacionais, coordenado pela rede internacional *Mother's International Network for Empowerment* (Mine) já foram aprovados e premiados, inclusive com o prêmio internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) para a *Best Social Praxis*, por exemplo. Em 2012, foi publicado um estudo de efeito no campo da Ciência de Educação da Universidade de Tübingen. Nesse estudo aprovam-se os Centros de Mães como os lugares com os melhores encontros abertos, que favorecem positivamente a integração e a participação de seus visitantes.

A ideia de realizar uma pesquisa comparativa a partir do campo da Ciência Política surgiu por uma percepção compartilhada – entre as mulheres ativas de Centros de Mães de países distintos de que – nas diferenças entre as realidades políticas e sociais das mulheres que criaram Centros de Mães e Famílias em seus países, existem também semelhanças em relação aos impactos sociais e políticos que surgem dos trabalhos e atividades nas comunidades.

Essa percepção tem sua base também na observação realizada na vida pessoal da pesquisadora, primeiro pela própria convivência com sua mãe, que participou de um dos primeiros Centros de Mães e Famílias na Alemanha, nos anos 1980, e, segundo, por meio de trabalho prático e participação ativa, durante um período de quatro anos, no processo de fundação do primeiro Centro de Mães na província de Buenos Aires, Argentina. Ao comparar

os Centros entre si, percebemos que esse trabalho cria dinâmicas de participação políticas nas mulheres e na própria comunidade dos Centros de Mães, porém, faltava analisar essas percepções a partir de uma ótica investigativa e científica. O grande desafio foi encontrar um caminho metodológico para este estudo, que se concretizou ao longo de sua realização, a partir de percepções subjetivas, da observação, coleta de dados e informações dos diálogos abertos entre as mulheres ativas, iniciadoras e coordenadoras de Centros de Mães dos países participantes.

Antes de iniciar esta pesquisa era sabido que existem várias histórias de mulheres de Centros de Mães que iniciaram carreiras políticas a partir de seu trabalho nos Centros, sendo seu ativismo nestes também uma atividade política. Ademais, se reconhecia que as reivindicações articuladas a partir de Centros de Mães eram demandas políticas e que o trabalho ativo dos Centros de Mães nas comunidades tinha impactos políticos. Em alguns países, esta atuação e articulação política estiveram claras e visíveis por meio das relações políticas e de cooperação entre os Centros e os governos locais e nacionais. Em outros países, a articulação política das mulheres de Centros de Mães estava num processo inicial e mais silencioso, mostrando-se pela organização e mobilização de ações parciais, ou simplesmente na conscientização social e política de suas integrantes, conforme se demonstrará mais adiante.

Nesse contexto, surgiu a intenção de avaliar melhor a influência dos Centros de Mães na participação política das mulheres e no fortalecimento da sociedade civil de suas comunidades, bem como de mostrar os caminhos específicos de participação buscados por elas para influenciar a agenda política. Foi um dos objetivos específicos verificar as relações (de poder) entre as mulheres e os governos em busca de participação e de serem atendidas suas reivindicações políticas. Outro objetivo específico era procurar as semelhanças e as diferenças da participação política entre os Centros de Mães de países diferentes e as diferenças existentes por conta da diversidade dos países em termos históricos, culturais, étnicos, religiosos e mesmo entre as mulheres.

Para entender este trabalho é importante destacar que grande parte das participantes mulheres de Centros de Mães se definiu como não sendo política – pelo menos até o ponto de envolver-se mais com um Centro de Mães –, pois muitas delas não reconhecem seu trabalho como um ato político. Por isso, a pesquisa pretendia também, pela integração das participantes voluntárias e no intercâmbio aberto de experiências das mulheres, gerar uma autorreflexão delas próprias sobre seu trabalho político e o impacto deste para suas

comunidades, para o fortalecimento da sociedade civil e da qualidade democrática de seus governos.

Para iniciar a pesquisa, foi imprescindível a colaboração e o suporte da rede internacional de Centros de Mães “Mine” (*Mother’s Internacional Network for Empowerment*), que ajudou a convocar as mulheres de Centros de Mães de vários países para uma participação voluntária neste estudo e possibilitou a realização de visitas aos Centros de Mães de vários países. Como resultado dessas múltiplas convocações, os Centros de Mães e as coordenadoras de sete países se dispuseram a servir de base para a coleta de dados deste trabalho, sendo as mulheres participantes provenientes da Alemanha, da Argentina, da Áustria, da Bósnia, da Eslováquia, da Húngria, da República Tcheca.

Todos os países pesquisados são europeus, com exceção da Argentina. Isso se explica, primeiro, porque os Centros de Mães foram fundados, inicialmente, na Europa (e nos Estados Unidos), e, depois, porque os Centros de Mães nos outros continentes eram, para esta pesquisa, devido a limitações de tempo e de recursos, de acesso mais difícil. Em relação à Argentina, ela foi acoplada ao estudo como um exemplo de fundação de um Centro de Mães fora da realidade europeia e como primeiro e único na América Latina vinculado à rede internacional de Centros de Mães, para ver as possibilidades de cooperação e o suporte internacional que tal rede pode oferecer para as novas fundações em realidades distintas. Ao final da pesquisa, descobriu-se que existe pretensão de construir Centros de Mães no Brasil, em um futuro próximo.

Ao analisar e comparar as formas e os processos diferentes de participação política das mulheres desses Centros de Mães em distintos países foi possível entender sua contribuição para a participação das cidadãs e para o fortalecimento da sociedade civil e da democracia. O estudo busca responder como os Centros contribuem para produzir um Capital Social, que pode servir para a elaboração de políticas públicas mais eficientes e legítimas. A pergunta que o estudo procura responder é os Centros de Mães se constituem em um locus de produção de Capital Social e de demandas para a agenda pública e organização de preferências políticas?

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. O capítulo 1 apresenta os Centros de Mães, suas origens e seu desenvolvimento, bem como suas pautas principais, que os definem como lugares de encontro aberto e autodeterminado, um encontro aberto para todos, sem discriminação de cultura, classe, raça ou religião, e pelas possibilidades que eles oferecem a favor de transferência de conhecimento e da participação de suas integrantes. Este capítulo inicial tem a intenção de ajudar a entender melhor o que é um Centro de Mães e como este se

diferencia de outras instituições sociais que trabalham em campos similares, com mulheres, mães, crianças e famílias. Portanto, explicar as diferenças deste com instituições como creches ou Casas de Mulheres é necessário para compreender o impacto dos Centros de Mães para a qualidade de participação de seus visitantes.

No capítulo 2, apresentamos o referencial teórico da pesquisa, tendo abordado os temas participação e representação política, fundamentais para esta pesquisa. Foram selecionados os autores que nos permitem diferenciar as várias formas e definições de participação política, considerando que existem muitas maneiras “novas” e formas contemporâneas de participação política, além das formas clássicas, que se manifestam simplesmente por meio de eleições ou da participação em um partido ou em uma organização política formal. Esta ampla definição de participação política foi importante para reconhecer as atividades e as ações de envolvimento cívico das mulheres como uma maneira de participação política.

Ainda, se discutem, no segundo capítulo, as teorias de gênero e a igualdade das mulheres na política, com vistas a contextualizar e definir suas experiências com a política e suas dificuldades no acesso à participação política. O terceiro ponto do segundo capítulo aborda, especialmente, o movimento de mães e de Centros de Mães e a participação política, assim como quais foram os movimentos iniciais das mulheres para fundá-los.

A quarta parte do capítulo 2 nos conduz à teoria principal usada para explicar os efeitos dos Centros de Mães nas mulheres em relação à participação política, especificamente o Capital Social, que definimos como um produto social do trabalho e da convivência das mulheres nos Centros. Foram selecionadas teorias sobre o Capital Social para poder denominar os resultados que surgem dessa convivência sobre suas atitudes e valores, os processos democráticos no trabalho interno que elas vivem, o fortalecimento da sociedade civil que elas apoiam, e o seu envolvimento cívico e o conhecimento que elas devolvem para a comunidade. Usamos o Capital Social, também, para colocá-lo como um produto com valor para o funcionamento de uma democracia com uma alta participação política dos cidadãos.

O capítulo 3 apresenta os procedimentos metodológicos aplicados nesta pesquisa. A pesquisa qualitativa foi a modalidade escolhida com base na participação ativa das mulheres de Centros de Mães pela realização de visitas aos Centros de sete países diferentes. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em profundidade individuais e também em rodas de experiência com as mulheres em grupo. O objetivo foi capturar as experiências das

mulheres e suas próprias percepções sobre sua participação política e o impacto dos Centros de Mães nesta participação.

Além disso, se buscou gerar certa base de dados quantitativa por meio da aplicação de questionários para que fosse possível conseguir uma visão mais detalhada do perfil sociodemográfico das mulheres participantes dos Centros de Mães e, também, para supervisionar suas atividades e sua participação política e social, para que estes resultados sejam vizibilizados em números e com percentuais. Apesar desse levantamento de dados, o núcleo desta pesquisa se concentra no método qualitativo, devido às dificuldades de gerar dados quantitativos por causa da irregularidade de números de participação de Centros de Mães dos distintos países que integram esta pesquisa. Tal irregularidade se deve à participação voluntária destas, e, ainda, ao fato de que em cada país há quantidades diferentes de Centros: por isso, a participação de mulheres foi diversa entre os países.

O último capítulo apresenta os resultados do trabalho e a análise comparativa entre os Centros de Mães Internacionais dos sete países participantes da pesquisa. Para estruturar essa comparação, dividimos os países em três subgrupos, determinados pelo ano de fundação dos centros, por região no mapa mundial e pelo tipo de cooperação que caracteriza a relação internacional destes com Centros de Mães em outros países no processo de sua fundação. O primeiro grupo caracteriza-se pelas primeiras fundações independentes de Centros de Mães, nos países do Oeste Europeu, como nos Centros de Mães da Alemanha e da Áustria, por exemplo, fundados nos anos 1980. No segundo grupo, foram colocados os de países do Leste Europeu, os quais são resultado de uma onda de fundações espontâneas nos anos 1990, após transições de regimes políticos comunistas a regimes políticos democráticos naquela região. No terceiro grupo estão Bósnia e Argentina, por serem exemplos para a cooperação internacional de Centros de Mães na construção de Centros e pela ajuda financeira solidária pelas entidades de outros países.

Esta dissertação é o resultado de um intercâmbio de experiências práticas de mulheres de sete países, que criaram Centros de Mães (e de Pais e Famílias) em tempos e contextos políticos e sociais diferentes. São mulheres que conviviam em um deles, que os conheceram à procura de um lugar de encontro aberto para elas e suas crianças, em busca de suporte familiar em uma situação de crise, ou simplesmente para escapar do isolamento da casa durante a maternidade. São mulheres que passaram em um deles simplesmente para desfrutar as atividades e os múltiplos serviços oferecidos, ou que se integraram rapidamente e começaram a organizar as próprias ofertas de atividades e trabalhar em funções de coordenação ou

assumindo responsabilidades, ampliando, assim, seu envolvimento social e compartilhando seu tempo livre a favor da toda a comunidade.

Algumas mulheres deixaram seu trabalho profissional para se dedicarem aos Centros de Mães, seja por convenção social ou pela simples percepção da necessidade de ter que mudar algo no próprio bairro, na própria cidade, na vida das mulheres e das famílias da vizinhança. Ainda, há mulheres que participaram nesta pesquisa que são fundadoras de Centros de Mães e Famílias, verdadeiras pioneiras em seus países por haverem construído os primeiros Centros em suas nações, inventando e adaptando novas estruturas para sua realidade social e ampliando este trabalho para âmbitos nacionais e internacionais, construindo redes e organizações profissionais.

CAPÍTULO 1 – OS CENTROS DE MÃES: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO

A ideia de criar encontros abertos para mães e suas crianças para que as primeiras pudessem se autoajudar e proporcionar suporte umas às outras surgiu em vários países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos nos anos oitenta, como iniciativas independentes. A criação espontânea de encontros abertos para mães e suas crianças pode ser vista como uma resposta social espontânea da sociedade civil às necessidades contemporâneas de mães e famílias que não encontraram respostas políticas sociais suficientes e eficientes para suas necessidades em determinado momento.

O conceito de “Centros de Mães” foi elaborado e publicado na Alemanha em 1981, como projeto modelo do Instituto Alemão para a Juventude (*Deutsches Jugendinstitut*), e foi criado por mulheres da comunidade e acadêmicos universitários. A ideia principal era criar melhores condições sociais e abrir possibilidades especialmente às mulheres-mães e suas crianças, a partir de visões de mulheres e de suas famílias. Reconhecendo a necessidade de investir em políticas de prevenção e de dar suporte a iniciativas de autoajuda, o Ministério de Famílias financiou a fundação dos primeiros três Centros de Mães na Alemanha.

O livro *Mütter im Zentrum- Mütterzentrum* (Mães no centro – Centro de Mães, 1986) contribuiu para uma onda de fundações espontâneas de Centros de Mães e se constituiu em uma reportagem de experiências dos primeiros deles, encabeçada pelo lema: “[...] Saiam de suas casas de caracóis. Ocupem com suas crianças um espaço público!” (LENZ, 2010, p. 622). Assim, a ideia se espalhou primeiro na Alemanha, depois com a transmissão de conhecimento, por contatos pessoais com as fundadoras dos primeiros Centros, a outros países europeus e do mundo, até chegar a mil Centros de Mães em um prazo de duas décadas em vinte e dois países.

Atualmente, existem iniciativas para a construção de Centros Maternos em países como Albânia, Alemanha, Argentina, Áustria, Bósnia, Bulgária, Canadá, Camarões, Estados Unidos, Hungria, Itália, Quênia, Lichtenstein, Nepal, Países Baixos, República Tcheca, Rússia, Ruanda, Eslováquia, Polônia, Suíça, Turquia (MINE, 2013). A forma espontânea de sua fundação, por mulheres da comunidade, faz dos Centros de Mães um movimento da sociedade civil “*from the bottom up*”, gerado pelo intercâmbio de experiências e pela transferência de conhecimento entre as participantes.

No ano 2000, foi fundada a rede internacional de Centros de Mães *Mothers International Network for Empowerment* (Mine), para apoiar o intercâmbio e a cooperação entre mais de mil Centros de Mães em vinte e dois países. Mine não é uma associação civil, mas uma rede com sedes regionais e nacionais já existentes para organizar melhor a transferência de conhecimento. Segundo Mine (s/d), os Centros de Mães

recriam estruturas de famílias e de vizinhança, que foram debilitadas na modernização (Oeste Europeu, Estados Unidos), em regimes socialistas (República Tcheca, Eslováquia, Bulgária), em guerra (Bósnia, Ruanda), na pobreza e de aids (Camarões) [...] Eles representam uma outra forma de globalização, uma globalização a partir da base. (tradução livre da autora)

A rede Mine e seu trabalho de suporte e autoajuda foi premiada no *Award* de Dubai, com o prêmio “*Best Social Practice*”, da UN-Habitat, em 2006.

Nas sociedades pluralistas e globalizadas, em diferentes lugares do mundo, existem linhas de conflito parecidas: a luta contra o isolamento, a alienação, o anonimato, o crescimento da violência, o fundamentalismo, a falta de perspectiva para jovens na sociedade, contudo, todas incentivam a formação de cidadãos proativos na sociedade. Os Centros de Mães estão sendo criados em todo o mundo por mulheres que percebem a necessidade de apoiar sua comunidade, inicialmente buscando melhores condições para criarem seus filhos e, posteriormente, procurando resolver os problemas de suas comunidades. As fundações espontâneas de Centros de Mães são uma resposta (entre outras) a exigências sociais, formuladas a partir da sociedade civil.

Caracterizam-se, os Centros, por se constituírem em um espaço público aberto e autogerido, que possibilita às mulheres realizarem atividades correspondentes aos próprios interesses e necessidades. Assim, geram redes de suporte mútuo na educação de crianças, na construção de capacidades, na educação e formação profissional de mulheres. Neles existem iniciativas de autoajuda, como já explicado, apresentadas na forma de cuidado de crianças e de idosos e de outros serviços para a comunidade. Além disso, estimula-se a realização de mesas redondas com temáticas como doenças de crianças causadas pelo meio ambiente, infraestrutura urbana, pais solteiros, fórum de juventude e de idosos. Em suma, são buscadas soluções para os assuntos e problemas que envolvem o bairro e a vizinhança (MÜTTERFORUM, 2012).

Os Centros de Mães possuem uma estrutura hierárquica horizontal: cada um é definido segundo o conhecimento, as capacidades e as ideias das mulheres envolvidas. Estas são

incentivadas a participarem de atividades que melhorem a vida de suas famílias e de suas comunidades e a estarem conectadas com famílias de contextos sociais e culturais diferentes. Como consequência, suas integrantes reivindicam um espaço público e o reconhecimento para seu trabalho cotidiano e para seu reconhecimento na comunidade. Por fim, os Centros possibilitam combater a pobreza e a exclusão social e participam da governância local (JAECKEL; LAUX, 2000).

Para as sociedades da América Latina atuais, que estão sofrendo transformações fortes e rápidas, esse modelo de organização pode oferecer um apoio às comunidades locais para o enfrentamento dos sintomas negativos das sociedades em mudança e integrá-las a um sistema internacional e de alta polarização da população, com lacunas de riqueza cada vez mais crescentes. Após a fundação do primeiro Centro de Mães na província de Buenos Aires, na Argentina, existem iniciativas para criar Centros de Mães em São Paulo, no Brasil.

Nos últimos trinta anos, observa-se como as mulheres participantes desses Centros iniciaram sua atividade política e social a partir de sua participação nestes, por meio de cargos distintos, até alcançarem postos políticos governamentais, sem que para isso tivessem tido formação política prévia. Em vários países, a agenda política e social foi influenciada por propostas políticas oriundas dos Centros de Mães, baseadas nas experiências profundas que as mulheres viviam em suas comunidades. Assim, eles oferecem espaços intermediários e institucionalizados entre os cidadãos e o governo e, conseqüentemente, constroem pontes de comunicação para a transmissão de interesses e da organização de preferências políticas.

Além disso, são um modelo de organização que favorece a construção de uma sociedade civil mais democrática. As mulheres que neles atuam são pessoas com destaque em suas comunidades e que podem ajudar o Estado a gerar políticas públicas eficientes. O espaço público dos Centros de Mães ajuda a transmitir valores democráticos e a preparar cidadãos ativos, transmitindo conhecimento e informação básicos. Assim, se constituem em um espaço de participação política e social, proporcionando diversas formas de participação, as quais serão analisadas mais adiante neste trabalho.

1.1 ENCONTROS ABERTOS E AUTODETERMINADOS

A fundação de cada Centro de Mães começa pela procura e pela demanda de um espaço público e autodeterminado para as mães e suas famílias. Os Centros de Mães são iniciativas populares, que organizam espaços públicos de encontro autorregulados pela vizinhança (JAECKEL, 2007, p. 7). Monicka Jaeckel (2007), cofundadora do conceito de Centro de mães na Alemanha, em 1981, explica que o conceito de Centros de Mães se desenvolveu em um autêntico movimento de autoajuda, estando vinculado aos métodos de pesquisa de ação aplicados em colaboração entre grupos *grassroots* e acadêmicos: “The idea of Mother Centers started with a process of careful listening to and bringing out the authentic voices and ideas of parents and families.” (idem, p. 7).

Isso significa que o conceito de Centro de Mães foi elaborado segundo o entendimento e a autointerpretação de famílias, e não por ideias profissionais pré-determinadas e estabelecidas. Jaeckel afirma que se tornou visível o fato de as próprias famílias poderem levantar e elaborar as suas soluções. Por isso, a pesquisa se afastou da convicção afirmativa de que as famílias têm problemas e precisam de ajuda profissional (*deficit orientation*) para uma orientação que identifica os recursos e as capacidades de grupos e as condições que podem ativar estes recursos para serem produtivos para a sociedade (*resource orientation*). “Families have skills and competencies. What they need are enabling structures to apply their capabilities.” (idem, p. 7).

Os Centros de Mães são espaços de encontro abertos que dão suporte e ajuda social, proporcionam estabilidade e bem-estar individual. Eles distribuem bens sociais e oferecem acesso e participação igual de maneira indiferente. Os centros seguem o lema “toda pessoa é boa em pelo menos uma coisa, e pode contribuir para o centro e a comunidade” (JAECKEL: 2007, p. 7). O encontro aberto favorece o intercâmbio de informação, em que os talentos de cada pessoa são postos em evidência. As temáticas da comunidade podem ser discutidas publicamente e podem, assim, serem respondidas de maneira coletiva. “Things do not happen behind closed doors, or by invitation alone, but “in public”, in the “public living room”.” (idem, p. 7).

O encontro aberto de centros de mães se caracteriza, especialmente, pelo fato de que as crianças são bem-vindas. Assim, as mães têm a possibilidade de se encontrarem diariamente, em um espaço público protegido, e se apoiarem mutuamente em suas

necessidades e interesses: receber suporte para a criação de crianças, construir capacidades e iniciar serviços como o cuidado de crianças e de maiores, compartilhar as refeições, e outros serviços de casa. As atividades nos centros integram projetos que ajudam famílias com baixa renda e dão suporte em situações ou em tempos de crise. Muitos centros integram microempresas e projetos como salão de cabeleireiro, serviços de bufê, pequenas produções de bolsas ou de vestidos de crianças, lojas de produtos de segunda mão, lojas de brinquedos, livrarias, cursos de idiomas e computação, treinamentos profissionais e constroem grupos de advocacia para doenças de crianças causadas pelo meio ambiente, para mães solteiras e para gerar facilidades urbanas para famílias. Essas são as principais atividades desenvolvidas.

Hildegard Schoss, cofundadora do conceito de Centros de Mães, define, juntamente com Lenz, o espaço público dos Centros de Mães de seguinte maneira:

Centros de Mães são encontros abertos, localizados em bairros de convivência, em bairros de cidades, fáceis para acessar, e não necessariamente nos centros das cidades. Aqui, mulheres do bairro organizam seu cotidiano com as crianças, juntas, para si próprias e para outras pessoas da vizinhança. Centros de Mães são núcleos de informação e lugares de contato para muitas coisas importantes e cotidianas: coisas fáceis e coisas complicadas, tais como: aconselhamento em questões práticas cotidianas e da vida, para o intercâmbio comunicativo da vizinhança, para o cuidado das crianças, para a formação em geral e em especial, e para a política comunal. (SCHOSS, apud LENZ, 2010, p. 638, tradução livre da autora)

A autora destaca que os Centros de Mães também são “um campo para o fortalecimento da democracia e da equidade. Os Centros de mães oferecem um espaço público protegido para que os participantes possam aprender a assumir responsabilidades sobre suas próprias ações e para com os outros” (SCHOSS, apud LENZ, 2010, p. 638). Segundo Schoss apud Lenz (2010) os Centros de Mães as participantes são, em um dia, servidoras renumeradas responsáveis pelas tarefas do dia, e, em outro dia, apenas visitantes. Isso significa que o mesmo indivíduo se autorreconhece como uma pessoa ativa e passiva, tomando seus deveres e direitos. No Centro de Mães não importa a idade, a quantidade de crianças, o *status* social, ou o nível de formação.

1.2 ENCONTRO ABERTO PARA TODOS

Desde os anos 1990, os Centros de Mães alemãs procuraram uma forma de ampliação de suas ofertas para além do modelo tradicional, que se concentrava no cuidado com as crianças e nas necessidades de mães, e criaram “a casa aberta” para todas as gerações. A partir desse momento se concretizavam as casas de gerações, que integram a ideia do “viver juntos”, oferecendo encontros abertos, em cooperação com as casas para a Terceira Idade, inclusive com a integração de apartamentos para idosos nos “Centros de Pais e Crianças” (como a maioria dos Centros se autodomina atualmente).

Os Centros de Mães se caracterizam por sua estrutura “drop-in”, ou seja, quem neles chega pode usar, diretamente, tudo que é oferecido, assim como participar ativamente das atividades. Isso significa que eles estão abertos para todas as pessoas e grupos, sem discriminação e exclusão de idade, raça, etnia ou religião.

Dependendo do contexto de cada país e cidade, os Centros de Mães muitas vezes se convertem, por isso, nos únicos espaços públicos que conseguem a integração das “minorias”, como uma mulher da Holanda relata em seu exemplo:

Os Centros de Mães constituem o único espaço para integrar mulheres de culturas diferentes, para se comunicar, trabalhar e criar as crianças juntas. Nos Países Baixos isso é a melhor maneira, agora, para integrar imigrantes e para manter a paz social. Aqui está acontecendo. (Mulher de Centro de Mães nos Países Baixos, apud JAECKEL, 2007, p. 18, tradução livre da autora)

A socióloga alemã e cofundadora do conceito dos Centros de Mães, Monicka Jaeckel, apresenta-os, em seu livro *Spreading like Wildfire. The development of Mother Centers into a global Movement* (2007), como espaços de comunidade, de assistência, de diversidade e igualdade, de responsabilidade, de propriedade e de aprendizagem. Na pesquisa sociológica de Jaeckel (2007) sobre as experiências de vinte anos dos Centros de Mães em todo o mundo, a autora coleta também as experiências de mulheres que viviam em situações de pós-guerra, sem nenhum contexto de tolerância da diversidade e da igualdade entre os grupos sociais e culturais diferentes. Uma mulher da Bósnia traz um depoimento sobre o Centro de Mães, considerando-o único espaço público indiferente de seu contexto social e político:

Nosso Centro de Mães é o único espaço na cidade que integra famílias com contextos religiosos e étnicos diferentes sem problemas. Todos fazem parte do centro, todos são bem-vindos. Na escola existem clases diferentes para cada grupo. Depois da guerra nossa sociedade está mais separada ainda. Mas no Centro de Mães não pensamos assim e temos participantes de todas as comunidades. (Mulher de Centro de Mães, Bósnia, apud JAECKEL, 2007, p. 18, tradução livre da autora)

Os Centros de Mães se colocam a favor da perspectiva do exercício de autorresponsabilidade como cidadãos. Portanto, criam espaços públicos que contribuem para formar opiniões públicas em comunidade e ajudam a articular as necessidades de seus integrantes, como Monicka Jaeckel (2007, p. 8) explica: eles criam emprego e acesso para o mercado de trabalho. Para as crianças, os centros criam uma expansão de seu espaço social e físico e experiência, no qual elas experimentam uma introdução e uma integração na vida pública em um ambiente protegido.

Ademais, eles experimentam uma solidariedade que vai além dos sistemas de interesse e formam “áreas de igualdade” (PIZZORNO, 1975, p. 41), em luta contra a perda de valores comuns e em defesa de fins coletivos. Uma mulher do Centro de Mães da Eslováquia descreve alguns valores pelos quais os Centros de Mães lutam em solidariedade mútua, com o intuito de melhorar as condições das famílias:

O que precisamos é uma mudança de valores na sociedade. Tudo está direcionado para o trabalho e o emprego. Estamos lutando para ter mais tempo e recursos para criar das crianças. Precisamos ter tempo para as crianças. Gastamos todo nosso tempo para conseguir dinheiro e para manter a nossa existência. Basicamente, a expectativa agora é que os dois pais têm que trabalhar para poder assegurar a sobrevivência. Precisamos do nosso tempo de volta para outras partes da vida. É outro valor, o valor de ter tempo, de fazer as coisas de maneira mais tranquila, de ter tempo para nossa família e para nossos amigos. (Mulher da Eslováquia, aúd JAECKEL, 2007, p. 83, tradução livre da autora)

1.3 TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Os Centros de Mães se autointitulam “universidades na mesa da cozinha” (NEGRONI: 2008). A presidente do Centro de Madres y Familias Villa Independencia, na Argentina,

descreve a força acumulativa da aprendizagem mútua de maneira simples: “Es una fuerza que se expande. Sanos hijos, sanas mujeres, sanas familias, sanas comunidades”.

Além de contribuir para o empoderamento das mulheres nas unidades básicas da vida social, os Centros de Mães também são espaços públicos intermediários entre os cidadãos, as instituições e as elites políticas e sociais. A vida neles pode empoderar as mulheres para suas futuras atividades na esfera pública, conforme um dos depoimentos:

A vida no Centro de Mães me ensinou muitas coisas que a universidade não poderia me ensinar. A comunicação com as mulheres, com pessoas importantes, com as mídias. Na minha primeira entrevista na televisão estava tímida, mas agora sei como fazê-lo. Todos nós estamos aprendendo muito sobre comunicação, gerenciamento, marketing, estamos aprendendo muito sobre áreas que fazem parte do Centro de Mães. É uma fase extremamente importante para a minha vida. (Mulher, Centro de Mães, Alemanha, *apud* JAECKEL, 2007, p. 26, tradução livre de autora)

É importante salientar que os Centros de Mães estão ligados especificamente a temas locais, mas não vinculados, a priori, à política. Centrados nas comunidades, eles participam em debates municipais, estaduais e nacionais e também se articulam e elaboram estratégias solidárias em âmbito internacional. Essa articulação integral nos níveis regional, nacional e internacional e a construção de redes os caracterizam como novos movimentos sociais.

Mulheres de Centros de Mães são participantes em grêmios políticos e em novas formas de participação, como conselhos profissionais comunitários e mesas redondas. Muitas vezes são, também, participantes de atividades políticas e sociais, como petições, manifestações em temáticas específicas, colocando as necessidades de mulheres, crianças e famílias em público. O empoderamento, a acumulação de conhecimento e os múltiplos contatos de mulheres neles realizados favorecem a participação nestes grêmios, porque essas mulheres se convertem em referências em suas comunidades e podem facilitar o trabalho governamental na elaboração de políticas públicas eficazes e representativas de interesse das mulheres e de suas famílias.

Participando em instituições políticas e públicas, as mulheres encontram, não raro, novos desafios: a experiência a seguir, de uma das quatro prefeitas do Centro de Mães Poing, exemplifica a difícil experiência de seu trabalho político na fase inicial. Conforme ela:

Demorou até eu entender que eu também tenho o direito de escrever a proposta de um projeto. Precisei de semanas até entender como funcionava isso. O nome do meu projeto foi: “Solicitação de espaços públicos para um

café de famílias”. Para os outros delegados fomos aquelas “com engajamento demais”. No dia da votação chegaram sessenta mulheres com crianças à assembleia. Ganhamos a votação com apenas dois votos a mais. A partir deste dia começou tudo... (Stein Renate, Centro de Mães e Famílias Poing, Alemanha, 2013, tradução livre da autora)

A organização e a articulação em redes regionais e nacionais ajudam os Centros de Mães a elaborarem estratégias de suporte mútuo, a transferirem conhecimento e experiências na prática, a se articularem publicamente e a conseguirem financiamento. Os suportes do programa Grundtvig, da União Europeia, para “*lebenslanges Lernen*” (“aprendizagem durante toda a vida”) facilitam o trabalho e o financiamento de redes dos Centros de Mães, em âmbito nacional e internacional. Assim, as redes podem distribuir formações, que ajudam o próprio crescimento da rede e das mulheres participantes, possibilitando encontros internacionais e oferecendo seminários e cursos de negociação, de marketing e de gerenciamento. Dessa maneira, por exemplo, é possível que as redes nacionais ou a rede internacional de Centros de Mães Mine possam dar um suporte solidário aos novos Centros de Mães em formação, transmitindo conhecimento e elaborando estratégias para a sua sustentabilidade.

Porém, a participação política das mulheres de Centros de Mães também traz problemas de organização e de recursos. Lüchmann (2011) descreve como os novos fóruns e espaços de participação política, associações, movimentos e grupos sociais, que ela denomina de “repertórios de ação”, estão em perigo de sobrecarga de suas ações representativas em vários espaços institucionais. A experiência dos Centros de Mães corrobora a tese de Lüchmann, pois, junto com sua própria frente de trabalho as mulheres, muitas vezes, se defrontam como uma enorme gama de tarefas, que torna quase impossível preencher os requisitos com as mesmas exigências que seriam feitas a organizações institucionais e governamentais.

Por outro lado, eles exercem vários papéis de participação e de representação e estão sujeitos a diferentes tipos de controle público, o que eleva sua legitimidade como fóruns de participação e de representação política. Eles veem as “relações e complementariedades e não apenas conflitos entre as práticas associativas e movimentalistas e os atores e os espaços da política institucional.” (LÜCHMANN, 2011, p. 10). Desse modo, os Centros de Mães cumprem funções intermediárias entre os cidadãos, as instituições e o governo.

O estudo de Lüchmann (2011) corrobora o problema da institucionalidade que pode ser encontrado também na análise dos Centros de Mães. Como estes se fundaram como um movimento social, procuram uma forma de institucionalização independente das instituições

estabelecidas, que permita, ao mesmo tempo, que exerçam suas funções “autorresponsáveis”. A dificuldade de ser reconhecido estará presente em todas as experiências dos Centros de Mães que esta pesquisa analisará. Veremos que sempre há um processo de muitos anos até eles chegarem ao ponto de serem reconhecidos como “associações de competência”.

Outros usam o termo “economia da participação” para expressar o problema da escassez de recursos para poder efetivamente manter sua participação política. O “capital social” que os Centros de Mães produzem não gera capital econômico e a produção nunca é remunerada. A exploração de conhecimento é destaque entre todos os Centros como a maior vulnerabilidade do conceito, que se baseia em valores não capitalistas, como se constata no relato de uma mulher do Centro de Mães da Alemanha:

Poderíamos oferecer treinamentos de cuidado de crianças, de cuidado de pais, ou sobre temáticas como a pobreza de famílias. Temos muito conhecimento nestas áreas. Poderíamos colocar tudo em um pacote e incluir nossos aprendizados do Centro de Mães. E este pacote custaria um certo valor. Todas as pessoas que nos procuram e que nos chamam para saber algo, como fazer isso e como fazer tal coisa, teríamos que começar a cobrar algo por este conhecimento. Todo o mundo espera receber de nós consultas gratuitas. (Mulher, Centro de Mães, Alemanha, *apud* JACKEL, 2007, p. 86)

A fundação de microempresas por vários Centros de Mães é uma estratégia de autoajuda e funciona em vários Centros e países em níveis e intensidades diferentes. A procura por gerar uma renda financeira própria para sua manutenção é seu desafio principal, pois o suporte financeiro por parte dos governos depende da gestão entre cada Centro de Mães e o governo, e das relações daqueles nos países, estados e municípios diferentes. Correspondendo a este fato, cada Centro ou rede nacional de Centros de Mães procura suas próprias estratégias de financiamento e de institucionalização, e, também, de participação.

CAPÍTULO 2 – ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A análise do processo de participação política das mulheres dos Centros de Mães exige retomar a discussão presente na literatura sobre participação e representação política adotadas neste estudo, bem como remontar às mudanças ocorridas nas definições destas noções. Para tanto, será realizada uma revisão da literatura sobre os temas mencionados.

Um das principais referências na teoria democrática que integra as noções representação e participação política é o estudo de Robert Dahl (1971). O autor se concentra na capacidade de regimes políticos transformarem as preferências políticas dos cidadãos em respostas políticas que refletem a vontade dos eleitores. A teoria de Dahl nos possibilita medir os níveis de inclusão e participação política em sistemas políticos de países diferentes.

As instituições democráticas têm um papel fundamental na “Poliarquia” de Dahl (1971), porque garantem o funcionamento da democracia, organizando o jogo democrático entre a participação e a competição política. Segundo o autor, o governo deve ser capaz (por meio de suas instituições) de garantir aos cidadãos o direito de formular e manifestar suas preferências políticas e que todos recebam o igual tratamento de seus interesses. Dahl (1971) se concentra nas instituições características da democracia liberal, eleições limpas, livres e competitivas, na liberdade de expressão e na organização e no direito da oposição política de competir nas eleições para um futuro acesso à participação do governo. Ademais, acrescenta à sua tipologia os atributos que refletem as liberdades políticas e sociais, que ele considera como “mínimas” para a consolidação de uma poliarquia: o direito da oposição à livre associação e a livre circulação de fontes alternativas de informação.

A tipologia de Dahl (1971) é interessante para a análise sobre a possibilidade de participação política. Esta, em sua perspectiva, nunca é ótima, e sim um ideal de participação, denominado por ele de “Poliarquia”. Mas, na perspectiva de cientistas políticos da tradição da democracia liberal como Dahl, o exercício de poder dos cidadãos se limita à participação em eleições ou à participação política direta em instituições políticas tradicionais, como os partidos políticos, que permitem um enfoque mais amplo e pluralista sobre a participação política.

De acordo com Borba (2012 p. 264), a definição tradicional de participação política, que se concentrava nas modalidades eleitorais até os anos sessenta, se tornou reducionista

(NORRIS, 2002) quando os “novos repertórios”, como protestos e boicotes, começaram a fazer parte da ação coletiva e foram incorporados às novas formas de participação.

O debate dos anos sessenta e setenta na Ciência Política sobre as dimensões de poder reflete essa mudança, mais especificamente uma ampliação nas definições de participação política: exercer poder não é somente tomar decisões, mas também determinar e influenciar a agenda política, como Miguel (2003, p. 126) constata: “a capacidade de determinação autônoma de preferências”. Miguel (2003) propõe uma “representação política ampliada” com vários fóruns externos para a participação no debate público e na elaboração da agenda política. Dessa forma, “a esfera política não está desconectada do restante da sociedade” (idem, p. 136). Ele destaca a importância de uma sociedade civil desenvolvida, plural e auto-organizada como a própria base da prática da cidadania, com condições materiais distintas para o acesso à participação política. Porém, a existência de várias esferas públicas é necessária para criar interesses que, posteriormente, podem ser representados nos parlamentos e nas instituições de representação.

Assim, seria possível diminuir a distância entre os governados e os governantes – uma característica do Estado moderno apontada por Castro e Novaes (2009). A distância aparece porque os afetados pelas políticas não as executam diretamente e desenvolvem, segundo os autores, suas próprias visões, distantes daquela dos governantes e das instituições políticas. Isso afeta a imagem que o cidadão tem da política e a maneira como constrói sua própria posição no sistema representativo (idem, p. 57).

Katz (1997) expõe as implicações das visões distintas sobre a participação política no sistema democrático. Os fundamentos da democracia liberal são as instituições, o direito à liberdade, a prevenção contra qualquer forma de tirania e de supressão de direitos pelo Estado. Assim, a teoria liberal se baseia em uma visão de mundo de interesses em conflito, quase naturais, entre governo e governados. Como a teoria liberal se desenvolveu antes da democracia, Katz (1997) explica essa separação entre governados e governantes e a necessidade de proteção contra decisões governamentais que restrinjam a liberdade.

Ao analisar as teorias da democracia participativa, percebe-se que elas podem ser entendidas como um processo e uma forma de conseguir decisões governamentais pelo envolvimento de uma grande massa de cidadãos na implementação de políticas públicas. “Os participacionistas procuram reformar as pessoas, não somente o governo” (KATZ, 1997, p. 68). Isso significa que a essência democrática se reflete também no caráter moral e intelectual dos próprios cidadãos. Segundo a teoria, uma elevada participação dos cidadãos tornaria a luta

pela participação desnecessária e geraria um novo estilo político que permite resolver causas de conflitos e problemas como a integração de minorias, por exemplo.

É uma convenção comum pensar que a participação popular ajuda os líderes e a população a definir suas preferências e que uma ampla participação assegura que todos os interesses relevantes sejam representados. A integração na sociedade pela participação popular e a transparência de decisões podem, ademais, incrementar a legitimidade, a aceitação e a estabilidade política. Katz acrescenta que ao participar a população aceita melhor as decisões, mesmo quando não gosta dos resultados finais. Dessa maneira, o principal problema da democracia, encontrar decisões coletivas com interesses diversos e em conflito, deve ser superado por um novo estilo de aprendizagem e reconhecimento mútuo, dando espaço ao cidadão para incorporar suas ideias e eliminando as causas de conflitos principais, como a sub-representação de minorias (KATZ, 1997, p. 68).

A sub-representação das minorias é uma consequência que se dá pelo sistema de representação majoritário, que desfavorece minorias e grupos sociais, que não dispõem de organização ou de poder para colocar suas preferências na agenda política. Além disso, também não dispõem de capacidade de organização ou poder de influenciar ou vetar uma política que vá de encontro aos seus interesses.

De acordo com Hannah Pitkin (1967, p. 83), não é o número de representantes que é relevante para uma verdadeira representação política ou o número de representados igual ao número dos representantes, pois é mais desejável que exista um representante “para cada opinião no mundo”. Pitkin (idem, p. 222) constata que “[...] é representação se as pessoas (ou uma constituição) são presentes em uma ação governamental, apesar de não atuar literalmente para eles mesmos”.

Isso implica que não é somente importante que os políticos eleitos representem a seus votantes de maneira “descritiva” ou como um espelho da base social, senão têm que ser consideradas também as ações que resultam das representações. Em outras palavras, ser mulher não significa representar automaticamente os interesses e as preferências de cada mulher, e ser negro não significa ser representante de todos os negros. Tendo em vista também a questão da representação das minorias, Pitkin (1967, p. 80-81) critica que muitas vezes esta passa somente pela representação “descritiva”, pois

[e]les constituem geralmente o que nos denominamos [...] ‘representação descritiva’, na qual uma pessoa ou uma coisa defende (representa) ‘alguém’ em ser suficientemente como eles. O sentido no qual a mapa ou a imagem

representa não é primariamente uma atividade; por isso pode ser predicado de objetos inanimados. E se seres humanos representam neste sentido, o que importa não são as ações deles [...] mas o que eles são, ou como eles são.

Anne Phillips (1995), ao analisar as ideias de Pitkin, afirma que a representação é somente cumprida na igualdade da presença dos grupos sociais na sociedade, pois um sistema político não é democrático somente por declarar que representa os interesses e as necessidades das pessoas. Para ser verdadeiramente democrático é preciso garantir dois princípios: primeiro, o controle popular; segundo, a igualdade política entre os cidadãos. A autora (*idem*, p. 28, tradução livre da autora) explica que “[d]emocracia não é paternalismo: não é somente governo ‘para as pessoas’ mas governo ‘de pessoas também’”. A noção de presença se refere à presença igual de interesses participando nas assembleias e em outras organizações deliberativas está relacionada com o problema de ausência e de exclusão. Ainda segundo ela (*idem*, p. 31, tradução livre da autora):

A literatura sobre democracia e participação parte da noção que a igualdade política envolve um grau de igualdade na participação, e trata a ausência sistemática de grupos particulares como um falecimento autoevidente da democracia.

A ausência de grupos particulares criticada por Phillips, ou melhor, a presença de interesses e preferências de grupos particulares na democracia, é um fator fundamental para entender as necessidades de indivíduos e de grupos sociais procurarem novas formas de participação política.

Para este estudo é importante que se mencione a relevância do sistema de representação, no qual a liberdade de opinião de cada cidadão lhe permite expressar, primeiramente, sua vontade política, e, depois, se juntar com outros e assim se defender da intervenção do Estado ou buscá-la quando julgar necessário. Nas palavras de Manin (2002, p. 170, tradução livre da autora):

É o representante que faz as decisões finais, mas está criada uma estrutura na qual a vontade das pessoas é uma das considerações em seu processo de decisão. A expressão pública de opinião é o elemento chave aqui. Tem o efeito não somente de chamar a atenção dos governantes para as opiniões públicas, mas também para conectar os governados entre si.

Nesse sentido, a opinião pública e a comunicação entre os cidadãos ajudam a controlar as ações dos representantes e os privam da total independência, pois os sistemas políticos de

representação são exercidos por mandato livre. Como o sistema representativo da democracia contemporânea não autoriza mandatos imperativos e não permite a revogabilidade dos representativos, precisa-se de outros mecanismos de controle públicos e estratégias para assegurar a representação de interesses e demandas da sociedade.

Este trabalho adota uma perspectiva de participação política na qual o cidadão pode exercer a autorresponsabilidade. Para que esse objetivo seja alcançado utilizou-se a definição de Giovanni Sartori. De acordo com o autor (2009, p. 35, tradução livre da autora):

‘Participação’ é tomar parte ativa, voluntária e pessoalmente. ‘Voluntariamente’ é um detalhe importante, porque, se se obriga as pessoas a participar pela força, isso é uma mobilização a partir de cima, e não uma participação a partir de baixo. Insisto: participação é colocar-se em marcha por si próprio, e não ser colocado em marcha nem mobilizado a partir de cima.

A partir dessa definição, entende-se que cada cidadão deve começar a encontrar seu lugar no espaço político e social. Participação é um ato voluntário, e não o resultado de mobilização política, seja por meio de partidos ou por outras entidades políticas, como é o caso de associações, organizações ou movimentos sociais.

Para assegurar esse tipo de participação política ativa é preciso criar espaços públicos que ajudem a formar opiniões públicas em comunidade. Estar em comunidade significa estar em contato com outros, com interesses e opiniões iguais e diferentes, e estabelecer um intercâmbio de conhecimentos múltiplos. Em espaços públicos abertos os cidadãos podem discutir sobre temáticas relevantes, criar opiniões diferenciadas e formular preferências políticas em comunidade.

O contato na comunidade também eleva a possibilidade de melhor acesso a informações diferenciadas sobre temáticas gerais, políticas específicas, relações de poder e interesses. Por meio de contatos múltiplos e da troca de conhecimentos, o cidadão (a cidadã) pode viver um processo de empoderamento que lhe permite exercer com autoestima seu papel de cidadão ativo (cidadã ativa).

As experiências múltiplas obtidas em um espaço público mais protegido facilitam o contato com grêmios, fóruns, instituições e elites políticas. Como Navarro (1995, p. 89) confirma, precisamos construir “iniciativas autorresponsáveis”, que elevem a “competência cognitiva” e transmitam a informação e o conhecimento às elites políticas. É parte de um processo democrático, que gera uma cultura política e novas instituições que permitam

realizar o funcionamento da democracia, ajudando a reivindicar e assegurar a *accountability*¹ dos governantes frente aos cidadãos empoderados.

2.1 AS NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A partir da década de sessenta, nos países mais desenvolvidos iniciou-se a discussão e a busca por uma “democracia renovada” e por distintas formas de se organizar e expressar demandas sociais e políticas. Esse processo diluiu as fronteiras entre público e privado, o que significou o “declínio do homem político” (OLIVEIRA, 2012, p. 2). Seus defensores denunciam as formas estabelecidas de opressão na sociedade e procuram “sensibilizar e persuadir a sociedade para sua transformação radical com base no diálogo da diversidade” (idem, p. 130).

Concomitante a esse processo houve, na América Latina, o declínio de regimes autoritários. Os movimentos sociais tiveram um papel fundamental no processo de construção de uma nova ordem política num “momento em que outras possibilidades de transformação social pareciam inviáveis” (idem, p. 131). A reconstrução da sociedade civil também teve importância nos países do Leste Europeu, após experiências de guerras civis e de regimes autoritários, o que ajudou, como nos países da América Latina, a permitir o acesso de novos atores e a incorporação de novas demandas, novas forças sociais, necessários para a redemocratização (idem, p. 135).

Autores que analisam as formas de participação alternativas às democracias liberais (MIGUEL, 2003; BORBA, 2012; CASTRO e NOVAES, 2009 NORRIS, 2009, PHILLIPS,

¹ Para explicar a noção de *accountability* aqui utilizada, recorremos a O'Donnell (1988). O autor (idem, p. 28) destaca duas formas de ações individuais, ou coletivas, que se referem a pessoas que ocupam posições em instituições estatais. Segundo ele, a *accountability* vertical seria exercida quando o cidadão pune ou premia a um mandatário, dando e tirando seu voto. A definição de *accountability* vertical também inclui todas as formas de reivindicações sociais, que não correm o risco de sofrer coerção e que são acompanhadas pela mídia e pela opinião pública, tornando visíveis os direitos de opinião e de associação livres. Aqui entra também o papel importante das mídias em denunciar e divulgar “delitos” na política, como, por um exemplo, a corrupção. Esse tipo de *accountability* assegura a democracia em regimes que carecem da “*accountability* horizontal”. Com a noção de *accountability* horizontal, O'Donnell insiste no direito positivo do *demos* de participar nas decisões políticas e na capacitação dos cidadãos para poder exercer essa participação política. O governo representativo, para o autor, não é um projeto democrático, mas sim se funda em componentes liberal e republicano, que determinam a política como um projeto de elites virtuosas e que separam as esferas pública e privada (ainda por raciocínios diferentes). Assim, O'Donnell constata que as poliarquias precisam de uma institucionalidade que assegure o acesso a esse direito de igualdade na participação política.

1995; PUTNAM, 2006) concordam que “as promessas da democracia representativa não foram realizadas” (MIGUEL, 2003). O declínio eleitoral, a decrescente confiança dos cidadãos nas instituições políticas e o esvaziamento de partidos políticos evidenciam essa crise. Paralelamente, aparecem novos grupos, associações políticas e sociais participativas e movimentos sociais, com novas identidades sociais, territoriais e profissionais, e trazem outras formas de representação, diversificadas, participativas e personalizadas, com enfoques mais locais e municipais, que reivindicaram uma política mais transparente contra uma política de “mediações institucionalizadas” (NAVARO, 1995).

O declínio na participação partidária e índices mais baixos de comparecimento eleitoral, como destaca Borba (2012), não estão necessariamente vinculados ao aparecimento de novos movimentos de protesto e novas formas de ativismo político. No entanto, os dois fenômenos levaram a um novo debate teórico e metodológico de cientistas políticos sobre a participação política.

A teoria da participação política de Verba e Nie, analisada no início dos anos setenta (BORBA, 2012), inclui todas as formas de envolvimento político dos cidadãos, tais como a ação de fazer contatos políticos, a participação individual em campanhas políticas, o envolvimento em assuntos da comunidade e a atividade cooperativa. Essas ações políticas dos cidadãos, segundo os autores, influenciam resultados políticos e a distribuição de bens públicos. Nessa visão, a participação política é um ato multidimensional, fragmentado e especializado (NEWTON e GIEBLER, 2008, p. 2).

Os enfoques multidimensionais questionam as teorias unidimensionais, que se iniciam com a teoria clássica de participação política de Milbrath (1965, *apud* Borba, 2012). Esta se concentra meramente em um “conjunto de atividades relacionadas ao momento eleitoral” (BORBA, 2012, p. 264). O denominado “modelo de centralidade” de Milbrath divide a ação política somente em três níveis cumulativos, que formam uma pirâmide: cidadãos passivos, cidadãos espectadores e os ativistas. Isso implica que as atividades mais complexas são exercidas por cidadãos mais centrais na estrutura social (BORBA, 2012, p. 267).

Autores como Verba e Nie e Pizzorno (1967 *apud* BORBA, 2012) questionam o modelo de centralidade e colocam a participação política como um “produto da identidade política compartilhada pelos atores” (BORBA, 2012, p. 267). A tipologia de Pizzorno (1967) inclui ações dos cidadãos extraestatais, denominada “solidariedade política e privada”, e considera, assim, a participação privada em ações políticas, os movimentos sociais e a subcultura como formas de participação política.

Autores como Norris (2002) e Borba (2012) vão mais além do enfoque de participação, que é, segundo eles “*citizen orientated*”. Para os autores, uma teoria se mostra, todavia, reducionista ao não reconhecer as atividades de protesto político “não convencionais” (como boicotes, bloqueios e ocupações de edifícios), como atos de participação política. Eles consideram que os protestos são contestações políticas, que acompanham o desenvolvimento social e econômico e evidenciam uma crise da legitimidade das democracias, portanto, são atos de participação política.

Newton e Giebler (2008) ampliam ainda mais a definição da participação política para os envolvimento em ações sociais, tais como comportamentos de ajuda e participação em outros ramos de associações sociais voluntárias. Eles mostram, por meio de pesquisa comparativa, como a participação política e social é determinada pelas características sistêmicas e institucionais de cada país, tais como o desenvolvimento democrático e econômico, as regras e os procedimentos de ordem social e políticas e as políticas e serviços públicos (NEWTON e GIEBLER, 2008).

De acordo com Newton e Giebler (2008), cada país acaba por construir uma participação política de forma própria e particular, que corresponde à sua cultura, história e institucionalidade. A pergunta é até que ponto fatores como economia, educação, religião ou desenvolvimento democrático dos países influenciam a participação política e se é possível generalizar resultados na comparação de países com níveis similares de desenvolvimento. Tendo todas as formas de participação política que os autores aqui mencionados consideram em suas tipologias, se pode afirmar que “o ativismo social não está morto, mas se envolveu em uma variedade de formas mais ampla” (NORRIS, 2002, p. 24, tradução livre da autora).

Existe uma nova variedade de questões e temas nas sociedades pós-industriais, como meio ambiente, questões de gênero, direitos das minorais e direitos humanos, que mobilizam os cidadãos para participar de novos movimentos sociais e em redes. Consequentemente, fenômenos políticos como a decrescente participação eleitoral não significam a apatia pública. Norris (2002) qualifica o processo de mudança nas atividades políticas como um “*trade off*” entre as atividades cívicas ativas e as novas, que se apresentam em estratégias como ações diretas ou em grupos de discussão. As noções da teoria política contemporânea integram tanto as formas de participação política convencionais quanto as não convencionais e constroem, assim, uma ponte teórica entre a democracia e a cidadania.

Segundo Rosenberger e Sauer (2004), a noção de *citizenship* abrange uma relação de direitos, proteção e pertinência entre uma pessoa natural e um Estado. Dessa relação são

inerentes tanto direitos (como o direito ao voto) como deveres (como a tributação). A base de *citizenship* para o acesso aos direitos políticos civis é a nacionalidade. Existe uma diferença entre *citizenship* civil (como o direito à proteção corporal e os direitos liberais de liberdade), político (direito ao voto e direito a participar de greves) e social. Nos debates feministas se critica a exclusão histórica de mulheres e se acentua o aspecto político da *citizenship* como uma atividade política que precisa de condições sociais (idem, p. 253).

A proposta política de Rosenberger e Sauer (2004) é construir uma *strong democracy*, o que significa que a participação dos cidadãos abrange muitas áreas da sociedade, ao contrário de uma democracia com participação somente na arena eleitoral. A concepção de *strong democracy* se fundamenta em modelos republicanos de democracia deliberativa e entende a democracia como forma de governo e forma de vida (NOHLEN, 2003, p. 53).

De acordo com esses conceitos, Holland-Cunz (2004, p. 135) afirma que “só a combinação de procedimentos de decisão formais com expressões de opinião não regulados, abertos e por parte espontaneamente articulados, converte os participantes passivos a serem cidadãos ativos, que reflexionam e revisam a sua sociedade e organização estatal” (tradução livre da autora).

Nesse sentido, a participação política é um ato e um comportamento individual dos cidadãos, o que significa o envolvimento ativo nos problemas e nas questões atuais da sociedade. A expressão pública ativa é um fundamento da elaboração política. Além disso, é importante uma articulação aberta do governo com as opiniões diversas dos cidadãos para poder construir um sistema de participação inclusivo. Assim, se pratica uma cultura política que cumpre com as noções de *citizenship* no sentido de responsabilidade mútua entre cidadão e Estado, e de *strong democracy*, que significa a prática democrática em todos os setores da sociedade.

2.2 MULHER E IGUALDADE POLÍTICA

A pesquisa realizada por Eva Kreisky (2004) se guia pelos resultados das novas políticas para as mulheres nos anos setenta e oitenta e busca os mecanismos políticos e sociais que colocam as mulheres em situação de desigualdade ou que exigem demais das mesmas. Kreisky (idem, p. 27) explica as situações de desigualdade de mulheres pela noção de

“androcentrismo”, que se diferencia do sexismo porque funciona de forma subliminar, sem palavras e inconscientemente, igualando o ser humano como homem e particularizando a mulher. Como a visão do mundo masculino é hegemônica, segundo Kreisky (2004) isso também foi incorporado pelas mulheres. Por isso, “a subalternidade de mulheres, seu “não ser político”, também faz parte de suas identidades e de suas orientações de ações”. Para Kreisky (2004), o “androcentrismo” é metódico porque conduz sistematicamente a uma conservação de vantagens masculinas e à universalização das opiniões masculinas (KREISKY, 2004, p. 27).

Lenz (2010) explica as “sobre-exigências” feitas às mulheres a partir das barreiras encontradas por elas em suas existências, pois elas precisam cumprir várias exigências quando querem conciliar sua profissão com a maternidade, sobretudo quando desejam participar da política. Porém, “a política, foi considerada “coisa de homens”, e o lugar das mulheres era na família [...]. Os partidos não estavam preparados para as mulheres e o estilo político pré-existente as afastava.” (idem, p. 325, tradução livre da autora).

Ao se falar sobre igualdade política como um valor para as democracias é preciso analisar as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres na participação e representação política. Como tem sido bastante enfatizado por vários autores, o “*gender gap*” é um fenômeno que ocorre em escala planetária.

A principal crítica feminista às democracias é a separação em duas esferas: uma esfera “feminina”, não política, familiar, de relacionamentos e de assistência, paralela a outra esfera masculina, pública e política, de racionalidade, significância e poder de decisão (HOLLAND-CUNZ, 2004, p. 138). Holland Cunz (2004) destaca o problema de exclusão e inclusão desigual na esfera pública e política, que evita o exercício igual de cidadania, de participação política e, muitas vezes, também o acesso aos direitos humanos e sociais.

A argumentação sobre as esferas públicas e privadas tem seu fundamento, segundo afirma Lang (2004), na consciência de que na história da democracia (a partir da *polis* grega) sempre existiram mecanismos de exclusão de mulheres que evitavam a participação destas no *demos* – condição para o acesso aos plenos direitos políticos. Os mecanismos de exclusão, dependendo da época e da definição atual sobre o que era o *demos*, eram vinculados, por exemplo, à propriedade, e, com isso, os direitos políticos eram determinados a partir da independência financeira. Ainda, a educação e a capacidade racional eram critérios para a participação política, e as mulheres eram excluídas por não terem tido acesso igual a estas

condições. “Em geral, a concepção histórica do “cidadão ideal” se fundamenta em condições e realidades masculinas” (LANG, 2004, p. 65).

Scott (2005, p. 377) afirma, que “[...] as mulheres não são uma minoria. Elas estão em todos os lugares, em todas as classes e em todas as categorias sociais [...]. As mulheres não são um grupo nem um “lobby”. Elas constituem metade das pessoas soberanas, metade da espécie humana”. Contudo, o problema da representação política não é somente um “problema de cotas”, ou, mais bem falado, um problema de “presença física” nas assembleias políticas, mas um problema de desigualdades estruturais.

Como Lúcia Avelar (2002, p. 47) constata, a sub-representação das mulheres na política é a mesma de outros grupos em situação estrutural de desigualdade, nas condições de vida e na estrutura de oportunidades e, por isso, somente “haverá mudança, quando os novos interesses forem reconhecidos”. Porém, a luta de mulheres para a cidadania se constituía em um processo de mudanças que foi “incorporando os grupos desprivilegiados nos benefícios dos direitos indistintamente, no plano político, econômico e social.” (idem, p. 44).

Phillips (1995) segue a mesma ideia ao analisar a “política de presença”, que se funde à ausência de representação de interesses na política. Segundo ela, as instituições do Estado moderno alteram essa função de presença e representam estruturas de exclusão e de disposições para a representação, que trabalham contra a participação política de determinados grupos sociais e de minorias. A democracia representativa, segundo ela, se distanciara da exigência da igualdade política pela presença física de certos grupos no eleitorado e nas assembleias. Como os grupos sociais na democracia liberal não são mais divididos somente em classes, os grupos em desvantagem precisam de “advogados mais agressivos na tribuna política” (idem, p. 43). Para a autora (idem, p. 29), a igualdade política na democracia moderna exige o conhecimento crescente da capacidade de autodeterminação e do igual valor de cada indivíduo sobre sua própria vida. Esse princípio se contrapõe a uma “infantilização” de unidades de uma população adulta.

A exigência de participação de uma pluralidade de interesses está vinculada também ao reconhecimento das diversidades e à sensibilidade a respeito das desigualdades existentes entre as mulheres. Scott (2005, p. 8) problematiza a dificuldade de diferenças de grupos nos contextos políticos, quando legitimam exclusões e “quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros, quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação a outros”. A autora

(1997, p. 378) destaca a diversidade entre as mulheres e alerta que não existe só uma “cultura ou comunidade de mulheres”.

Por isso, é preciso criar, ao invés de comunidades, “solidariedades” entre os interesses sociais, culturais e políticos distintos das mulheres, e, também, como Pizzorno (1975, p. 41) propõe, “áreas de igualdade”. Segundo ele (idem, p. 47), a solidariedade se reforça pela ameaça de perder valores comuns e porque se revitalizam os fins coletivos, uma “participação entre iguais”.

Existem particularidades entre as mulheres, sobretudo com respeito aos diferentes *status* social, classe e cultura. A análise de Tamar Pitch (2006), no ensaio “*Tess y yo: la diferencia y las desigualdades en la diferencia*”, ensina, de maneira literária, como o acesso à participação política e social de mulheres está muitas vezes ligado a suas posições sociais, determinadas pelas diferenças de etnia e de raça. Ela descreve como as mulheres brancas de classe média alta exercem suas profissões intelectuais enquanto sua empregada, das Filipinas, mantém a casa e o trabalho domiciliar, não participando da vida pública. A empregada doméstica, ao cuidar das crianças de outra mulher, precisa deixar seus próprios filhos desacompanhados ou em algum lugar público. Dessa maneira, a autora mostra como se geram novas diferenças sociais e desigualdade entre as próprias mulheres.

2.3 MOVIMENTO DE MÃES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O movimento de mães se formou no contexto anteriormente analisado, vinculado ao novo movimento de mulheres surgido nos anos oitenta e baseado no primeiro Manifesto de Mães: “Viver com crianças – Mães fazem barulho”. Este foi apresentado no congresso de mães do Partido Verde alemão, em 1986. O movimento de mães se diferencia do feminismo por considerar a especificidade de ser mãe, perto da realidade de mulheres não mães e mulheres que tem uma carreira (LENZ, 2010). Essas mulheres procuram um terceiro caminho entre ser mãe e sua vida profissional, buscando um espaço público para exercer sua cidadania plena. A divisão incidia nas estratégias do movimento de mulheres e mães, como destaca Lenz (2010, p. 622), sobre o papel primário entre Estado e sociedade civil nas comunidades.

Enquanto o movimento feminista se concentrava na inserção da mulher no trabalho remunerado e na antidiscriminação, não reconhecia a ambivalência social que as mães, em

especial, viviam junto com o trabalho de assistência tanto no cuidado de crianças quanto na assistência de seus familiares da Terceira Idade. O Movimento de Mães procurava uma fórmula que refletisse um movimento de mulheres com visão positiva da maternidade e das crianças, para construir espaços públicos que permitissem superar as fronteiras entre a família e o espaço público, expressas pela noção do “quarto de criança público e de vizinhança”.

O movimento de Centros de Mães se desenvolveu ao redor do Movimento de Mães. O conceito foi elaborado pelo *Deutsches Jugendinstitut* (Instituto de Juventude Alemão) e pelo trabalho das sociólogas e feministas de diferença, Gisela Erler, Monicka Jaeckel e Greta Tüllmann, em Munique, em 1986. O conceito de Centro de Mães inclui duas ideias básicas: primeiro, reconhecer o trabalho de mães no sentido da teoria da diferença, conhecendo seu trabalho de abastecimento e suas orientações a favor de relações com a vida; segundo, ampliar o conceito para construir centros de vizinhança que queiram criar um espaço público e de comunicação nos bairros. Os Centros de Mães trabalharam os princípios básicos – nos quais as mães são as especialistas – de que elas devem receber para todo trabalho e serviço para as vizinhanças, que elas criam suas próprias ofertas correspondendo a suas necessidades, além de que crianças são bem-vindas. Assim, os Novos Movimentos de Mães e de Centros de Mães questionaram o mito de mãe nacional e hegemonicamente estabelecido e os parâmetros existentes sobre crianças, o papel dos pais e as relações nas famílias (LENZ, 2010, p. 622).

2.4 O CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

As teorias sobre participação política apontam vários fatores que determinam e favorecem a participação em assuntos públicos e o exercício de cidadania. Estes, segundo Ruedin (2007), são fatores como educação e *status* socioeconômico, combinados com fatores individuais como sexo, idade, localização, raça e religião. O capital social é um dos fatores considerados importantes para a participação política.

Os autores que escrevem sobre Capital Social diferem entre si na pergunta sobre se são somente as relações individuais ou as relações puramente comunitárias que produzem Capital Social e também em que medida valores e normas influenciam a produção deste. Na definição de Ruedin (2007), Capital Social são as relações entre os indivíduos na comunidade, que facilitam a cooperação entre os cidadãos e incrementam o acesso aos *ressources* que

beneficiam a participação política. Essa noção de Capital Social coloca em foco os benefícios, tais como ter acesso a redes comunitárias e relações e contatos pessoais.

Para Putnam (2006), o Capital Social é uma produção da ação coletiva² e uma sociedade civil ativa ajuda a criar um “círculo virtuoso de valorização de práticas democráticas” (RENNO, 2003, p. 73). As comunidades “cívicas”, segundo Putnam (2006), se diferenciam das comunidades “não cívicas” por seu engajamento cívico e pelos altos níveis de mobilização coletiva acerca de temas públicos (RENNO, 2003, p. 73), e produzem, porém, mais Capital Social. A teoria de Putnam (2006) se concentra no desempenho de instituições, que, de acordo com o autor, funcionam melhor e são mais eficazes quando se podem basear num elevado nível de capital social já existente nas determinadas comunidades.

Putnam (2006) se baseia na pergunta como gerar “confiança mútua” e “reciprocidade generalizada” entre os atores em ações coletivas. Ainda conforme o autor, todas as instituições sociais dependem de como são resolvidos os problemas que aparecem na “ação coletiva”, baseados principalmente na desconfiança e na falta de informações. Putnam (2006, p. 174) está convencido que quando os atores chegam a assumir compromissos, eles ganharão “oportunidades de proveito mútuo”.

Segundo Putnam (2006), a confiança mútua gera a cooperação entre os atores (os cidadãos), os quais constroem suas instituições determinadas pelas associações já existentes e influenciados por sua cultura e trajetória social. Consequentemente, as comunidades com estruturas e relações hierárquicas e verticais tendem a gerar instituições coercitivas, enquanto comunidades com estruturas e relações horizontais têm mais facilidade de construir instituições com hierarquias horizontais e cooperativas. Comparando uma com a outra, esta última funciona de maneira mais eficaz, pois, de acordo com Putnam, estruturas sociais com participantes interessados na criação de regras e sanções comuns para solucionar conflitos terão mais facilidade em criar novas instituições.

Assim, no estudo sobre novas institucionalidades do norte e do sul da Itália, Putnam (2006) observa que a cooperação voluntária era mais fácil em comunidades com elevado nível de Capital Social, com respeito às regras de reciprocidade e com sistemas de participação cívica (idem, p. 177). Putnam (2006) define Capital Social como possuidor de características

² Para Putnam, a ação coletiva é a cooperação mútua entre indivíduos. Ela somente é garantida quando existe confiança mútua e também a garantia de confiança do outro. Para que a efetiva cooperação no governo moderno funcionasse, precisava-se de informação e de executoriedade. Quando os atores (isso vale para atores em todas as instituições sociais) aprendem a assumir compromissos, eles ganharão “oportunidades de proveito mútuo” (PUTNAM, 2006, p. 174).

como organização social, confiança, normas e sistemas (“cadeias de relações sociais”), que contribuem nas sociedades para aumentar a eficiência e facilitar as ações comuns.

Na definição de Putnam (2006, p. 180), o Capital Social é tão produtivo para a sociedade como o capital monetário, com a diferença que constitui um bem público, e não privado, sendo, portanto, um “subproduto de outras atividades sociais”. As instituições podem se orientar e se beneficiar do capital social nas relações sociais existentes entre os indivíduos, na informação e na executoriedade. Assim, “o capital social serve como uma espécie de garantia” (idem, p. 178).

Rennó (2001) retoma a teoria de Putnam (2006) sobre a confiança interpessoal e confirma que a democracia, estimulando os grupos de ação coletiva pacífica, reforça a difusão do comportamento confiante no sistema político. No entanto, Renno (2001, p. 38) desafia a tese de Putnam sobre uma ligação necessária entre confiança interpessoal e participação política e afirma que a “confiança interpessoal é um efeito e não uma causa da estabilidade democrática” (idem, p. 37). Citando Muller e Selligson, Renno (2001) conclui que outras variáveis influem nas atitudes democráticas, tais como a igualdade entre os cidadãos ou a desigualdade na renda.

Outra crítica de Rennó (2003, p. 74) à tese de Putnam (2006) se refere ao papel do Estado, pois, para este, a “interferência estatal na sociedade civil leva a prejuízos para a formação de ações coletivas”. Um Estado forte, segundo Putnam (2006), não concede espaço para as comunidades ativas e independentes, enquanto as “ações coletivas” criam mecanismos de estímulos à participação. Para Rennó (2001) e Norris (2002), ao contrário de Putnam (2006), o Estado pode ter um papel positivo, a favor de ações coletivas. Ele pode, como destaca Tarrow (1994 *apud* RENNÓ, 2003), garantir o acesso irrestrito e igualitário ao sistema legal eficiente (RENNÓ, 2003, p. 74). Norris (2002) está de acordo acerca da importância do Capital Social e destaca que o interesse político, a experiência prática e o conhecimento cívico que se ganha na participação em ações coletivas geram um “*ceiling effect*” a favor de atitudes democráticas.

O Estado pode, por exemplo, dar suporte financeiro, subvencionar espaços públicos e criar “estruturas de oportunidade política para grupos sociais” nos quais se produz Capital Social, que também serve ao Estado e ao sistema político, investindo em seus cidadãos e no desenvolvimento de uma sociedade civil democrática. Assim, a tese de Putnam (2006) pode ser altamente interessante para o próprio Estado apoiar “instituições flexíveis” e cooperativas,

que podem reagir de maneira mais eficaz às necessidades atuais das comunidades do que as instituições tradicionais rígidas ou hierárquicas.

No debate sobre as características do Capital Social, alguns autores, como Coleman (1990), diferem em dar importância aos atributos psicológicos individuais, medidos por indicadores de atitudes cívicas como a “confiança interpessoal”. Eles consideram que o Capital Social pode ser medido somente ao nível de comunidades e redes comunitárias.

Welzel, Inglehart e Deutsch (2005) criticam a concentração das pesquisas sobre o Capital Social e as instituições, em associações voluntárias, para medir o envolvimento cívico dos cidadãos. A tese de Putnam (2006) sobre a influência “cívica” de associações voluntárias nas instituições que, segundo Welzel, Inglehart e Deutsch (2005), foi criticada, consiste na consideração de que nem todas as associações voluntárias têm necessariamente um caráter “cívico”, como é o caso de associações extremas ou daquelas com caráter não democrático.

Welzel, Inglehart e Deutsch (2005) acrescentam que a maioria dos estudos comparativos sobre Capital Social não dão atenção às ações não institucionalizadas, que expressam demandas e confrontam, assim, o governo. Estudos sobre “*elite challenging actions*” integram as formas de participação individuais, não convencionais e as atividades de cidadãos – expressas por movimentos sociais, boicotes ou mobilizações de protestos –, e as consideram também como manifestações de Capital Social. Segundo eles (idem, p. 123), as teorias sobre o Capital Social, como a de Putnam (2006), são “teorias derivadas”, que consideram as atividades de protesto civil, ou “*elite challenging actions*”, como formas que são, primeiramente, contraproducentes ao Capital Social, e, também, consideradas como mecanismos puramente violentos e frustrados.

Ao contrário, para Welzel, Inglehart e Deutsch (2005) as atividades de protesto civil são oportunidades para os cidadãos expressarem seus interesses em situações específicas, que ajudam a construir pontes entre comunidades de temáticas e de interesses compartilhados, sendo, portanto, uma forma de ação coletiva. Assim, eles reconhecem compreender as atitudes cívicas, em âmbito individual, dos elementos que compõem a cultura cívica (RENNO, 2001, p. 36).

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DESENHO DA PESQUISA

Após o levantamento de informações e dados, foi constatado que existia somente uma pesquisa sociológica sobre os Centros de Mães (realizada por Monicka Jaeckel: *Spreading like Wildfire*, 2007). Esta se concentra na descrição do funcionamento dos Centros, e não nas possibilidades da participação política em especial. Por isso, escolheu-se um desenho de pesquisa qualitativa-exploratório e foram realizados estudos de casos individuais em alguns Centros de Mães, em sete países escolhidos: Alemanha, Argentina, Áustria, Bósnia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia. Ademais, foram pesquisadas tanto as mulheres participantes e visitantes dos Centros de Mães quanto as fundadoras e as coordenadores das redes nacionais e da rede internacional de Centros de Mães Mine. Por fim, realizou-se uma análise comparativa *cross case* e comparou-se o trabalho e as distintas formas de institucionalização às relações públicas e à participação política de Centros de Mães nos distintos países. O objetivo é poder construir imagens detalhadas e específicas destes, de seu funcionamento e de seu papel político nos países selecionados.

A coleta de dados se baseia, primeiramente, na aplicação de questionários (ver apêndice A), entrevistas de profundidade e visitas participantes a Centros de Mães em seus países³. Os questionários foram distribuídos pela internet para as respectivas coordenadoras dos países, que distribuíram às mulheres em seus próprios Centros de Mães ou para a rede nacional de seus países, na seguinte quantidade: Alemanha (trinta questionários respondidos), Áustria (vinte e um questionários respondidos), Argentina (oito questionários respondidos), República Tcheca (dez questionários respondidos) e Hungria (dez questionários respondidos). Os Centros de Mães da Eslováquia e da Bósnia não responderam aos questionários por falta de tempo, mas participaram da pesquisa por meio das visitas participantes e/ou por entrevistas de profundidade. Cada questionário representa a opinião de uma mulher de um Centro de Mães. No total, temos uma mostra de 79 questionários respondidos. A amostra é pequena, todavia, nos permite ver as similitudes e as diferenças entre os Centros de Mães, suas atividades e seu envolvimento, bem como sua participação política.

O objetivo da aplicação de questionários foi permitir uma visão geral dos Centros de Mães participantes da pesquisa e de seu contexto institucional, social e político. Ademais, o

³ A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê da Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (Protocolo n. 216/12).

questionário continha perguntas para poder gerar a variável principal e comparar melhor os Centros entre si, sendo tal variável a “participação política” das mulheres nestes e a percepção dos mesmos como instituições intermediárias de gestão entre os cidadãos e as instituições sociais e governamentais.

O questionário é semiestruturado e reúne perguntas abertas para a colocação das percepções das mulheres sobre sua participação política e o envolvimento de seu Centro de Mães na comunidade (ver Apêndice A), usando o método comparativo de Lijphart (1971), que consiste na exposição ordinal dos resultados e no controle de variáveis comuns para assegurar uma melhor comparação empírica entre os Centros.

A “participação política” será mensurada pelos indicadores: 1) participação política de mulheres dos Centros em instituições políticas, como partidos ou associações e organizações políticas; 2) participação em outras formas de participação política, como manifestações, petições, reivindicações públicas, outras atividades políticas e sociais; 3) participação em fóruns e conselhos públicos, mesas redondas; 4) presença das mulheres e dos Centros na opinião pública, na mídia e na imprensa local; 5) as mulheres e os Centros como iniciantes de campanhas políticas.

O questionário contém questões sociodemográficas como escolaridade, idade, contexto familiar das mulheres (mãe solteira, casada) e sua ocupação (trabalha, estuda, é dona de casa). Essas questões permitem conhecer melhor o perfil das participantes dos Centros de Mães.

Por meio desta primeira avaliação, objetivou-se analisar tanto as diversidades e as similitudes entre os países, como também entre as mulheres que participam nos Centros de Mães, sendo interessante tanto o perfil das mulheres como suas indicações sobre a participação política, comparando as respostas com os anos indicados de entrada e o tempo de sua participação neles. Por meio da análise prévia dos questionários, ademais, se pôde ler as atividades locais dos diferentes Centros e o envolvimento destes na vida pública e política das comunidades e dos países.

Para aprofundar o estudo de caso, foram realizadas entrevistas em profundidade com mulheres de dez Centros de Mães, com a intenção de pesquisar suas percepções sobre estes e para explorar as motivações que as animam a participar na vida pública e política, como são articuladas suas preferências e reivindicações políticas e de que maneira estas determinam suas relações com a política do governo e as instituições políticas. Às entrevistadas foi

concedido espaço para a resposta livre e espontânea para, assim, poder integrar as reações e as percepções das mulheres a esta pesquisa.

3.1 CENTROS DE MÃES INTERNACIONAIS: COMPARAÇÕES E DIFERENÇAS

Nesta pesquisa participaram, como já explicado, Centros de Mães de sete países diferentes. Como é difícil gerar hipóteses universais para um total de mil Centros, estes foram selecionados e diferenciados segundo contextos locais e político-sociais distintos, mais exemplificatórios. Primeiro, temos os Centros de Mães da Alemanha e da Áustria, exemplos clássicos para o tipo fundado e estabelecido na primeira onda de formação espontânea nos países europeus ocidentais nos anos noventa.

Esses países têm em comum o fato de serem altamente industrializados e com um nível de segurança social similar. O trabalho dos Centros de Mães já influenciou sua agenda de políticas, pois estes são fortemente institucionalizados em suas municipalidades (mas, como se perceberá, possuem maneiras estruturais e organizacionais diferentes) e se organizam em redes nacionais. Ambos os Centros recebem suporte financeiro de seus governos (de maneira, intensidade e regularidade distintas) e são bem reconhecidos pela sociedade e pelos governos municipais, estaduais e nacionais. Ademais, têm representação na liderança da rede internacional Mine, portanto, também elaboram o trabalho internacional dos Centros de Mães em rede. Ainda, têm a história mais antiga, pois na Alemanha o conceito foi elaborado há mais de trinta anos, com a fundação do primeiro deles, em 1980; na Áustria, já existiam Centros fundados independentemente do conceito alemão, desde 1979, em Innsbruck.

A rede nacional de Centros de Mães tem, na Alemanha, mais de quatrocentos Centros, subdivididos em redes estaduais e regionais. Muitos deles estão integrados à infraestrutura local por meio dos serviços sociais que oferecem. Nos seus trinta anos de experiência, eles se envolveram de maneira distinta em muitos debates políticos e na elaboração de políticas em temáticas como famílias, pobreza estrutural crescente, famílias com mãe ou pais solteiros, a sociedade envelhecida ou a integração de imigrantes (JAECKEL, 2007, p. 45). Os Centros de Mães da Áustria foram criados como a mesma resposta social às necessidades de mulheres-mães como os da Alemanha, e se conectam e institucionalizam também em uma rede nacional e participam da rede internacional Mine.

Na segunda onda de fundações têm-se os Centros de Mães construídos em países do Leste Europeu após a dissolução da União Soviética e no processo de reconstrução da democracia. A República Tcheca foi o primeiro desses países a incorporar o conceito de Centro de Mães elaborado na Alemanha, com a ajuda da rede internacional, possuindo as características mais comuns com os Centros de países industrializados do Oeste Europeu. O primeiro Centro de Mães na República Tcheca foi fundado em Praga, em 1992, apoiado pela transmissão de experiência da rede nacional alemã. Após uma rápida expansão para outras cidades tchecas, foi criada a rede nacional tcheca, em 1999. Atualmente, ela possui mais de 180 centros e representa o país com mais expansão depois da Alemanha. A rede nacional de Centros de Mães tchecas se caracteriza também pela participação política local e nacional e com outras organizações políticas, estando muito vinculada à política institucional, tendo sido sua fundadora, inclusive, candidata à Presidente da República.

Os Centros de Mães da Eslováquia e da Hungria também – como os da República Tcheca – estão localizados em países que formaram parte do sistema político da antiga União Soviética e que, como ela, estavam vivendo uma transição social para novos estados democráticos. A Eslováquia têm em comum com a República Tcheca a espontânea implementação e expansão do conceito de Centros de Mães em seus novos processos de democratização ao final dos anos 1990. A fundação rápida desses Centros se explica, em parte, pela iniciativa privada intensa de suas fundadoras e pelo seu trabalho intenso em redes nacionais, bem como pelo suporte da rede internacional Mine e dos programas da União Europeia como “*Grundtvig*” para a transmissão de conhecimento, que assegurou o trabalho em rede e possibilitou uma melhor cooperação entre eles.

Os Centros de Mães da Eslováquia foram fundados (o primeiro deles em 1998, em Poprad) também pela transmissão e pelo intercâmbio de conhecimento e de comunicação com outros já existentes, tendo sua rede nacional (fundada em 2001) mais de oitenta centros. Nos países pós-socialistas, esses Centros têm grande importância no suporte a pais e famílias e no envolvimento da sociedade civil e da democracia “*from the bottom up*” (JAECKEL, 2007, p. 46).

O Centro de Mães visitado na Hungria é um caso singular, por ter sido fundado recentemente (2007) e em um contexto político específico. O governo desse país, em um determinado período, suprimiu os direitos de mulheres-mães em suas reivindicações a favor do parto natural e o serviço e a formação de parteiras (profissão proibida na Hungria). Assim,

eles foram fundados nos últimos cinco anos, a partir de 2007, em um contexto político não muito favorável à participação das mulheres nas políticas públicas.

Para caracterizar a terceira onda de fundações de Centros de Mães, foram escolhidos exemplos dos que foram criados basicamente com a ajuda internacional de outros Centros criados nas primeiras duas ondas. Como estudo de caso especial, se analisará o trabalho realizado na Bósnia, cujas mulheres atuantes participaram em uma entrevista de profundidade com sua fundadora. A Bósnia vai ser exemplificatória, porque os Centros foram formados após a Guerra Civil e funcionaram como Centros de competência e de integração durante os conflitos étnicos e religiosos. O primeiro deles foi fundado em 2002, por uma refugiada que coletava suas experiências durante o exílio na Alemanha e que transferia o conceito para sua cidade, Zavidovici. Após a criação de três deles pela fundação Robert Bosch, foram criados mais dois, que funcionam até hoje (JAECKEL, 2007, p. 46).

O estudo de caso da Bósnia também é interessante porque muitas mulheres são de origem romena, população com um contexto político-social e histórico especial nos estados nacionais europeus. Porém, também é importante mencionar as duras condições atuais econômicas e sociais, que dificultam o envolvimento cívico e o trabalho comunitário da forma como é realizado nos Centros de Mães. Nesse país, os Centros trabalham individualmente e sem organização em rede, têm poucos membros e carecem de espaços públicos. Além disso, não estão no foco de desenvolvimento da União Europeia, como é o caso, por exemplo, de outros países do Leste Europeu.

Como outro estudo de caso para fundações por meio da cooperação internacional entre os Centros e a rede internacional Mine, foi selecionado o Centro de Mães “Barrio Independencia, Suárez”, na província de San Martín, em Buenos Aires, o primeiro da América Latina. Ele recebeu, na fundação e construção de seu espaço, em 2003, um grande suporte solidário internacional, tanto de instituições exteriores, doações internacionais privadas e doações de outros Centros de Mães da rede internacional Mine. Ao mesmo tempo, é um exemplo positivo de autoajuda de mulheres da base social em situações da vida absolutamente precárias e mostra o processo de independência e de autogestão em um contexto que dificilmente permite a autodeterminação dos grupos sociais. Nesse momento (final de 2013), o Centro de Madres Barrio Independencia está procurando uma forma de autofinanciamento pela construção de microempresas e está em pleno processo de ocupar espaço de decisão na política local municipal.

3.2 OBSERVAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E VISITA AOS CENTROS DE MÃES

Para aprofundar o estudo de caso e para o registro de entrevistas de profundidade, a pesquisa foi complementada com visitas participativas em seis países (com um total de dez Centros de Mães e de Famílias). Foram realizadas entrevistas de profundidade com mulheres, visitantes, participantes ativas, mulheres “líderes” e coordenadoras de redes de Centros de Mães nacionais e internacional (Mine). Ademais, para capturar as experiências comuns das mulheres participantes foram formadas (e gravadas) rodas abertas, nas quais elas podiam falar em conjunto, de maneira livre e espontânea, sobre a história de seu Centro. As rodas começaram com a pergunta inicial: “como você chegou ao Centro de Mães e como foi a sua trajetória na participação no Centro de Mães?”. Em seguida, as mulheres foram questionadas sobre os problemas e os desafios que encontraram em sua fundação e em seu trabalho e sobre sua relação com a política.

As visitas começaram com um encontro nos Centros de Mães alemães em Stuttgart, no espaço do *Mütterforum* (Fórum de Mães) – espaço político que funciona como um fórum especializado em políticas para famílias e outras questões vinculadas, como planejamento de cidades, questões sobre meio ambiente, etc. – utilizado para realizar discussões e relatos de experiências e para gravar as entrevistas em profundidade com as mulheres participantes e as mulheres fundadoras de Centro de Mães e do Fórum de Mães.

O Centro de Famílias da pequena cidade de Poing, próximo a Munique, localiza-se, atualmente, no *Bürgerhaus* (Casa do Cidadão), e é um exemplo de Centro de Mães que elegeu várias mulheres prefeitas na política municipal. Nessas visitas conheceu-se o “Café de Mães”, local núcleo para o encontro de mães, famílias e idosos, e foram realizadas entrevistas em profundidade com as mulheres fundadoras, coordenadoras e que iniciaram sua carreira política no Centro de Mães. Local importante para esta pesquisa, uma vez que a forma de empoderamento político das mulheres é comparável ao processo atual do Centro de Mães “Villa Independencia de Suarez”, na província de Buenos Aires, posteriormente. Uma comparação entre esses dois Centros é interessante porque mostra o intercâmbio de experiências das mulheres alemãs com as argentinas para resolver problemas na gestão política destas últimas em sua comunidade.

Na Áustria, foram visitados dois Centros de Mães na cidade de Viena, cada um com um enfoque distinto. O primeiro deles, “EKiz” (Centro de Pais e Crianças), e o segundo,

“Nanaja” (especializado no acompanhamento pré-natal de mulheres), são clássicos e tradicionais Centro de Mães da primeira hora, suas fundadoras estão mantendo suas estruturas e da rede nacional até o momento da finalização desse estudo (dezembro 2013). Foram realizadas entrevistas em profundidade com suas integrantes.

Em relação às visitas aos Centros de Mães nos países do Leste Europeu, foram escolhidos aqueles que são sede e contam com a participação de mulheres fundadoras dos Centros e das redes nacionais. Foram visitados dois na cidade de Bratislava, na Eslováquia, e realizadas entrevistas em profundidade com participantes, fundadoras e coordenadoras de Centros e da rede nacional.

Na República Tcheca, na cidade de Praga, foi visitada a oficina da rede nacional de Centros de Mães Tchechas (que integra mais de 180 deles), e foram gravadas entrevistas em profundidade com a fundadora do primeiro Centro, em Praga, com coordenadoras de rede nacional e com as coordenadoras atuais dos Centros de Mães “YMCA”, na mencionada cidade e na pequena cidade de Melnik.

Na cidade de Miscolk, na Hungria, foi realizada e gravada uma rodada de experiências com as mulheres e fundadoras desse jovem Centro de Mães. Como na primeira etapa de experiência, as entrevistas foram iniciadas com a pergunta inicial: “Como você chegou ao Centro de Mães?”, pedindo às mulheres que falassem sobre a fundação, os desafios e as problemáticas que encontraram na trajetória e as relações com a política.

Com a fundadora e coordenadora dos Centros de Mães na Bósnia foi realizada uma entrevista de profundidade extensa via internet. A ideia de realizar uma pesquisa qualitativa e comparativa sobre os Centros de Mães se baseava na tentativa de encontrar certas generalizações sobre o funcionamento deles nesses países, de contextos diferentes. É difícil anunciar generalizações neste tipo de pesquisa, por isso, concentrou-se na teoria qualitativa de Davis e Dodd (2002), os quais assinalam a importância da consciência e da alocação do pesquisador dentro do processo de pesquisa. Aqui, a maneira de fazer as perguntas nas entrevistas, de escutar e a reação às respostas dos entrevistados, além da forma de refletir sobre o material coletado, adquire importância.

Um dos desafios foi fazer o processo de pesquisa visível para aumentar o grau de *accountability* e descrever todas as situações nela ocorridas, “em toda sua desordem” (DAVIS e DODD, 2002, p. 4). A própria flexibilidade, a subjetividade e a interação social com as mulheres dos Centros de Mães criaram uma forma alternativa de rigidez.

Davis e Dodd (2002) se baseiam num “conhecimento alocado” e o objetivo foi realizar uma pesquisa que confia na responsabilidade, no grau de *accountability*, na parcialidade e na subjetividade dos participantes da pesquisa. Foi a interação social com as mulheres dos Centros de Mães que abriu as portas para poder gerar novas hipóteses sobre o funcionamento destes e ajudar a gerar novas perspectivas futuras e possibilidades para a participação política na comunidade local, bem como aprimorar as instituições democráticas.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS CENTROS DE MÃES INTERNACIONAIS

4.1 OS CENTROS DE MÃES DA ALEMANHA E DA ÁUSTRIA

4.1.1 Fundação de Centros de Mães e Estruturas de Rede

Alemanha e Áustria são os primeiros países em nossa comparação e nos quais surgiram os Centros de Mães, após uma movimentação e articulação de mulheres-mães e baseados em um pensamento de autoajuda. Nos dois países, os Centros foram fundados por grupos de mães que se encontraram inicialmente em espaços provisórios, tais como apartamentos privados, para acompanhamento na fase pré-natal, ou com suas crianças pequenas, dando-se suporte mútuo. O primeiro Centro de Mães na Áustria foi fundado em 1979, na cidade de Innsbruck, independente da Alemanha, e não estava conectado ao conceito oficial, elaborado posteriormente, em 1981, na Alemanha, pelo Instituto de Juventude Alemã.

Desde o começo, o conceito alemão se baseava em quatro princípios básicos: o primeiro é o encontro aberto e o segundo o reconhecimento de mulheres-mães como “especialistas do dia-dia” e da importância de integrar suas capacidades e habilidades distintas no Centro. O terceiro princípio é que cada trabalho realizado deverá ser pago, seja em espécie ou em serviços materiais. O quarto e último é a abertura de cada Centro de Mães para as crianças, ainda que o núcleo do trabalho esteja centralizado nas mulheres.

Tanto na Áustria como na Alemanha, os Centros de Pais e Crianças e os Centros de Mães se organizam em forma de associação civil, conectando-se entre si em redes nacionais. Na Alemanha, os Centros de Mães se subdividem em redes regionais e, portanto, têm uma organização distinta.

A rede nacional de Centros de Mães na Alemanha – *Mütterzentren Bundesverband E.V.* – integra mais de quatrocentos Centros de Mães e Famílias e as Oficinas de Mães (que administram o trabalho de Centros de Mães), entre eles alguns maiores, integrados a grandes complexos comunitários da cidade (como em Stuttgart), e pequenos centros, fundados por iniciativa própria de mulheres. Ademais, a rede nacional integra casas que agregam todas as gerações (*Mehrgenerationenhäuser*) e surgiram como iniciativas dos próprios Centros de

Mães para colaborar com as Casas de Idosos e ampliar os encontros abertos para todas as gerações. Além dos de tipo clássico, muitos deles atualmente se autodenominam “Centros de Pais e Crianças” ou “Centros de Mães e Famílias”, ampliando o conceito inicial, baseado em mulheres-mães. A rede alemã dispõe de recursos públicos e gera receitas por meio de fundações privadas.

Desde 2006 existe a organização de cúpula dos Centros de Mães e Crianças austríacas, *Dachverband der Unabhängigen Eltern-Kind Zentren Österreichs*, que possui, atualmente, quarenta Centros distribuídos em todo o país. Ao comparar com a rede alemã, a rede austríaca não dispõe de recursos para o pessoal que atua na coordenação do trabalho em rede e de administração. Apesar disso, se pode observar uma onda de fundações no leste da Áustria, além do fato de existir uma disparidade decrescente de leste a oeste no tocante ao patrocínio do governo favorável a eles. Isso se deve à estrutura das administrações estaduais do país: as cidades do oeste estão mais bem vinculadas às suas administrações estaduais e recebem, por isso, patrocínios maiores para suas organizações sociais. A coordenação das cidades do leste e suas administrações estaduais são menos fortes e há, por isso, menos possibilidades de acesso a recursos. Outra causa possível se deve ao momento de criação: enquanto os Centros de Mães no oeste da Áustria foram fundados na época inicial os anos oitenta, com mais disponibilidade de recursos financeiros, os do leste foram fundados mais recentemente e com menos disponibilidade de recursos por parte de seus governos.

Na Áustria, desde o começo os Centros se autodenominam “Centros de Pais e Crianças”, ainda que a maioria dos participantes sejam mulheres, como relata sua coordenadora, Katharina Kamelreiter, do Centro da cidade de Viena. De acordo com a coordenadora da rede nacional, denominada Organização de Cúpula dos Centros de Pais e Crianças Independentes: “*Com 90-95% de mulheres, os Centros representam nossa realidade na sociedade: as mulheres fazem o trabalho principal, sempre são fundadoras, mas nós somos um Centro de Pais e Crianças*” (Entrevista de profundidade. Centro de Pais e Crianças “Kind und Kegel”, Viena, 24.06.2013. Manuela Stein).

As redes alemãs e a rede independente de Centros de Pais e Crianças austríacos participam também da rede internacional Mine e do programa da União Europeia Grundtvig (*The Grassroots Women's International Academy a Peer Learning Strategy applied to the Mother Centers Movement*). A academia tem como objetivo contribuir na transmissão e no intercâmbio de conhecimento e elaborar estratégias para apoiar a fundação e o desenvolvimento de novos Centros de Mães em outros países.

4.1.2 Áustria: Implementação de Pensamento Preventivo na Formação de Pais

Nos últimos trinta anos, os Centros de Mães e os de Pais de Crianças conseguiram construir cooperações positivas com as instituições políticas e influenciaram as políticas públicas austríacas e alemãs, implementando a noção de prevenção na formação de pais e de famílias como parte fundamental das políticas de famílias. O pensamento preventivo consiste no reconhecimento de que é mais eficaz e econômico investir em políticas e em estruturas de prevenção, fortalecendo a capacidade de autoajuda das famílias, ao invés de investir nos altos custos das consequências negativas causadas pela ausência de políticas preventivas. Esse reconhecimento consiste também na visão de que o conhecimento das famílias é um recurso que pode trazer benefícios e subsídios para as políticas do Estado. Assim, se percebe, nos exemplos da Alemanha e da Áustria, que foram elaborados e oferecidos instrumentos a partir da visão de mulheres e famílias de Centros de Mães, com respostas político-sociais eficientes e sustentáveis, especialmente em tempos de rápidas transformações sociais. Ademais, nota-se, nesses exemplos, como outras instituições políticas e sociais se aproveitaram das soluções por eles encontradas e as colocaram em suas próprias agendas, programas e instituições.

Outras soluções foram sendo incorporadas às políticas públicas do Estado, como, por exemplo, as alocações de creches com vagas flexíveis e compartilhadas, ou as propostas a partir dos Centros de Mães para melhorias na estrutura urbana. Esses exemplos mostram bem como o Estado pode usar ideias e conhecimentos das mulheres, consideradas especialistas em suas áreas, para implementar políticas públicas eficientes, e, ainda, com baixos custos para a própria elaboração das soluções. Outro ponto positivo em investir na integração dos cidadãos na elaboração de políticas públicas é o reconhecimento de que cidadãos responsáveis por suas vidas e de suas famílias reduzem os custos e a necessidade de investir cada vez mais em políticas públicas, solucionando e evitando problemas por meio de mecanismos preventivos.

A fundadora do Centro de Pais e Crianças *Kind und Kegel* e coordenadora da rede nacional austríaca participa regularmente como especialista nas comissões ministeriais de “*Frühen Hilfen*” (ajudas preventivas) e na comissão para a “Ajuda de Pais”. Segundo ela:

Pais para pais, e os pais são os especialistas em suas crianças. Isso é um lema que está enraizado na Áustria na formação de pais: ver os pais como especialistas. Eu acho que isso foi aprofundado no pensamento nos últimos trinta anos pelos Centros de Pais e Crianças. Também há o lado oficial, que atinge a formação de pais. (Entrevista de profundidade. Centro de Pais e Crianças, Viena, 24.6.2013. Manuela Stein)

Apesar da dificuldade de receber suporte financeiro do governo, as mulheres austríacas relatam prioritariamente esse entrave na fase inicial de fundação de cada Centro – como o Centro de Pais e de Crianças *Kind und Kegel*, na capital Viena, onde foram necessários quinze anos até que recebessem um patrocínio do Estado, atualmente recebem um suporte do Estado e dois patrocínios do governo de Viena. O governo apoia principalmente os serviços e as contribuições oferecidas na área de formação de pais, como a coordenadora da rede nacional desse país relata:

Os Centros de Pais e Crianças se concentram na temática de Formação de Pais, porque é para isso que recebem dinheiro do Estado. É uma temática importante, porque com o pensamento preventivo se aprende um com o outro e assim a situação com as crianças é mais fácil. Na Áustria existem grupos de pensamento preventivo, que colaboram muito bem ao nível de ministérios, os católicos, os social-democratas, o Volksbildungswerk [instituição para a formação do povo], nos partidos, aí existe um grande consenso. Nós, como Centros de Pais e de Crianças, temos uma voz importante. (Entrevista de profundidade. Centro de Pais e Crianças, Viena, 24.6.2013. Manuela Stein)

Além do suporte financeiro parcial para os centros e o reconhecimento por parte do governo do Estado e do da cidade, as coordenadoras criticam que suas relações de emprego no Centro de Mães austríaco são difíceis, pela necessidade de renovar o patrocínio anualmente – fonte também de seu pagamento. Outro problema destacado é o trabalho voluntário e o envolvimento decrescente de participantes ativas nos Centros, em função da diminuição legal do tempo de licença-maternidade das mulheres, que regressam mais cedo ao exercício de suas profissões. Por isso, elas acabam tendo que gerar seu próprio recurso financeiro com cursos pagos, e entram, por isso, em concorrência com outras instituições, como a igreja ou instituições públicas do setor, as quais conseguem oferecer atividades gratuitas, ministradas por profissionais, porque dispõem de outras fontes de receita.

Ao analisar a participação política dos Centros de Pais e Crianças austríacos, nota-se que estes inicialmente tiveram um contexto político próprio: Nos anos oitenta, as mulheres se juntaram para a preparação de partos e amamentação, a fim de transformarem os procedimentos da época, dominados pela medicina sob a ótica masculina. Naquele contexto, os Centros eram lugares importantes para participação política mais ampla. Comparou-se a situação de possibilidades de participação política dos Centros de Pais e Crianças austríacos hoje e constatou-se que o maior obstáculo para que haja uma participação mais ampla, além da participação em comissões de especialistas, é a falta de recursos materiais. Assim relata a coordenadora do Centro de Pais e Crianças *Kind und Kegel*:

O “Kind und Kegel” [Centro de Pais e Crianças em Viena] participou entre os anos 2005 e 2007 de um projeto da União Europeia, foi um projeto para a compatibilidade de família e profissão, se chamou “maternidade e carreira”, e nós observamos à parte sobre que tipo de estrutura na urbanização se precisa para dar suporte às famílias, para que a família e a profissão se façam mais compatíveis. Nós trabalhamos muito intensamente nisso, mas tudo fracassou por causa do financiamento. Estas campanhas não funcionaram. O que nós fazemos é colocar temáticas em público, mas muitas visitantes não estão conscientes delas, por exemplo, sobre como podemos recuperar nossa cidade [...]. Não estamos tão bem organizados, mas fazemos conscientização. (Entrevista de profundidade. Centro de Pais e Crianças “Kind und Kegel”, Viena, 24.6.2013. Manuela Stein)

Resumindo, os Centros de Mães austríacas se destacam pela conscientização de suas participantes e influenciam o pensamento político, como visto no exemplo sobre a implementação de um pensamento preventivo na formação de pais, que se reflete na agenda política das famílias. Os Centros de Mães austríacas são uma voz representativa para pais e famílias e elas são reconhecidas como especialistas, consolidadas como participantes em grêmios de lideranças políticas.

Como os centros austríacos dispõem de uma larga experiência de fundações e de trabalho de Centros de Mães e de Centros de Pais e Crianças, eles são participantes destacados em um programa da União Europeia denominado *The Grassroots Women's International Academy a Peer Learning Strategy applied to the Mother Centers Movement* (GRUNDTVIG). Apesar de contribuir para a transmissão de seu conhecimento, GRUNDTVIG também se apresenta como um lócus de intercâmbio e de autorreflexão, que, segundo a coordenação da rede nacional austríaca, reproduz o trabalho dos Centros de Pais e Crianças, conferindo visibilidade às próprias raízes e atualizando os ideais surgidos na fase de sua fundação (Entrevista com Ekiz-Dachverband, 10.9.2013).

4.1.3 Os Centros de Mães e de Famílias da Alemanha

4.1.3.1 Estudo de caso: Fórum de Mães (Stuttgart, Alemanha)

O “Fórum de Mães” localiza-se na cidade de Stuttgart e foi criado em 1992 para fortalecer a voz e a representação política dos Centros de Mães e de Famílias, bem como as “Casas de Gerações”, na região alemã de Badem-Würthemberg, com uma rede de cinquenta instituições que praticam o conceito de “autoajuda” de famílias. Ademais, o trabalho do

“Fórum de Mães” se destaca por sua colaboração e cooperação solidária internacional na fundação de novos Centros de Mães em outros países, tanto pela transferência e pelo intercâmbio de seu conhecimento, como por suporte financeiro e ações de solidariedade. Como exemplo, menciona-se a fundação dos três primeiros Centros de Mães na Bósnia e na cidade de Gaziantep, na Turquia.

Os Centros de Mães são reconhecidos como *Standortfaktoren* (fatores importantes que elevam o nível de qualidade dos lugares), patrocinados pelo governo estadual e iniciadores de mesas redondas importantes para o intercâmbio político com representantes de todos os segmentos, facções e partidos políticos. A força do Fórum se origina na manutenção do vínculo com os políticos, com os Centros de Mães nas comunas⁴, com instituições políticas como o Comitê Social, com administradores de Ministérios e com a Secretaria para o Envolvimento Cívico⁵.

Segundo a vice-presidente do Conselho Estadual de Badem-Würthemberg, os convites para as mesas redondas são bem recebidos pelos políticos, que consideram as discussões bem organizadas e uma forma de cooperação construtiva. As ideias e soluções às necessidades sociais, elaboradas a partir do conhecimento de famílias dos Centros de Mães, são integradas à elaboração política do parlamento estadual. Elas tornam a política familiar visível e se integram à política estadual e comunal positivamente (MÜTTERFORUM, 2012).

Um estudo de efeito sobre “Encontros abertos” (2012)⁶, realizado pelo Instituto de Ciências de Educação da Universidade Tübingen, mostra os resultados positivos da cooperação dos Centros de Mães na elaboração de soluções para as políticas de famílias: a abertura destes, a vontade de cooperação e a flexibilidade, como mostra o estudo, confirmam seu trabalho, comparando seus “encontros abertos” com os de outras instituições sociais estabelecidas.

Os Centros de Mães realizam encontros abertos na sede de um estabelecimento próprio e de pequenos negócios (cafés, restaurantes, ofertas de café da manhã ou encontros de

⁴ **KOMUNA:** comunidade política; menor unidade administrativa e espacial local dentro da divisão nacional do Estado Alemão.

⁵ (**Secretariat für Bürgerbeteiligung**): A Secretaria para o Envolvimento Cívico existe somente na região Baden-Württemberg e foi criada pelo próprio Ministério do Estado Baden-Württemberg para fortalecer o envolvimento cívico na região. Assim, o Estado pretende facilitar decisões democráticas diretas nele próprio e nas comunas. “A favor de uma democracia mais viva e com participação de todos, alunos, pais, mulheres e aqueles sem voto” (Secretaria para o Envolvimento Cívico, Gisela Erler, 2013).

⁶ O Estudo de Efeito sobre “Encontros Abertos”, da Universidade Tübingen, é uma pesquisa comparativa de sessenta instituições alemãs que atuam nas áreas de saúde, família, cuidado de crianças, formação de pais e prevenção, que oferecem “encontros” abertos à comunidade. O estudo mede o efeito dos encontros para a comunidade, porque, segundo a pesquisa, nem todo encontro aberto consegue o mesmo grau de abertura em termos de acesso, diversidade, possibilidades de discussão e intercâmbio entre seus participantes.

amamentação). Esses encontros, segundo a pesquisa, são mais acessíveis que outras atividades, como programas de formação ou cursos, pois permitem o intercâmbio e a participação voluntária em um espaço de atuação mais amplo. A criação de um encontro aberto, as áreas de comunicação e de interação e a estrutura pedagógica incrementam o potencial para a participação. Assim, os participantes ganham em possibilidades para o intercâmbio, na construção de redes de suporte mútuo e na formação de grupos.

A intensidade de inclusão que o “Encontro Aberto” pode favorecer depende de sua forma, por isso, cada vez mais Centros de Mães realizam dias de café bilíngues com os idiomas alemão e turco, para favorecer a integração de imigrantes à cidade. Assim, alcançam, com sua abertura, outros estratos da sociedade e integram distintas pessoas em suas mesas, oferecendo um lugar para o intercâmbio e a aprendizagem mútua e incrementando as possibilidades de participação. As mulheres podem trabalhar no café de forma renumerada, sendo este, para muitas delas, o único meio de trabalho, por serem estrangeiras ou possuírem baixa escolaridade. Esse tipo de ajuda e solidariedade social que os Centros oferecem a partir de sua filosofia fundada na autoajuda mostra, mais uma vez, como criam soluções flexíveis e colocadas rapidamente em prática antes mesmo que estas situações sociais recebam respostas políticas adequadas. Assim, são uma base de produção de Capital Social a partir da participação, integração e capacitação de cidadãos na elaboração de políticas e podem ser usados positivamente ao elevar a vontade e as expectativas de participação política das integrantes em suas comunidades.

Duas mulheres de Stuttgart, uma turca e uma alemã, relatam seu trabalho no encontro aberto no Café do Centro de Pais e Crianças *EKiz*:

Mulher turca:

As mulheres não têm a possibilidade de se integrar. O espaço é necessário. Eu falo com todas as mulheres turcas para vir aqui, serem ativas. Não se trata de dinheiro, se trata de se provar, de contribuir para algo. A autoestima de receber dinheiro é muito importante. Mas como nós falamos, nós somos especialistas do dia-dia! É uma boa palavra, somos especialistas do dia-dia, para isso não precisamos de títulos. Vivemos com nossas experiências, com isso podemos alcançar muito, dar muito e receber muito [...]. Aqui na Alemanha as mulheres turcas precisam ser politicamente ativas. Não precisam estar num partido, mas precisam fazer relações públicas. O Centro de Pais e Crianças faz isso, temos que nos juntar por nossos direitos. [...] Participei em cursos de formação como coordenadora de conselho familiar, para integrar as famílias turcas. Com um empenho desta maneira você pode ser política. Nós vamos para reuniões, atuamos em teatro. Desejo que todas as mulheres turcas percebam seus direitos, isso para mim significa ser político: ir ao público. [...] Integração vivida. Muitos políticos falam de integração, mas para isso você precisa primeiro de um espaço. Precisa encontrar um espaço para que as pessoas possam se integrar. Se você precisa mostrar sempre primeiro seu curriculum, isso é brincadeira. Você é estrangeiro, você não é reconhecido por

sua profissão! (Entrevista de profundidade. Foro de Mães, Stuttgart. 20.6.2013. Manuela Stein)

Mulher alemã:

Eu tenho uma formação de escola extremamente horrível e tenho muitas dificuldades de conseguir uma vaga devido a minha formação. Eu recebi uma proposta de trabalhar no serviço de café. Elas falaram: “Aquilo foi antes, isto aqui é agora. Queremos saber como você é agora”. Assim pude terminar também uma formação. Com um certificado anterior que comprovava que eu era uma preguiçosa. Mas não sou assim, só não sabia como me integrar antes. Não sabia. (Entrevista de profundidade. Foro de Mães, Stuttgart, 20.6.2013. Manuela Stein)

A análise sobre a teoria do conceito alemão e os quatro princípios, entre eles o Encontro Aberto, é uma explicação para o êxito na participação política dos Centros em forma de colaboração na elaboração de políticas eficientes. Também se nota um crescimento no interesse e no envolvimento político e social entre as mulheres que participam ativamente nos Centros de Mães vinculados ao Fórum de Mães. Segundo os dados dos questionários, a maioria das mulheres que desenvolveram um interesse em atividades políticas e sociais (além da participação em eleições) teve seu envolvimento a partir das atividades de seu Centro de Mães, sem ter participado anteriormente, de forma ativa, na política.

Com a permanência e a defesa dos quatro princípios, nos últimos trinta anos, os Centros de Mães criaram soluções sociais e políticas a partir de experiências para a política de famílias, integradas às agendas políticas e realizadas por outras instituições sociais e de educação (*Bildungsträger*) como, por exemplo, oferecer vagas compartilhadas nas creches, os *mini-kindergartens* (lugares transitórios, disponibilizando vagas provisórias e flexíveis para crianças que não conseguem vagas nas creches públicas), ou o “encontro acompanhado” para famílias em situações de separação; o estabelecimento de novos projetos de gerações mais velhas, com a possibilidade de “moradia acompanhada”; ou encontros abertos interculturais.

O lema do Fórum e dos Centros de Mães participantes é “participar do desenvolvimento da sociedade e dos processos legislativos políticos com ofertas, com as quais as famílias consigam criar estruturas próprias de ajuda” (MÜTTERFORUM, 2012). Os Centros de Mães alemães são reconhecidos por terem um bom equilíbrio entre pessoal remunerado e trabalho voluntário. Assim, eles integram tanto a experiência “da base social, como as forças profissionais, que acompanham os ‘especialistas do dia-dia’” (MÜTTERFORUM, 2012). As participantes combinam o profissionalismo (trazido de suas formações e profissões originais) com a flexibilidade de seu envolvimento voluntário.

Como relatam tanto as mulheres fundadoras da Alemanha como da Áustria, elas estão em posição difícil em comparação com outras instituições confessionais, que também trabalham com as mesmas temáticas – como a formação de famílias, o trabalho e a família – e, muitas vezes, integram soluções elaboradas nos Centros de Mães para seus trabalhos, como uma mulher do Fórum de Mães relata: *“As grandes instituições com dinheiro estão com inveja dos Centros de Mães pelo know how e pelo conhecimento de base que eles têm. Mas o trabalho dos Centros de Mães não é valorizado com dinheiro.”* (Entrevista de profundidade. Fórum de Mães, Stuttgart, 20.6.2013. Manuela Stein).

O relato mostra um problema comum, compartilhado pelos Centros de Mães de distintos países em relação a outras instituições que trabalham em áreas parecidas, tais como a igreja ou as instituições vinculadas às fundações ou partidos políticos, que também procuram soluções sociais e políticas para determinados problemas na sociedade e muitas vezes possuem ofertas iniciadas em Centros de Mães, substituindo o trabalho voluntário das mulheres por pessoal profissionalizado. Isso gera situações de concorrência e de inveja sobre a invenção e a origem das medidas e atividades sociais, como as mulheres fundadoras tanto da Áustria como da Alemanha relatam.

Para escapar dessa situação de concorrência e com o fim de intensificar a cooperação entre as instituições e melhorar a participação na arena da política de famílias no Estado, o “Fórum de Mães em Stuttgart” foi cofundador da rede “Formação de Famílias”, encabeçada pelo Conselho Estadual de Famílias, que coordena o trabalho por mais transparência entre as instituições que trabalham com a temática da formação de famílias.

Na roda de experiências realizada na visita participativa ao “Fórum de Mães”, em junho 2013, foi constatado que as participantes, também integrantes deste, coordenadoras e cofundadoras de diferentes Centros de Mães e Famílias, estavam de acordo entre si, queriam participar, construir com equidade com as outras instituições e com os políticos, bem como tomar decisões, compartilhar as competências e fomentar a formação humana. Após a pergunta sobre as opiniões das mulheres sobre os partidos políticos, percebeu-se que elas estavam de acordo, não desejando fazer uma política de partidos, mas entendendo que sem estes também não seria possível seu funcionamento. Por isso concordam que é importante conhecer as intenções da política. Uma participante e cofundadora de Fórum de Mães acrescenta:

Não queríamos os partidos por causa da obrigatoriedade de ter que estar no partido: perdemos muitos na política por causa de compromissos. Os Centros de Mães são aqueles que “mordem nos pés” da sociedade. Queremos participar e participar da tomada de decisões. Queremos estar e ser reconhecidos em uma mesa. (Entrevista de profundidade. Fórum de Mães, Stuttgart, 20.6.2013. Manuela Stein)

O relatório reflete e resume a opinião do Fórum de Mães sobre sua participação política: a reivindicação de querer participar na tomada de decisões sem fazer política partidária, e sim colaborando com a elaboração da agenda pública. Elas colocam em foco o conhecimento do dia-dia e o reconhecimento de que famílias e mulheres podem encontrar respostas e soluções para seus problemas e necessidades na sociedade. A exigência política do Fórum de Mães mostra um pensamento democrático inclusivo e participativo, que requer um alto nível de contestação política e reconhecimento pelo governo para poder ser colocado em prática.

No intercâmbio das mulheres da roda de experiências percebeu-se que nem todos os Centros de Mães alemães têm uma grande estrutura ou conta com patrocínio financeiro, como é o caso do Fórum de Mães, na cidade de Stuttgart. Em cidades pequenas, a sobrevivência e o desenvolvimento dos Centros dependem da articulação entre as organizadoras e os governos municipais, como as fundadoras de pequenos Centros relatam.

A fundadora de Centro de Mães Feigen relata ter abandonado sua profissão original (bancária) para renovar um Centro de Mães que estava em decadência. Ela constrói redes políticas negociando contratos com a administração da cidade para receber apoio financeiro para 70% dos custos. O restante, isto é, 30%, é autofinanciado pelo centro. Outras fundadoras relatam relações difíceis com a prefeitura e uma longa luta para receber patrocínio e reconhecimento quando estes são fundados a partir da iniciativa privada de mães. Como exemplo tem-se o Centro de Mães Bretten, que esperou vinte anos até o prefeito dar atenção ao trabalho voluntário das mulheres, que haviam alugado uma casa privada. Quando a área de apoio para o pré-natal no hospital foi fechada, as parteiras procuraram o Centro de Mães e conseguiram chamar a atenção pública.

Outros criam redes na municipalidade com outras instituições, como o Centro de Mães em Wangen, que entrou em cooperação com a Casa de Idosos, ampliando suas atividades nos anos noventa para outras gerações e convertendo-se em uma Casa Aberta de Mais Gerações, oferecendo, assim, serviços que respondem às necessidades sociais contemporâneas.

Os exemplos mostram que o funcionamento de um Centro de Mães se caracteriza, muitas vezes, por movimentos de onda. As mulheres estavam de acordo entre si: aquelas de

áreas especializadas precisam se destacar mais. É preciso construir negócios e “sair do papel de vítima para o papel de participante ativa (*Mitgestalterin*)”, iniciando novos projetos, como é o caso da fundação de Casas para todas as Gerações. Nas palavras de uma fundadora, “*precisamos nos opor ao clichê de que Centros de Mães são somente lugares para mulheres que sofrem violência.*” (Entrevista, Fórum de Mães, Stuttgart. 20.6.2013).

Como mostra o exemplo do Fórum de Mães, a colaboração entre os Centros de Mães e a política pode ser altamente eficiente para formar novas políticas flexíveis e para reagir às novas problemáticas contemporâneas. O segundo estudo de caso é também um exemplo de colaboração positiva entre governo e Centros de Mães, mostrando outra forma de participação política: a da representação política direta por participantes no conselho municipal.

4.1.3.2 Estudo de caso: Centro de Mães e Famílias Poing (Munique)

O caso do Centro de Mães e Famílias em Poing é um exemplo de envolvimento político e da candidatura política de mulheres ativistas participantes do Centro de Mães. Como consequência de sua luta política à época da fundação do Centro de Mães e Famílias, quatro mulheres lançaram suas candidaturas políticas ao Conselho Municipal, considerando-se pessoas absolutamente não políticas anteriormente. A ação política ativa das mulheres gerou um programa para as famílias da cidade em colaboração com o novo governo eleito. Elas integraram as experiências de mulheres e famílias da comunidade para melhorar a situação social da cidade, ampliando os espaços e as possibilidades destas a partir de sua própria visão. Assim, o Centro tinha uma função comunicativa entre as partes, assegurando também a participação e a legitimação das famílias a favor das novas políticas do novo governo.

A trajetória dessas mulheres fundadoras é um exemplo positivo para a participação e representação política de mulheres e de famílias em boa colaboração com o governo local, e mostra como é possível elaborar estratégias para a implementação de políticas públicas eficientes e sustentáveis pela integração do conhecimento de cidadãs ativas. É um exemplo de como o governo pode aproveitar positivamente a ativação democrática de cidadãs por meio do Centro de Mães, que gerou um Capital Social, oferecendo um espaço para o exercício de valores e de processos democráticos na comunidade.

Atualmente, o Centro de Mães e Famílias está localizado no *Bürgerhaus* (Casa do Cidadão) e integra o “Café de Famílias” como encontro aberto, com sessenta visitas por dia, em média participando deste mães e famílias com crianças. O café se mantém com o trabalho

voluntário de vinte a trinta mulheres e funciona como um espaço de encontro para a integração de novas mulheres e para o recrutamento de novos membros para o Conselho da Associação do Centro.

Como é o caso de muitos deles, o Centro de Mães e Famílias tem uma trajetória de ampla luta política até ser reconhecido pelo governo e receber apoio político. Uma fundadora e membro do Conselho Municipal relata como iniciou sua carreira política no Centro de Famílias:

Era preciso espaço para crianças e mães. Toda esta história de famílias se iniciou pelos grupos de pequenas crianças. Tínhamos a possibilidade de usar outros espaços para realizar os grupos de bebês. Como Poing é uma cidade em crescimento, se somaram cada vez mais crianças e os espaços eram pequenos. Pensamos que precisávamos de uma casa. E agora começou o político: praticamente nos negaram esse espaço. Falaram que as mães podem tomar seu café em casa ou cuidar das crianças em casa ou combinar algo em seus jardins. Nós compramos um container por 18000 mark (9000 euros), e o colocamos na terra da igreja luterana até que eles construíssem um local. Durante este tempo, ampliamos nosso círculo e construimos satélites. Tínhamos mais um container numa outra terra. Toda esta história sempre estava vinculada com luta, porque sempre tínhamos que lutar para receber dinheiro. Por isso nós fomos a público. Tratou-se, primeiramente, do container que estava em condições decadentes. Queríamos uma casa, uma casa de cidadão, com Centro de Famílias integrados a espaços livres. Não somente um container com formigas [...]. Sempre que o Centro de Famílias queria alcançar um objetivo, era levado às instâncias políticas. Por isso nos perguntaram se nós queríamos nos candidatar às eleições. Nós fomos eleitas e somos representantes há muitos anos. Hoje o Centro de Famílias está perto de nós, nós damos o nosso apoio, mas tentamos separar as coisas. Não se pode dizer que é um Centro de Famílias de partido, é para toda a população, é amplo. Há problemática de estrangeiros, há partidos, há muitos humanos diferentes. Nossa luta continua em certo sentido, por isso tentamos ajudar, porém, como representantes da comuna tentamos não ser sempre vinculadas ao Centro de Famílias, e o Centro de Famílias também quer manter-se independente. (Entrevista de Profundidade. Centro de Mães e Famílias Poing, Munique. 4.7.2013. Manuela Stein)

O relatório do Centro de Mães e Famílias Poing mostra um conflito clássico na fase inicial de fundação de um Centro de Mães com a política local: a dificuldade de tornar transparente a relevância e a necessidade de criar um encontro aberto para mães e famílias, que, como visto anteriormente, é a base do êxito de seu trabalho. Outra fundadora e membro da rede internacional Mine confirma esta dificuldade na comunicação com os políticos: “Os políticos achavam sempre que queríamos um financiamento para tomar nosso café e nos falaram que poderíamos nos encontrar em casa”.

O exemplo é positivo para a possibilidade de influenciar a política e de colocar as demandas de famílias com crianças na agenda política, além da participação política determinada pela participação em grêmios e rodas de especialistas. A participação política

como representantes permite às mulheres conseguir, primeiramente, influenciar a agenda política. Além da determinação em atuar somente na área de política de famílias, representando as famílias com crianças da cidade, modificaram a política de transporte, desviando-a de uma política favorável aos interesses de empresários para uma ação favorável à urbanização, que considera as necessidades de famílias, crianças e idosos, elevando, assim, os fatores positivos de localização e beneficiando toda a cidade.

O segundo ponto importante a ser mencionado é que as mulheres conseguiram, por meio de suas candidaturas e de sua eleição à assembleia local, força de decisão na distribuição de finanças, o que trouxe suporte para influenciar e modificar as políticas da cidade no tocante à distribuição social, favorecendo a urbanização e as estruturas sociais favoráveis às famílias. Como resultado, a cidade de Poing é reconhecida como aquela com mais qualidade de vida para famílias no estado, amparada por uma estrutura social sustentável com o Centro de Famílias, uma estrutura flexível de creches e minicreches, a Casa do Cidadão, o Centro de Jovens e um Centro de Idosos com a integração de moradias com serviços de “convivência acompanhada”, que permite o cuidado de familiares idosos em seu próprio apartamento, em companhia de pessoal profissionalizado.

O exemplo mostra como, pela relação positiva com a política, podem ser criadas políticas eficientes, elaboradas a partir de experiências do dia-dia de mulheres e famílias, em colaboração com técnicos e políticos, que perceberam a eficiência de integrar as demandas e o conhecimento para elaborar uma agenda política sustentável e com mais legitimidade. Os dois estudos de casos mostram as possibilidades de participação política distintas, uma por meio de um posicionamento político crítico, a outro por participação pela via de representação política legitimada por eleições. Os estudos de caso comprovam que os Centros de Mães são associações de competências, que ajudam o Estado a gerar políticas públicas eficientes.

Ao comparar os resultados da pesquisa com a literatura inicial deste trabalho, podemos confirmar que os Centros de Mães são espaços de participação que ampliam a representação política (MIGUEL, 2003) pela participação em debates públicos e na elaboração da agenda política. Eles conectam a sociedade com a esfera política e ajudam a reduzir a distância entre as cidadãs e o governo, construindo pontes com as instituições políticas. Ademais, são instituições participativas que envolvem as participantes na implementação de políticas públicas e contribuem, desse modo, como aponta Katz (1997), para “maximizar a democracia”, favorecendo o exercício de processos e estruturas democráticos, condição básica na construção de democracias participativas.

Ainda, se percebeu, nos relatórios, como os Centros de Mães integram minorias e as capacitam para a autorrepresentação e participação na vida pública, contribuindo para uma ampliação e diversificação na representação de interesses. Assim, auxiliam a diminuir conflitos na sociedade e apoiam a estabilidade política na democracia: são instituições que colocam interesses e opiniões de minorias em público, dando-lhes voz e organização pública. Como Phillips (1995) constatou, é necessário, nas democracias representativas, trabalhar a participação igual de interesses em assembleias e em organizações deliberativas e evitar a ausência e a exclusão de opiniões. Os estudos de caso comprovam que eles são um instrumento para se organizar, se integrar e participar em instituições públicas e políticas.

Ao analisar os estudos de casos, afirma-se que os Centros de Mães são espaços que criam Capital Social, ensinando normas e deveres, bem como responsabilidades mútuas a favor de produzir bens privados e públicos para as participantes e para toda a comunidade. Como a literatura inicial introduz, o Capital Social é considerado um importante fator para a participação política e fortalece as políticas de boa governança. O caso dos Centros de Mães confirma a teoria de Putnam (2006) sobre o Capital Social, sendo uma instituição de produção de ações coletivas e de formação de uma sociedade civil, que cria um “círculo virtuoso de valorização de práticas democráticas” (RENNO, 2003).

Nos exemplos positivos da colaboração dos Centros de Mães com os governos locais, percebe-se como o Estado pode ter um papel positivo ao apoiar o acesso e a participação política mais ampla de grupos de ações coletivas como este, aproveitando-se do Capital Social que produzem. Os casos da Alemanha e da Áustria mostram como o Estado pode dar suporte financeiro e subvencionar o espaço público, apoiando instituições flexíveis, que podem reagir de maneira eficaz aos desafios atuais nas comunidades e produzir respostas sociais e políticas para o Estado.

4.1.4 Resultados da Comparação da Participação Política Alemanha e Áustria

Ao comparar os perfis das mulheres vinculadas aos Centros de Pais e Crianças austríacas de pequenas cidades e de Viena, se pôde constatar que 62% das mulheres austríacas que visitam o Centro de Pais e Crianças estão na faixa etária entre trinta e um e quarenta anos (e 28% entre vinte e um e trinta anos), com boa formação escolar (carreira universitária ou formação técnica), casadas, com um ou dois filhos, e sem trabalhar no momento da pesquisa.

Por consequência, os Centros de Pais e Crianças da cidade de Viena atraem majoritariamente mulheres e famílias de classe média e média alta, havendo também um crescimento de migrantes dentro da própria classe média que usam as ofertas dos Centros. Nesse ponto, são espaços abertos à integração. Nota-se, ademais, que não há quase nenhum envolvimento político ou social através de atividades dos Centros de Pais e Crianças.

Ao comparar os resultados dos Centros austríacos com os da rede regional de Centros de Mães alemãs da região Badem-Würthemberg, que integram o Fórum de Mães, temos uma ampla participação de mulheres em atividades políticas e sociais através deles. Compararam-se os perfis das mulheres que participam em um dos Centros de Mães vinculados ao Fórum de Mães e estes possuem um elevado nível de mulheres que estão trabalhando (total ou parcialmente), 63% delas têm ensino fundamental ou médio, há mães solteiras e separadas, e 54% das mulheres têm mais de quarenta anos, além de 17% de participantes sem filhos.

Concluindo, as mulheres alemãs mostram uma participação mais persistente de seus membros ao longo do tempo, além de serem simplesmente consumidoras dos serviços oferecidos pelos Centros, e os Centros de Mães e Famílias conseguem integrar uma população mais ampla, de vários *status* sociais, sendo lugares que parecem especialmente atrativos para mães no mercado de trabalho, que participam durante vários anos com os filhos grandes, além do tempo da maternidade.

A persistência na realização dos quatro princípios colocados no conceito de Centro de Mães pode ser uma explicação para o alto envolvimento das mulheres alemãs. Outro fator, como visto, é a diferença na disponibilização de recursos financeiros entre os países, o que influi nas possibilidades de construção de estruturas e redes, que na Alemanha são mais complexas e profissionalizadas, conferindo mais recursos aos Centros e ao pessoal que trabalha na coordenação de redes.

Outro fator que influi na participação política das mulheres dos Centros de Mães é seguramente a vontade das próprias mulheres e ativistas de ingressar no mundo político. Como se notou, muitas mulheres começam seu trabalho com pensamento apolítico. Ao comparar a tabela de participação política de mulheres de Centros de Mães por países (Apêndice B), a Alemanha mostra uma participação mais alta de mulheres nas participações políticas através de Centros de Mães (43%) do que as mulheres da Áustria (19%).

Na Alemanha, 43% das mulheres confirmaram diretamente a mudança em seu interesse político pela participação no Centro de Mães. A maioria delas (73%) observou uma mudança na vizinhança por causa deste e mostrou grande interesse internacional (60%).

Também entre as mulheres austríacas que responderam ao questionário, 43% delas perceberam mudanças em suas vizinhanças por causa do Centro de Mães. Os resultados confirmaram que eles geram efeitos de participação, de conscientização e de democratização; coletam opiniões, produzem soluções políticas e sociais, usando as experiências de mães e de famílias e procuram formas de participação política distintas entre si.

Como mostraram estes primeiros estudos de casos, as mulheres podem ser altamente críticas em relação a sua inserção política por meio da filiação a um partido e procuraram formas de participação que se baseiam no compartilhamento de suas experiências e de seu conhecimento, por meio da participação em rodas de especialistas, por envolvimento social e cívico, ou pela conscientização das próprias mulheres, colocando em público temáticas atuais que atingem as necessidades de mães e de famílias. Outras mulheres trilharam outro caminho e se candidataram ao Conselho Municipal, considerando-se, posteriormente, independentes dos Centros, ampliando e influenciando políticas em outras áreas também.

4.2 OS CENTROS DE MÃES DO LESTE EUROPEU: A REPÚBLICA TCHECA, A ESLOVÁQUIA E A HUNGRIA

Para entender as dinâmicas dos Centros de Mães nos países do Leste Europeu é necessário pensar na contextualização histórica dos três países, que passaram por transições de regimes políticos comunistas a democráticos, desde a dissolução da União Soviética, em 1991. A separação de Tchecoslováquia em dois países (República Tcheca e Eslováquia), entre 1992 e 1993, foi uma das consequências dessa transição. Essa cisão é reconhecida por ser menos o resultado de desejos separatistas da população e mais uma consequência de controvérsias irreconciliáveis entre os partidos governantes tchecos, de um lado, e os eslovacos de outro, situação que tornou o país ingovernável. As diferenças entre tchecos e eslovacos se notam em alguns pontos da cultura política: a população eslovaca mostrava mais dificuldade em familiarizar-se com o novo sistema político e com as reformas pela inserção da economia de mercado, enquanto a maioria da população tcheca se colocava favorável à economia liberal. Enquanto as relações entre os dois países continuam fortes, a Eslováquia, um país com 50% do tamanho da República Tcheca e agora independente da centralização na cidade Praga, vem enfrentando mais problemas econômicos e sociais em comparação com a

República Tcheca, mais rica. Além disso, a comunidade europeia tem se mostrado preocupada desde a eleição do presidente Meciar, em 1993, com orientação autoritária na política eslovaca.

Nesse contexto, os Centros de Mães foram fundados, nesses países, em um período importante de transição política, atuando em processos democráticos e fortalecendo a sociedade civil, debilitada pelo sistema anterior. Com a abertura dessas nações, novas possibilidades de um intercâmbio internacional com Centros de países do Oeste Europeu exerciam um papel importante na construção de estruturas da instituição, especialmente de suas redes. Atualmente, a República Tcheca e a Eslováquia são os países com as redes mais fortes, junto com a Alemanha. A transmissão de conhecimento do conceito de Centro de Mães e o apoio do movimento na construção de redes e na elaboração de estratégias facilitou o processo de construção de Centros de Mães que se desprenderam primeiro na República Tcheca, e, posteriormente, na Eslováquia. Essa onda de novas fundações contribuiu para fortalecer o trabalho internacional em rede, porque confirmou as possibilidades de cooperações positivas entre os distintos países.

A cooperação internacional gerada pelas possibilidades do programa da União Europeia *GRUNDTVIG - Lifelong learning Partnership* [Cooperação para uma aprendizagem ao longo da vida] para uma cooperação internacional na formação –, apoia instituições e projetos que promovem formas de capacitação alternativas e ajudam a intensificar a transmissão de conhecimento e a capacitação de trabalho em rede naqueles países. Os Centros de Mães de ambos os países estão em processo de ampliação e profissionalização do trabalho em rede, buscando estratégias para a participação em políticas europeias, superando, assim, limitações nacionais. O trabalho e a articulação das redes de Centros de Mães são um exemplo para organizações que se articulam a partir da sociedade civil, nos âmbitos locais e globais, ampliando suas possibilidades políticas e estratégias de participação.

No contexto de redemocratização dos países do Leste Europeu, os movimentos sociais tiveram importância na reconstrução da sociedade civil e facilitaram o acesso de novos atores e a incorporação de novas demandas e forças sociais importantes à redemocratização da sociedade. Os Centros de Mães faziam parte dessas novas propostas sociais e políticas com novas identidades sociais, trazendo outras formas de representação, mais diversificadas, participativas e personalizadas (NAVARRO, 1995). Nos estudos de caso seguintes percebem-se como essas novas formas se chocavam com as estruturas e formas de organização pré-estabelecidas e até provocaram, em alguns casos, protestos políticos, que, com o apoio de

alguns autores da literatura analisada anteriormente (NORRIS, 2007; BORBA, 2012), são considerados também atos de participação política.

Nesse contexto encontra-se também a Hungria, que cultural e historicamente mantém fortes relações com os dois outros países vizinhos. Um regime de democracia mesclado com medidas políticas autoritárias, que se refletem, neste estudo, especialmente na supressão de direitos de mulheres-mães (pela situação autoritária nos hospitais públicos e pela proibição do exercício da profissão de parteiras), o Centro de Mães “*Holdam Udavar*” é um exemplo para uma nova fundação de Centros de Mães no país. O da cidade de Miskolc tem a fundação mais recente nesta comparação, tendo suas mulheres conectadas à rede internacional Mine e ao processo de formação de um segundo Centro, especialmente para a integração e a convivência com mulheres e mães romenas, que formam uma minoria isolada da outra parte da sociedade com alta vulnerabilidade social no contexto europeu, especialmente nos países do Leste.

4.2.1 A Rede Nacional dos Centros de Mães na República Tcheca

O primeiro Centro de Mães na República Tcheca foi fundado em 1992, na cidade de Praga, após um seminário organizado com os membros do movimento de Centros de Mães alemães e mulheres tchecas de Praga. O primeiro contato foi feito a partir de relações pessoais de uma mulher tcheca que havia conhecido o conceito dos Centros de Mães na Alemanha e transmitiu a ideia para uma tcheca que estava envolvida no movimento de resistência em Praga à época. A criação dos primeiros Centros de Mães em Praga é o resultado de uma iniciativa privada e, por meio de tal, sua ideia se distribui via oralidade e pelo uso de meios de comunicação, transmissão de conhecimento por mulheres da Alemanha e o apoio de movimentos de Centros de Mães, além de suporte financeiro para a criação da rede nacional de Centros de Mães tchecas em 2001. Assim, a ideia foi transmitida rapidamente a outras cidades da República Tcheca, chegando a mais de cento e oitenta em todo o país. A fundadora da rede tcheca, Ruth Kolinska, relata os primeiros anos e os problemas de criar uma organização no contexto pós-comunista:

Achei que um Centro de Mães para um país tão grande não seria suficiente, por isso distribuí a ideia para as mídias, e de boca a boca. Não foi fácil no começo. Tem que imaginar que na época comunista havia organizações comunistas e poucas pessoas queriam ser ativas. Para essas pessoas, para mim também, não éramos capazes de nos organizamos como uma

organização oficial, porque nos lembrava aquele tempo do regime comunista e todos que eram organizados eram pessoas estranhas. Pouco a pouco encontrei pessoas que entendiam essa ideia e que ajudaram a distribuí-la. E dois anos depois a ideia estava fora de Praga. Tínhamos uma jornalista muito boa, que entendia a ideia e que nos ajudava um pouco na rádio. Não era um processo rápido, mas a cada ano se tornava mais rápido. Nos inspiramos na Alemanha. Vimos que tinham uma rede, coletamos outros Centros de Mães e organizamos seminários, mas era um trabalho em rede informal, não oficial. (Entrevista Centro de Mães YMCA, Praga, 26.6.2013. Manuela Stein)

Nota-se, pelo relato da iniciadora, a rigidez e o profissionalismo que representa a rede nacional da República Tcheca, que atualmente se destaca pelo trabalho da rede nacional, organizado a partir de Praga, se dividindo em regiões, sendo organizados e administrados por coordenadoras regionais. Elas dão apoio aos membros individuais, oferecendo consultoria por meio de visitas aos Centros de Mães, seminários e conferências (apoiados majoritariamente por programas da União Europeia). O trabalho abrange também a transmissão de conhecimentos nas áreas de trabalho de Centros de Mães e no escritório da rede nacional, tais como administração, legislação, recursos humanos, *accountability*, preparação de relatórios anuais, conhecimento de tecnologias de comunicação e informação, organização de reuniões, serviços para famílias, negociação, etc. (Rede Nacional de Centros de Mães Tcheças: Informativo Anual, 2011).

Assim, a rede nacional promove cooperação mútua entre os Centros, compartilhando experiências, inspiração e apoio aos membros individuais, e no diálogo aberto entre as coordenadoras e os membros da rede. As coordenadoras regionais têm conexões eficientes e conseguem, apesar da situação de financiamento insuficiente, participar de um número elevado de eventos, tais como encontros regionais, programas de educação, rodas para uma sociedade favorável às famílias, exposições, mesas redondas, conferências, etc. Jirina relata seu trabalho como coordenadora dos Centros de Mães da região Mittel Böhmen:

Em cada município o Centro de Mães trabalha independentemente com a administração do município e com o prefeito. Quando têm problemas, eles podem procurar as coordenadoras, que trabalham com as administrações regionais. Trabalhamos em vários grupos de trabalho, colaboramos com estratégias para as regiões. Trabalhamos em quase todas as regiões como membros de grupos de trabalho políticos. As políticas de famílias também são escritas com nosso suporte. [...] Se pode escrever projetos e receber dinheiro para eles. Nos últimos anos não havia dinheiro para organizações de famílias. Nós fomos a uma mesa redonda, explicamos porque é importante. Por isso também trabalhamos com estatística sobre os Centros de Mães, quantas há, quanto tempo, quantos empregados, quantos voluntários, quantos visitantes, para que os deputados saibam que estamos fazendo trabalho nas regiões. Cada região é diferente, depende das pessoas. Algumas regiões são favoráveis às famílias, em outras o trabalho é mais difícil. (Entrevista Centro de Mães YMCA, Praga, 28.6.2013. Manuela Stein)

O relato mostra, além do profissionalismo da rede, a boa colaboração e cooperação dos Centros de Mães tchecas com os governos municipais e das regiões, especialmente na área de política de famílias, que se baseia também na elaboração de projetos pontuais, tais como o programa *Family Friendly Municipality* [Município Favorável às Famílias]. A campanha é o resultado de uma colaboração entre os Centros de Mães, o Ministério para Assuntos de Trabalho e Sociais e o Parlamento, que intensifica a competição entre os municípios para criar sociedades favoráveis às famílias, pela distribuição de certificados que comprovam e valorizam o esforço dos governos nas políticas de famílias. Os Centros de Mães coordenam o projeto, patrocinado pelo Ministério para Assuntos de Trabalho e Sociais e avaliam o impacto dos municípios. O projeto é um exemplo de colaboração entre o governo e os Centros, que se destacam também em outras temáticas, como a equidade de gênero e o equilíbrio entre família e trabalho, gerando campanhas e projetos que comprovam seu trabalho como confiável.

A rede nacional tcheca permite constatar que grande parcela do trabalho da rede nacional, especialmente a parte de levantamento de recursos financeiros, se baseia na elaboração e na aplicação de projetos que conseguem o apoio da União Europeia. A rede de Centros de Mães tchecas está entre as vozes da rede internacional favorável à elaboração de uma estratégia europeia para levar e oferecer a contribuição de Centros de Mães na temática de famílias ao Parlamento Europeu, considerando que a família ainda é uma temática nacional, e não europeia, e que serão necessárias novas estratégias da rede de Centros de Mães Internacionais no futuro.

O trabalho na aplicação de projetos demanda bastante tempo e pessoal, levando a capacidade da sede da rede a seus limites. A maioria das famílias e mulheres que visitam os Centros de Mães na República Tcheca é de classe média baixa, e os Centros precisam se manter com financiamento público para poder oferecer serviços e programações gratuitos para a comunidade. Desde 2005, recebem patrocínio de uma parte do fundo para o “Suporte de Famílias” do Ministério para Assuntos de Trabalho e Sociais, como resultado de vários anos de trabalho de *lobby* entre ambas as instituições. Com este primeiro fundo, foi possível elevar o trabalho em rede a um nível mais profissional. A fundadora da rede nacional relata a necessidade de uma transformação de trabalho da rede em um nível oficial e profissional, que foi baseado em trabalho voluntariado até 2001:

Em 1999 tínhamos cento e vinte Centros de Mães e eu ainda trabalhava voluntariamente para a rede, não era possível. Minhas crianças eram maiores e a família precisava de dinheiro também. Assim, decidi convocar uma assembleia informal de Centros de Mães e expliquei a situação, falando que precisávamos ser uma rede oficial. Algumas entenderam, mas muitas falaram: “Por quê? Se está funcionando! Para quê fazer isso?”. Assim, demorou mais dois anos, depois criamos o status da rede, encontramos pessoas ativas e fomos registrados oficialmente em 2001, começando a rede oficial em 2002. Mas não tínhamos dinheiro neste tempo, tivemos o primeiro dinheiro em 2005. (Entrevista Centro de Mães YMCA, Praga, 28.6.2013. Manuela Stein)

O relato da fundadora mostra a dificuldade das lideranças de Centros de Mães quanto a sua profissionalização: a afirmação das mulheres participantes na reunião informal dos Centros de Mães – “porque criar uma rede oficial se está funcionando bem!” – reflete o pensamento que ignora a realidade do grande esforço e do trabalho voluntário, inicialmente não remunerado, das fundadoras e de mulheres que trabalham para as redes. Resulta ser uma tarefa difícil explicar a necessidade de formar organizações formais para poder realizar cooperações eficientes e igualitárias com os governos da cidade ou do Estado.

Em comparação com outras fundadoras de Centros de Mães entrevistadas nos demais países, a fundadora dos Centros de Mães tchecas se posiciona a favor de um envolvimento político ativo das mulheres participantes. Ela mesma recebeu oferta para uma candidatura a presidente, mas não a aceitou por falta de apoio das mulheres do seu próprio Centro, que não queriam se envolver com a política oficial. Ela relata:

Se você começa com Centros de Mães, deveria ir à prefeitura e ganhar uma vaga, isso é envolvimento político. Mas na cabeça das mulheres tudo o que é vinculado à política tem um mau cheiro. Mas o que elas fazem com os Centros de Mães é política comunal. Usamos as campanhas como medida de lobbyismo, isso não tem mau cheiro à política, é uma medida suave. Assim, tentamos convencer as mulheres a se envolver no nível comunal. No nível do Estado é diferente. Têm muitas coisas que queremos mudar, mas não é fácil. Há onze anos estou no Conselho para a Equidade de Oportunidades e mudamos muito pouco. Acho que os Centros de Mães são uma boa escola para o envolvimento cívico. Mas isso não se pode falar em voz alta. Até hoje as mulheres têm medo de envolvimento político. Primeiro, elas mandaram os homens à prefeitura, depois perceberam que não é suficiente. Nestas eleições se candidataram sessenta mulheres no nível comunal com êxito. Espero que no próximo ano tenhamos mais mulheres ainda. (Entrevista Centro de Mães YMCA, Praga, 28.6.2013, Manuela Stein)

Analisando a história e o trabalho dos Centros de Mães Tchecas e o comparando com os resultados dos questionários, conclui-se que existe um grande desafio na sensibilização política das mulheres participantes, que é ainda maior nos países do Leste Europeu, comparado às dificuldades normais de convencer as mulheres de sua participação política em

outros países. Como se notou, existe uma suspeita geral contra as organizações formais e a política em geral, que tem sua explicação nas experiências da população com o antigo sistema político. Como mostram os resultados dos questionários, podemos comprovar que a participação política das mulheres dos Centros de Mães tchecas em atividades explicitamente políticas por meio dessas instituições se concentra em 20% de mulheres, que participam nas mesas redondas e nos conselhos políticos regionais.

Assim, os resultados mostram que o trabalho ativo anima e acompanha as mulheres em sua profissionalização e também em sua atividade comunal e política, incentivando e capacitando as mulheres para seu trabalho nos Centros de Mães e em rede, que reivindica um relacionamento automático com a política local e o município. As mulheres relatam que sabem mais sobre essas temáticas por causa de sua participação no Centro: “*Conhecendo o que significa, como funciona e como posso participar com políticas e outras organizações*” (Questionário República Tcheca, 2013). Outras mulheres confirmam que agora sabem “*como as coisas funcionam, como comunicar-se com a municipalidade. Ajudaram-me a falar com os políticos para o meu Centro de Mães e para a rede e a organizar eventos políticos*” (Questionário República Checa, 2013) e que o trabalho no Centro ajudava a “*comunicar com os políticos no município e na região*” (Questionário República Tcheca, 2012).

Considerando a agenda política na República Tcheca, as mulheres dos Centros de Mães deste país estão de acordo sobre não existir suporte suficiente para a família e tampouco possibilidades de trabalho para famílias com crianças pequenas. Ainda, indicam que será necessário intensificar e desenvolver cooperações com outras organizações e com os políticos em âmbito nacional e europeu para favorecer a política de famílias. 60% das mulheres questionadas afirmam que seu Centro contribui para transformar a vizinhança e que eles, como instituições, são fundamentais para a conscientização pública em temáticas como a educação, a saúde, a seguridade, além de haver construído estruturas nos municípios, como o cuidado e o encontro alternativo com crianças pequenas (como a oferta de programação para crianças nas férias), a construção de pavimentos de rampas nas ruas e construções de espaço para brincar em público. Uma mulher relata a mudança ocasionada pela convivência nos Centros de Mães da seguinte maneira: “*A maneira das pessoas viverem em comunidade – nos conhecemos mais, nós respeitamos um ao outro, participamos no nível comunal, ajudamos e cooperamos com outras organizações, tentamos melhorar nossos espaços de vida juntas.*” (Questionário República Tcheca, 2013).

Os relatos das mulheres tchecas confirmam que os Centros de Mães são espaços de produção de Capital Social. Por meio da análise do trabalho dos Centros de Mães tchecas, comprovou-se a hipótese sobre o Capital Social como instrumento de construção de “conexões individuais” (RUEDIN, 2007) e de redes horizontais. Assim, percebe-se em todos os relatórios, dos diferentes Centros, como as mulheres procuram formas de participação em vários níveis e cooperações e colaborações com outras organizações e instituições. Aqui, as relações comunitárias que surgem da convivência nos Centros de Mães facilitam as cooperações entre as cidadãs e incrementam o acesso a recursos favoráveis à participação política. Na controvérsia entre as teorias sobre em qual medida valores e normas influenciam a produção do Capital Social, constatou-se que, no caso dos Centros, a transmissão de normas e de valores democráticos é fundamental para seu trabalho de conscientização pública e para o trabalho cotidiano de suas integrantes. Como a cofundadora dos Centros de Mães tchecas relatou, eles têm a função de serem escolas para o envolvimento cívico, e para o exercício de processos democráticos e a construção e o fortalecimento de uma sociedade civil.

4.2.2 A União Nacional de Centros de Mães da Eslováquia

O primeiro Centro de Mães na Eslováquia foi fundado em 1998, em Podbrat, baseado no conceito de Centros de Mães transmitido pelo intercâmbio de conhecimento com mulheres de Centros da República Tcheca e da Alemanha. A ideia se expandiu rapidamente na Eslováquia, porque já existia uma tradição das mães de viverem em comunidade e de juntar-se com as crianças, como indicam as mulheres entrevistadas. O conceito teve um grande êxito principalmente na capital, Bratislava, na qual as famílias vivem mais isoladas e anônimas e carecem de espaços públicos para crianças. Como consequência, houve a fundação de um Centro de Mães em quase cada distrito da cidade por mulheres que sentiam que seu conceito fornecia uma resposta à necessidade de criar espaços para elas e para suas famílias. Atualmente, na Eslováquia existem dezesseis deles. É importante destacar que a criação de cada um dependia de negociação e da cooperação individual das fundadoras e dos Centros com as prefeituras e os governos locais. Por isso, o relacionamento com a política é majoritariamente caracterizado pelo lobbyismo.

Percebe-se que os governos locais da Eslováquia não fornecem suporte financeiro aos Centros de Mães, mas sim, em muitos casos, oferecem espaços públicos para sua alocação,

muitas vezes em lugares divididos com outras instituições públicas, como, por exemplo, escolas públicas, creches ou igrejas. Essa alocação em outras instituições públicas leva a problemas específicos, considerando que a dependência limita as possibilidades que poderiam ser geradas pela autonomia e autodeterminação de espaço, sendo também pautas fundamentais de seu conceito. Isso tem, por exemplo, consequências na flexibilidade de horários, forçando-os a encerrarem o atendimento durante as férias oficiais dos órgãos do Governo e limitando as possibilidades de oferecer serviços alternativos para o apoio em lacunas sociais que aparecem pela falta de presença das instituições públicas, como é o caso das creches e escolas fechadas durante as férias.

Desde sua criação, em 1996, as mulheres de Centros de Mães na Eslováquia construíram uma rede nacional ampla, que conecta profundamente os Centros entre si. Com o apoio financeiro do programa GRUNDTVIG, a rede pode promover seminários de capacitação e dar suporte aos Centros individuais, transmitindo experiência e conhecimento em negociação e marketing para melhorar e profissionalizar as relações com os governos locais e com iniciativas privadas e a mídia. Katharina, cofundadora do Centro de Mães “Presporkovo”, no centro da cidade de Bratislava, relata o trabalho de fundação destes e a atuação de lobbyismo da rede nacional (União dos Centros de Mães Eslovacas):

As mães eslovacas sempre foram muito criativas em encontrar pessoas como políticos, atores, cantores ou pessoas das mídias para tentar influenciá-los. Elas procuram a cooperação com eles, mas é um trabalho duro. Sempre tem que encontrar um espaço, depois você tem que achar um caminho para poder pagar o aluguel. Tudo está no lobbyismo. Gostamos de sensibilizar políticos com famílias [...] acho que a União de Centros de Mães é muito boa para fazer isso. (Entrevista Centro de Mães Presporkovo, Bratislava, 27.6.2013. Manuela Stein)

Além do foco dos Centros de Mães eslovacas em construir relações pessoais e de negociação com as autoridades públicas, são reconhecidas também por suas atividades e iniciativas, ainda que recebam pouco suporte financeiro público. Como exemplo, a União Nacional dos Centros de Mães Eslovacas começou a campanha internacional *Miles for Mothers* [“Uma milha para mães”], que se estabeleceu como uma grande manifestação de Centros de Mães Internacionais, realizada anualmente por mulheres participantes de vários países do mundo. A primeira marcha foi realizada em 2004, na Eslováquia, na celebração do Dia das Mães, buscando estabelecer um novo recorde na participação de uma caminhada de mães com suas crianças em carrinhos de bebê. Em 2006, a realização desse evento se ampliou para sete países, nos quais as mulheres dos Centros de Mães também iniciaram caminhadas

com o lema comum “*Move the pram, move the world*” [“Movimenta o carrinho, movimenta o mundo”], chamando grande atenção da mídia, que eles usaram para levar seus programas e campanhas a público (como, por exemplo, a temática da violência contra mulheres).

O estabelecimento da primeira ação internacional comum dos Centros de Mães foi o primeiro passo para a organização de uma Conferência Internacional, em novembro de 2006, com Centros de vários países, reconhecendo que as mulheres mães viviam experiências similares e diferentes, promovendo um intercâmbio internacional entre eles. Na conferência internacional *How do we want to raise our children* [“Como nós queremos criar nossas crianças”], organizada pelas mulheres dos Centros de Mães eslovacos em Bratislava, participaram vinte e dois países, o que fortaleceu a cooperação entre os Centros de Mães Internacionais. O objetivo da campanha de mesmo título, ocorrida em 2005-2006, foi coletar e visibilizar as experiências de famílias em temáticas como a educação de crianças e a formação de pais, para formular oficialmente estratégias e soluções para a política de famílias (MINE, 29.10.2013).

Como finalização da Conferência oficial, em novembro de 2006, em Bratislava, se manifestou a ideia de as mães caminharem uma milha juntas a cada ano –, o que marcou o nascimento da manifestação *Miles for Mothers*, adaptada às realidades distintas de cada país (como consequência, todas as mulheres fazem a caminhada carregando seus bebês de forma tradicional, correspondente a sua cultura). A Campanha e a Conferência *How do we want to raise our children* contribuíram para um relacionamento positivo com as autoridades políticas locais, como as próprias mulheres indicam. Porém, elas também confirmam que têm que lutar muito pelos espaços e pelo suporte financeiro, como Katharina, cofundadora do Centro de Mães “Proporkovo”, em Bratislava, relata:

As mães em nosso Centro de Mães estão felizes que temos pelo menos o espaço e que não temos que pagar para isso. É um problema em toda a Eslováquia, não somente com os Centros de Mães, mas com todas as organizações, eles não têm espaços como nós temos. Há instituições para pessoas da terceira idade, para desabilitados, entre outros, mas estas não recebem espaços gratuitos como nós. O que nós temos aqui na cidade velha não é típico da Eslováquia: temos políticos da assembleia e eles gostam deste Centro de Mães, eles se mostram através do Centro de Mães e também oferecem possibilidades de financiamento, quando temos projetos por exemplo. Isso não é típico da Eslováquia. Então não podemos falar que não temos o reconhecimento do governo, porque eles sempre nos apresentam em eventos públicos, quando temos problemas sempre podemos vir. Mas tudo depende dos contatos pessoais e da relação das mães. Se temos mães politicamente ativas, o Centro de Mães funciona melhor. Na Eslováquia tudo depende da posição política. (Entrevista Centro de Mães Pretoskovo, Bratislava, 27.6.2013. Manuela Stein)

Danca, cofundadora e membro da União Nacional de Centros de Mães Eslovacas e membro da organização internacional Mine, confirma e reflete sobre a importância de trabalhar e intensificar os contatos pessoais, tanto com as mídias quanto com autoridades políticas, além do trabalho dos Centros de Mães na rede internacional:

É importante ter comunicações pessoais para fazer experiências. Temos experiências com a internet e com as redes de comunicação, mas é importante se encontrar e construir a comunidade pessoalmente. Temos experiências na comunicação com os prefeitos e a assembleia da cidade, porque nos comunicamos pessoalmente. É muito importante, para nós, que possamos mostrar uma boa sociabilidade para nossas mães, pais e famílias e que possamos mostrar ao mundo para se encontrar pessoalmente também com pessoas afastadas para conversar sobre experiências. (Entrevista Centro de Mães Pretoskovo, Bratislava, 27.6.2013. Manuela Stein)

Assim, como visto nos relatórios das mulheres tchecas anteriormente, entre as eslovacas existe uma grande vontade de construir laços de comunicações pessoais, facilitados por sua cultura e parcialmente pela cultura política de viver em comunidade e construir estruturas de organização lobísticas, o que facilita a construção de cooperações e de redes em âmbito nacional.

Nesse contexto, percebem-se as novas possibilidades de participação para o movimento de Centros de Mães por meio da nova estrutura internacional, com a fundação da rede internacional Mine, em 2000. Ainda, é importante a crescente atuação e influência da União Europeia, estabelecendo novas formas de apoio, que geraram programas como GRUNDTVIG, que facilita a cooperação e o intercâmbio entre os centros internacionais. Atualmente, os Centros de Mães do Leste Europeu participam positivamente de distribuições europeias além dos limites nacionais e procuram ativamente novas estratégias de participação por meio da rede internacional.

Devido a esse fato, nota-se que a velocidade de trabalho das fundadoras de redes nacionais às vezes não consegue transmitir tais ideias ambiciosas em âmbito internacional para as mulheres nos Centros de Mães, as quais, como se notou nos questionários, não necessariamente mostram interesse para cooperações internacionais. Esse fenômeno é comum em todos os países comparados entre si, em grau diferente, o que significa ser um desafio para o trabalho de redes nacional e internacional no futuro. Outro desafio é a exigência crescente de trabalho que a cooperação internacional e o trabalho em rede trazem. Como todas as ativistas de redes nacionais confirmaram, a capacidade de trabalho das mulheres da rede já

está próxima do limite com a elaboração de projetos, e estes, na maioria dos casos não proveem recursos para o emprego de pessoal.

Outro ponto para a cooperação internacional de Centros de Mães é a integração de estruturas de tamanhos e complexidades distintos: como visto nos primeiros exemplos, tem-se, após trinta anos, a criação dos primeiros deles, de redes e organizações profissionais, como nos países da Alemanha, da Áustria, da República Tcheca e da Eslováquia. Em outros países, como na Húngria, na Argentina e na Bósnia, as estruturas são mais frágeis, dependendo também da quantidade existente em determinados países. No próximo item serão analisados os exemplos de Centros de Mães com criação mais recente em países com estruturas e contextos difíceis, como é o caso do Centro de Mães “Holdam Ucvar”, na cidade de Miskolc, na Hungria. Mais adiante, se observará como a cooperação internacional pode apoiar a criação de Centros de Mães em situações iniciais ainda mais adversas, com respeito aos recursos, como no caso da Bósnia e do primeiro Centro de Mães na América Latina, situado na Argentina.

4.2.3 Estudo de Caso: O Centro de Mães “Holdam Ucvar” (Miskolc, Hungria)

As mulheres que fundaram o primeiro Centro de Mães na cidade húngara de Miskolc, em 2007, se juntaram, inicialmente, para procurar solidariedade mútua para viver alternativas às estruturas e circunstâncias estabelecidas no pré-natal e nas situações de parto nos hospitais tradicionais húngaros, conhecidos por adotarem estilos autoritários, como indicam as mulheres do Centro de Mães “Holdam Ucvar”. 90% das mulheres desse centro têm entre trinta e um e quarenta anos, são casadas, mães de um ou dois filhos, com formação acadêmica universitária, trabalhando ou em licença-maternidade.

O tratamento autoritário nos hospitais é um exemplo, como indicam as mulheres, para a atuação e as políticas do Estado com respeito às situações de famílias e, especialmente, de mulheres. O conceito de Centro de Mães de autodeterminação e de usar a capacidade de famílias e de mulheres para encontrar suas próprias soluções se opõe a esse contexto e ao pensamento oficial pré-estabelecido da política húngara nestes anos de fundação. Em uma roda de experiências realizada com as mulheres cofundadoras e participantes do Centro de Mães “Holdam Ucvar”, elas relataram:

Mulher 1 (parteira):

Aqui na Hungria o parto é uma coisa difícil. Mulheres não têm a decisão de como dar a luz. É o protocolo do hospital que decide como ela vai dar a luz. Faz pouco tempo que o parto em casa foi regulamentado por lei, mas agora é ainda mais difícil, a regulação é feita de maneira que não é ilegal, mas se você quer fazer de maneira legal, é mais difícil ainda. Eu cuido de mulheres que me procuram para achar seu próprio caminho. Não existem soluções prontas para todas as situações de vida. Toda família, toda mulher e todas as crianças são diferentes. A solução para nossas vidas está em nós. Se quisermos ajudar outras pessoas, a solução não está pronta, tem que vir da própria pessoa a força que elas podem fazer decisões na vida delas. É preciso saber lidar com sua vida. E não é bom para a política que as pessoas sejam tão empoderadas e que tenham próprios pensamentos sobre elas mesmas. (Entrevista Centro de Mães Holdam, Miscolk, 26.6.2013. Manuela Stein)

Mulher 2:

Sempre foi assim, depois de 40 anos de comunismo... foi um Estado muito diferente, tudo foi diferente, tudo se tratou de trabalho, de produzir, as coisas não estavam centradas no ser humano de nenhuma maneira. Não é somente o parto, todo o sistema na Hungria neste momento é assim. (Entrevista Centro de Mães Holdam, Miscolk, 26.6.2013. Manuela Stein)

Como se pode perceber nos relatórios das cofundadoras, a partir da situação nos hospitais e da percepção de não se sentirem atendidas em suas necessidades as mulheres iniciaram mecanismos de autoajuda que respondiam a sua realidade. O primeiro evento comunitário, ponto inicial para a fundação do Centro de Mães em Miscolk, foi a organização da *Week of Birth* [“Semana de Nascimento”], em 2007, iniciada por um grupo de mães fundadoras, muitas em sua primeira gestação, procurando respostas às suas perguntas relativas à gestação, ao parto e à criação de crianças. Nesse contexto, o trabalho do Centro de Mães “Holdam” se concentra no acompanhamento de mulheres na realização de um parto e de um pós-parto mais humano e natural, considerando que até pouco tempo a profissão de parteira e o exercício de parto normal em casa era considerado ilegal. Assim, as mulheres oferecem cursos que incentivam as mães a exercerem a maternidade de maneira individual e autodeterminada.

Após a pergunta sobre suas relações com a política, na roda de experiências realizada no Centro de Mães “Holdam Ucvar”, em junho de 2013, as mulheres se distanciam da política oficial e a maioria delas se autodeclara apolítica. Entretanto, a necessidade de mudar a situação de mulheres e a procura por estratégias de autoajuda, como se mostra no ativismo de propagar a “Semana de Nascimento”, como a fundação do próprio Centro de Mães, mostra um posicionamento político e demandas políticas, surgindo da nova autoestima de seu trabalho comunitário, como as respostas de três mulheres indicam:

Mulher 1:

Eu rechaço a política. Sinto que a política dificulta a minha vida. Ao mesmo tempo, penso que o que estamos fazendo neste Centro de Mães deveria ser apoiado pelo Estado. O que nasceu aqui nasceu de inspirações, com os esforços e a energia das participantes daqui. Seria bom se os políticos pudessem ver que isso que estamos fazendo aqui é importante. Mas, especialmente neste tópico de parto, sinto que não há interesse dos políticos em apoiar isso. (Entrevista Centro de Mães Holdam, Miscolk, 26.6.2013. Manuela Stein)

Mulher 2:

Em minha opinião, Holdam tem que ver com a política, porque sinto que deveríamos nos levantar para os direitos de mulheres e podemos fazer isso só em comunidade, não como uma pessoa. E isso é muito poderoso. E deveríamos também tentar construir uma rede na Hungria porque não temos uma rede de Centros de Mães ainda. É importante mostrar a necessidade de direitos das mulheres, mas não só para os políticos. Acho que nem mesmo as mulheres estão atentas sobre as suas necessidades neste tempo. Não é um problema somente da Hungria, é em todo mundo. Mas, a minha experiência é da Hungria. Mulheres nem pensam em dar a luz de uma maneira bonita, nem se sentem alarmadas por causa deste sistema. Elas acham que é a maneira certa. Vamos sobreviver, depois vamos ter uma criança, tudo certo. Então, acho que temos uma grande tarefa nisso, chamar a atenção das mulheres para elas mesmas. (Entrevista Centro de Mães Holdam, Miscolk, 26.6.2013. Manuela Stein)

Comparando os resultados da roda de experiências com os relatos de fundadoras de outros países, que possuem mais história de Centros de Mães, “Holdam” é um bom exemplo para ver os primeiros passos de um Centro em iniciar um ativismo político à procura de melhores condições de vida. Assim, as mulheres compartilharam experiências de sua primeira iniciativa de organização de protesto, ocorrida em 2012, contra o fechamento de um hospital que apoia as mulheres na realização de parto normal:

Mulher 1:

O governo queria fechar este hospital em junho de 2012. Falei com um dos doutores, um doutor dominante. Ele falou para mim: você tem que fazer algo, tem que ir à mídia com mulheres grávidas e falar algo sobre isso. Primeiro, escrevemos uma carta para o Ministério, tivemos uma reunião e descrevemos nossa situação. Quando o doutor falou para mim, eu falei que deveríamos também fazer uma manifestação com os empregados do hospital. Assim começou, e a maioria foi conosco para a manifestação. Eles estavam assustados com a manifestação e decidiram não fechar agora.

Mulher 2:

Falaram para o líder do hospital: Imagine! Estas mulheres em nosso ministério e elas foram tão amáveis e pensando claro! Eles estavam surpresos com um grupo de mulheres que [todas as mulheres rindo] pensam.

Mulher 1:

Sim, e fazem algo.

Mulher 3:

Falamos com um dos políticos, era uma mulher, e argumentamos sobre as coisas que você pode fazer em um hospital e o que você não pode fazer. E ela falou: “Sim, é verdade! As

minhas pernas foram atadas três vezes, em todos os partos!”. E ela falou: “Por favor, não fechem este hospital, é a minha única possibilidade para ter um parto normal”.

O relatório das mulheres do Centro de Mães “Holdam Ucvar” mostra bem como se inicia uma conscientização e uma mudança de posicionamento e de pensamento político pela atuação e pela iniciativa de mulheres que se juntaram no espaço e no encontro no Centro, o que possibilitou a articulação e o intercâmbio de suas necessidades e formou posicionamentos políticos em grupo. Os exemplos expostos visibilizam os processos internos e que na comunidade se geram várias vezes pela existência e pelo trabalho de um Centro de Mães, como comprovam os resultados desta pesquisa, comparando as experiências das mulheres com os países visitados.

Na roda de experiência (2013), as mulheres de Holdam contaram sobre sua primeira colaboração política como participantes, baseadas na elaboração de um relatório para a “Equidade de Oportunidade” para o governo da cidade, que precisava ser apresentado à União Europeia. Como o governo húngaro, quatro meses antes da entrega obrigatória, não havia elaborado o documento, lhes coube tal tarefa, como relata uma delas:

Fomos requisitadas pelo governo da cidade para ajudar com a “igual oportunidade” das mulheres da cidade. Porque todas as cidades e todos os povos precisam ter este documento. Porque a União Europeia o requer e a cidade têm três grandes projetos da União Europeia e todos os projetos precisam ter uma parte para a “igual oportunidade” para tipos de pessoas diferentes. A cidade tinha muitos anos para produzir este documento, mas somente um mês antes da data da entrega para esta aplicação grande para este projeto enorme eles despertaram: “Oh! Não o temos!”. E eles perceberam que sem este documento eles não terão este grande projeto. Não tinham ninguém no conselho da cidade para produzir este documento. Então eles perguntaram à sociedade civil. Estávamos em dúvidas sobre fazer isso no último minuto ou não. E foi um trabalho duro! Concluímos que, no final, se produzimos para eles, podemos criar também oportunidades para nossos projetos. Tivemos de coletar muitos dados, mas quase não existem dados sobre “oportunidade igual” de mulheres na Hungria! Não existem estudos, não existem relatórios. Temos somente experiências. Então tivemos de basear este relato em nossas experiências. (Entrevista Centro de Mães, Miskolc, 26.6.2013. Manuela Stein)

De um lado, colocar as soluções e experiências na agenda política por meio da elaboração de um documento do governo exigido pela União Europeia pode trazer novas possibilidades para estas mulheres húngaras no futuro, implementando mecanismos para mulheres e famílias que reclamam uma ampliação de suporte do governo em novas iniciativas, como Clubes de Mães, etc. Por outro, é um exemplo clássico (comprovado pelas experiências de outras mulheres fundadoras de outros países) para o perigo da exploração do

trabalho das mulheres de Centros de Mães, colocando seu conhecimento e suas experiências para o público sem receber remuneração.

Constatou-se que as mulheres de Holdam Ucvar mostraram uma alta participação política (60%), como mostrado neste trabalho, de várias formas distintas, que se iniciou no Centro de Mães, considerando que elas não se autodefinem como políticas. Comparando os últimos relatos das mulheres com os questionários, é possível comprovar o efeito positivo do Centro de Mães em sua conscientização: elas indicam uma alta participação de mulheres nas atividades políticas e sociais por meio deles. Ademais, se destaca o fato de que todas as mulheres húngaras que participaram do questionário demonstraram um grande interesse na cooperação internacional.

É importante destacar, após a comparação dos resultados com os outros países, que todas as mulheres do Centro de Mães “Holdam Ucvar” perceberam sua atividade como uma forma de envolvimento político e social. Como os questionários indicam, as mulheres se sentem mais ativas e responsáveis tanto em casa como no trabalho. Indicam um fortalecimento comunitário em uma situação que elas mesmas caracterizam como “a falta e a debilidade de uma sociedade civil”. Mostram, também, que se sentem mais solidárias com mulheres-mães de outros contextos sociais, como as mulheres-mães romenas ou as mães sem teto, que é o início de um novo projeto: a fundação de um Centro de Mães que integre especialmente as mulheres romenas.

4.3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E OS CENTROS DE MÃES DA ARGENTINA E DA BÓSNIA

Com a fundação da rede internacional dos Centros de Mães *Mother Center's International Network for Empowerment* (Mine), em 2000, se intensificou a cooperação internacional e o intercâmbio entre os Centros de Mães de vinte e dois países: Albânia, Argentina, Áustria, Bósnia, Bulgária, Canadá, Camarões, República Tcheca, Alemanha, Hungria, Itália, Quênia, Lichtenstein, Nepal, Holanda, Rússia, Ruanda, Eslováquia, Polônia, Suíça, Turquia e Estados Unidos (MINE, 2013). Em 2006, seu trabalho internacional ganhou o prêmio de Dubai da UN-Habitat com o conceito de “melhor prática social”, conforme mencionado anteriormente. A justificativa para o prêmio foi o impacto desta no apoio às

famílias, às vizinhanças vivas e saudáveis e ao desenvolvimento de novas formas de pensamento na convivência comunal em todo o mundo (MINE, 2013).

O trabalho da rede também se concentrava na fundação de novos Centros de Mães em países com contextos sociais de baixa disponibilidade financeira para sua construção, iniciando e disseminando campanhas e colaborando com outras instituições para fornecer recursos, além do suporte para transmissão de experiências e de conhecimento. Nessa última parte do capítulo, serão mostrados dois exemplos de criação de Centros de Mães na Argentina e na Bósnia, construídos com o apoio e a solidariedade internacional das mulheres de outros países e com o apoio da organização internacional Mine.

4.3.1 O Centro de Mães e Famílias Villa Independência Suárez, Argentina

A fundação do “Centro de Madres y Familias Villa Independencia Suárez”, em 2007, na província de Buenos Aires, é o resultado da cooperação internacional e do intercâmbio de conhecimento entre mulheres argentinas e alemãs da rede internacional Mine. Sua construção foi financiada por doações privadas de mulheres por meio de campanhas de Centros de Mães Internacionais e por doações de instituições alemãs, como a Embaixada Alemã em Buenos Aires e o Ministério Alemão para Assuntos Exteriores.

O Centro de Madres e Familias Villa Independencia Suárez é o primeiro da América Latina baseado no conceito oficial e vinculado à rede internacional Mine. A justificativa para sua criação seguindo esse conceito, baseado inicialmente em experiências europeias, estava, segundo a própria instituição, na crise de circunstâncias de vida familiar na América Latina, conforme escrito em sua página oficial:

As causas para as mudanças são diferentes, mas as consequências são visíveis: cresce o nível de violência contra mulheres e crianças e o consumo de drogas e existe uma crescente quantidade de mães que criam suas crianças sozinhas. A problemática de AIDS, a falta de acesso à alimentação básica, a falta de água potável e o acesso difícil à educação exigem redes de conhecimentos e de experiências nos níveis comunitários, nacionais e internacionais. Sistemas de apoio como Mine podem ajudar, com seu conceito, a apoiar mães no contexto global, para poder criar seus filhos de maneira sustentável e saudável e para capacitar e fortalecer as mulheres. (Centro de Madres y Familias Bairro Independencia Suárez: 10.10.2013)

O Centro de Madres y Familias de Suárez, comparado com Centros de Mães localizados em realidades sociais de classe média – integrando a classe média baixa com a classe média alta, se diferencia, primeiramente, pela alta disparidade em termos sociodemográficos nos níveis de educação e formação profissional e com índices baixos. Apresentam, também, uma quantidade elevada de mães solteiras (segundo a Tabela sociodemográfica de mulheres de Centros de Mães, 2013 – Apêndice B). Construído a partir de uma ruína em um terreno abandonado pela Igreja Católica, núcleo de um bairro de alta miséria social, além de ter carências básicas – como a falta de água potável, de eletricidade e de pavimentação urbana –, caracteriza-se por ser uma área de risco e, inclusive, de difícil acesso a serviços básicos de emergência, como médicos, polícia, etc. Observando a moradia dessas mulheres é possível ver famílias vivendo em barracos de madeira ou de lata. O próprio Centro de Mães e Famílias indica sua situação social da seguinte maneira:

O lugar está colocado praticamente nos trilhos do trem e o rio que separa a área em duas partes está contaminado com esgoto, lixo e resíduos químicos de indústrias. Os moradores do bairro são trabalhadores pobres, desempregados ou pequenos empregados. Muitas famílias tiram sua renda da coleta e reciclagem de lixo de Buenos Aires. A renda muitas vezes está abaixo do salário mínimo, com um máximo de 400 pesos argentinos (cerca de 300 reais em 2007). O sistema de saúde é deficiente, não existe cuidado social ou cuidado de maiores. A taxa de mortalidade de crianças é alta, muitas se alimentam mal e de forma deficitária. Além disso, têm uma alta taxa de crianças com deficiência. O número de mães-crianças (a partir de 12, 13 anos) é assustador. A maioria não tem formação escolar e/ou profissional, o desemprego de jovens é extremamente alto. Após a finalização da primeira etapa escolar, a maioria dos alunos não tem nenhuma perspectiva de trabalho. (Centro de Madres y Familias Villa Independencia Suarez, 10.10.2013)

Considerando a situação social das mulheres do bairro, o Centro de Madres y Familias de Suárez foi construído a partir das experiências de um grupo inicial de mulheres da vizinhança próxima e de uma representante da rede internacional Mine, além de uma mulher de uma cooperativa de reciclagem com alto conhecimento das circunstâncias de vida das mulheres e famílias do bairro Suárez.

O Centro de Mães e Famílias foi construído em duas etapas, com o objetivo de ganhar a colaboração da vizinhança e traçar estratégias de autoajuda para as mulheres do bairro, considerando que a ajuda externa e de assistência, sem colaboração dos moradores, não funcionava para melhorar as circunstâncias de vida das famílias do bairro. Primeiro, se fundou uma comissão inicial, com mulheres da vizinhança e representantes da igreja – a proprietária da terra –, bem como representantes dos doadores alemães, encontrando-se estes semanalmente para elaborar o planejamento para sua construção e integrando famílias do

bairro para os trabalhos de construção e também de proteção da área de construção. No segundo passo, foi iniciado o processo de construção interna, mantido por um núcleo formado por mulheres da vizinhança e pelas iniciadoras, para elaborar as bases fundamentais para seu funcionamento a partir das experiências e das necessidades das mães e mulheres do bairro. As rodas são mantidas até hoje, e abertas e acessíveis à comunidade, há um espaço central para o intercâmbio, o debate sobre os problemas do bairro e a organização do trabalho.

Como ponto fundamental na iniciação do Centro de Madres y Famílias de Suárez, se pode considerar também a viagem de duas participantes à cidade de Bratislava, em 2006, para a Conferência e Campanha Internacional “*How do we want to raise our children*” [“Como nós queremos criar nossas crianças”], promovida pela organização Mine, que propiciava o intercâmbio e a capacitação de mulheres de Centros de todo o mundo. A solidariedade e a convivência com outros Centros de Mães e Famílias, em parte com realidades similares, forneceram a força inicial para o primeiro ano da fundação na Argentina. Uma das cofundadoras e participante da conferência internacional relata:

Tudo começou com um convite para uma viagem há três anos, que nunca acreditava que iria realizar um dia. Vimos como os Centros de Mães trabalham. Tínhamos que mostrar a nossa realidade, era incrível ver muitas realidades e mostrar a nossa. E a partir deste momento comecei a ver uma esperança e uma bênção para nosso bairro. Porque era isso o que nós precisávamos, um lugar especial e mágico. A partir deste dia até hoje vivemos muitas coisas boas, depois de alguns dificuldades e barreiras, conseguimos converter utopias em realidades. Estamos bem vistas, todos falam da gente, de nossos trabalhos, de nossas posturas. (Relatório Roda de Mulheres, Centro de Madres y Famílias Suárez, 2009)

O relatório mostra como o intercâmbio de conhecimentos e a troca de experiências com mulheres de outros países animou as mulheres argentinas para seu difícil trabalho de construir um Centro de Mães e Famílias com as realidades duras de seu bairro. A história de sua fundação é um exemplo positivo de como o conceito de Centros de Mães pode ser combinado com uma forma de apoio social e também financeiro, baseada na solidariedade e cooperação internacional, e confirma o trabalho da rede internacional Mine.

Ao comparar a participação política das mulheres na província de Buenos Aires com a participação de Centros de Mães europeus, constatou-se que desde o início a política foi uma temática central para as argentinas, especialmente nas rodas semanais das mulheres, espaço principal e regular de troca de experiências entre as mães. Todas as participantes mostraram, inicialmente, uma recusa total à política e principalmente aos partidos políticos. As experiências com a política eram baseadas em decepções vividas com os programas políticos,

os quais nunca chegaram a ser implementados na realidade das mulheres, bem como a convivência com falsas promessas, como indicaram as participantes.

Os resultados dos questionários permitem verificar que 38% das mulheres já haviam tido contato com movimentos sociais e partidos políticos, atuantes em bairros da periferia de Buenos Aires, tais como o “Movimento dos Piqueteros” (movimento social vinculado ao partido da presidente Christina Kirchner) ou outros movimentos peronistas. Outras mulheres estavam envolvidas em atividades da Igreja Católica, que se distanciam de grupo de mulheres com contatos políticos, uma situação que também as separava do Centro de Mães inicialmente.

Observou-se, também, que muitos projetos sociais e de assistência social já existentes na região, mantidos por movimentos sociais ou grupos ligados a partidos políticos, terminavam na cooptação dos moradores para fins partidários. Comprovando esta tese, todas as mulheres do Centro de Madres y Familias admitiam que a assistência social, por meio de organizações de partidos, chegou essencialmente no período das eleições e foi retirada ou não teve continuidade. As fundadoras afirmavam: a compra de voto da população pobre (pelo oferecimento de alimentação e de serviços básicos) é uma prática comum nos bairros da periferia de Buenos Aires por todos os partidos. É importante mencionar esses episódios das mulheres com os partidos e os movimentos políticos nesse contexto, porque significam experiências traumáticas delas com a política.

Para contextualizar o rechaço político total das mulheres argentinas do Centro de Madres Villa Independencia Suarez na fase inicial da criação, é preciso mencionar, ademais, o choque da população argentina com o colapso financeiro, econômico e social nos anos 2001-2002, cujos resultados sociais se notaram mais gravemente nos bairros pobres, acrescentando a pobreza e polarizando ainda mais a situação social e a desconfiança política. Por outro lado, se pode notar que com a crise econômica e social surgiam movimentos na região dos bairros da periferia, que procuravam novas formas e iniciativas de autoajuda (como, por exemplo, o movimento das fábricas recuperadas e as fundações de cooperativas nos empreendimentos vazios de grandes empresas multinacionais, que se retiraram da Argentina durante a crise). Nesse contexto, o conceito de Centros de Mães, com sua pauta de autoajuda, espaço autodeterminado, não partidário e o encontro aberto sem discriminação e acessível às crianças se adequava ao momento e às circunstâncias das mulheres-mães do bairro.

A partir da percepção dos problemas com a política vividos pelas mulheres do Centro de Madres inicialmente, constatou-se como as relações entre o Centro e os políticos da

municipalidade se consolidaram ao longo dos últimos seis anos: Pode se verificar que ele ajudou a pacificar as barreiras mais duras que evitavam o diálogo entre o governo e os moradores do bairro. Há que se considerar, ademais, um novo reconhecimento do governo sobre a precariedade e a marginalização social da população na periferia de Buenos Aires, o que foi negado pelos governos anteriores. No momento de interesse do governo, na renovação de infraestrutura a municipalidade (por meio da Câmara de Comércio), este encontrou no Centro de Mães um colaborador para sua atuação no bairro, com função de “construção de pontes comunicativas” (Centro de Madres y Familias Suárez, 2013) com a população.

O que diferencia esse novo contato entre a política e o Centro de Mães das relações anteriores entre a sociedade civil e o governo é a defesa das mulheres do Centro de sua própria autodeterminação e de suas reivindicações para uma participação igualitária e o reconhecimento delas como especialistas do dia a dia sobre as necessidades de seu bairro. Especialmente as ações múltiplas das mães jovens, que levaram a mudanças fundamentais do bairro: a iniciação de petições; a realização de manifestações vinculadas às campanhas internacionais de Centros de Mães Internacionais; a construção de novas redes com outras instituições como a igreja, as escolas públicas do município, a Universidade Pública da região de San Martín e com representantes políticos de diferentes ministérios. O trabalho do Centro ganhou em popularidade e em reconhecimento.

Uma mulher do Centro de Mães, em depoimento para o relatório anual sobre uma das ações públicas da fase inicial, a primeira manifestação das mulheres com suas crianças, vinculada à manifestação internacional “Miles para Mães”, em 2008, conta:

Nós, o Centro de Mães e Famílias de León José de Suárez (Província de Buenos Aires), realizamos uma caminhada de grande repercussão para chamar a atenção de nossos vizinhos para o Centro e para convidá-los para nossos encontros e atividades. Depois da mobilização de todas as nossas crianças, saímos no domingo passado pouco antes do meio-dia com nossos tambores para parar em lugares diferentes do bairro e tocamos compassos com nossos instrumentos. Ademais, faz um mês que um grupo se dedicou a fazer “colagens” com o lema “O que eu quero para o meu bairro?”. Nossas principais necessidades são água limpa, electricidade, o direito a uma moradia digna e a limpeza do rio que passa por nosso bairro, contaminado com lixo, materiais fecais e substâncias químicas. Ademais, pedimos boa educação e formação para crianças, jovens e adultos[...]. A caminhada nos trazia pelos caminhos de terra do bairro até o terreno da escola, onde a imprensa local nos esperou e realizamos uma pequena manifestação na praça. No final, realizamos grande rufar de tambores no principal acesso à autoestrada, onde instalamos nossos cartazes e entregamos os programas aos chofers dos carros que pararam no semáforo. Cansado da caminhada e de tocar os tambores, o grupo chegou à sala grande de atividades do Centro, onde nos convidaram para comer pizzas caseiras e suco. Resumindo - uma ação coletiva com êxito no sol de outono. (Relatório, Centro de Madres y Familias Suárez, 2008)

Como resultado das atividades públicas das mulheres, principalmente pela presença ativa de mães jovens junto a suas crianças, se iniciou uma colaboração com a Câmara de Comércio, instituindo uma mesa redonda com o objetivo de trazer melhorias ao bairro, o que causou modificações consideráveis: limpeza do rio contaminado (causa de várias inundações no bairro), pavimentação das ruas, implementação de uma estação de segurança policial – exigida pelas próprias mães para uma proteção melhor das ruas, que eram lugares livres para qualquer tipo de violência –, construção de uma linha de ônibus e o início de um projeto de urbanização que inclui a criação de um parque público para as famílias e crianças.

O Centro de Madres y Familias de Suárez é um exemplo de agrupamento de mulheres, antes totalmente marginalizadas, que alcançam um nível de importância e consideração de suas opiniões, bem como novas possibilidades de participação política por meio de sua participação, que tem em comum com muitos outros o processo interno das mulheres de se autorreconhecerem como cidadãs ativas com direitos a participação e o processo interno de capacitação das mulheres, que causa um crescimento de autoestima e confiança para se confrontar com as autoridades públicas e políticas. Os Centros de Mães oferecem um lugar de proteção que facilita o exercício de processos democráticos e que fortalece a sociedade civil de baixo para cima.

Assim, os Centros de Mães apoiam as mulheres, pondo em prática o lema de que ninguém consegue nada somente indo a encontros ou reuniões com autoridades públicas, mas estando sempre em grupo, para garantir um suporte mútuo em situações e discussões difíceis. Como já visto nos casos de outros Centros de Mães estudados nesta pesquisa, os primeiros encontros em mesas redondas de especialistas, ou em grêmios, são vividos pelas mulheres de forma insegura, por entrarem em um novo mundo de negociação e de representação, estranhando seus novos papéis como participantes entre iguais, frente a profissionais e políticas. No caso argentino, é preciso mencionar as altas barreiras, representadas pela baixa formação básica, *status* social e a marginalização que as mulheres do Centro viviam, assim como o grande passo que elas deram, em grupo, para a melhora de seu bairro.

Comparando os resultados dos questionários das mulheres argentinas, podemos constatar que elas mostram uma alta participação política por meio do Centro de Mães, baseado em seu grande envolvimento político e social no bairro e na colaboração política pela participação em atividades políticas, em mesas redondas com a municipalidade e ministérios (Tabela de participação política de mulheres de Centros de Mães, 2013 – Apêndice B). Entre

as participantes há, ainda, uma mulher que se candidatou para o Conselho Municipal. Ademais, as mulheres concordam que o Centro de Mães e Famílias, além de ter mudado a vizinhança, contribui para elevar o interesse em temáticas políticas e sociais e para sua participação política, como o trabalho em mesas redondas do município. Os resultados confirmam a alta conscientização política das mulheres e a mudança de valores e normas das participantes (tanto mães como crianças) pela convivência no Centro.

4.3.2 Os Centros de Mães da Bósnia

Um segundo exemplo de solidariedade e colaboração internacional na fundação de novos Centros em países com baixa disponibilidade de recursos é o caso dos Centros de Mães da Bósnia. Eles foram fundados a partir da iniciativa de uma mulher, exilada na Alemanha durante a Guerra Civil da Bósnia (1992-1995), e participante do Centro de Mães em Stuttgart durante vários anos, que começou a construir pontes entre os dois países, ao voltar para a Bósnia após a guerra.

Atualmente existem cinco deles na Bósnia, construídos com o apoio internacional dos Centros de Mães Internacionais e a ajuda financeira das fundações alemãs “Robert Bosch” e “Heidenhof”. A partir de 2001, os primeiros Centros de Mães foram registrados e oficialmente reconhecidos como associação civil por parte do governo. Pelo suporte e pela transmissão de conhecimento por treinamentos pela fundadora foi também possível criar dois deles para mulheres romenas, que vivem em situação ainda mais difícil no contexto do país.

Os Centros de Mães da Bósnia não recebem ajuda financeira do governo por causa da falta de recursos gerais, situação comum em todas as organizações do país, como indica a fundadora: *“Não recebemos nada. Nosso país é totalmente pobre, eles não têm dinheiro para ajudar, cada um luta para si mesmo. Nosso centro é a única organização com espaço próprio.”* (Entrevista de profundidade via internet, São Paulo, 3.10.2013. Manuela Stein).

Como a fundadora relata, a ajuda internacional disponibilizou os recursos para a compra dos espaços dos primeiros Centros de Mães e, com isso, foram resolvidos 80% dos problemas financeiros totais para o seu funcionamento. Para cobrir o restante dos custos, as participantes criaram, como as mulheres em Suárez, Argentina, micronegócios, como um salão de cabeleireiro (compartilhando a renda em 40% para o Centro e 60% para as mulheres que trabalham), ou vendas de alimentos como saladas de inverno, marmelada, bem como o

oferecimento para cuidar de crianças a um preço acessível para a comunidade (por exemplo, um euro por duas horas).

A respeito da situação social das mulheres da Bósnia que frequentam os Centros de Mães, a maioria delas está sem trabalho, mas muitas vezes o marido trabalha, e, portanto, não são necessariamente mulheres de famílias pobres. Os problemas políticos, econômicos e sociais na Bósnia são estruturais e resultado dos anos de guerra, com reflexo nos preços de aluguel e de alimentos, desproporcionais à renda média da população (150 euros mensais). A fundadora dos primeiros Centros de Mães da Bósnia relata sobre seu início na época do pós-guerra, após o ano 2000:

Antes da guerra a minha cidade era uma cidade bonita, com três rios, casas e uma indústria de madeira com 16000 empregados. Quando voltei após a guerra, em 2000, tudo estava destruído, os meus amigos não estavam mais, se mudaram para outros lugares do mundo, alguns morreram, e eu tinha que começar desde o começo. Foi muito difícil para mim, sem trabalho. Meu marido ainda está desempregado, depois de 14 anos. Eu corri risco e abri uma loja de roupas, assim ganho meu dinheiro.

Eu falei com mulheres de distintas religiões, nós tínhamos uma guerra de religiões. Em nosso Centro eram mulheres católicas, ortodoxas e muçulmanas, com crenças distintas. No Centro não falamos sobre política, somente sobre problemas do dia a dia. Até hoje é assim. Em 13 anos só falamos como podemos tratar de nossas crianças. [...] É essa a política pela qual lutamos. Tudo o que tem a ver com nossos direitos, isso não significa que não nos mexemos na política. (Entrevista de profundidade via internet, São Paulo, 3.10.2013. Manuela Stein)

Como nos mostra o relatório, o enfoque principal dos primeiros Centros de Mães na Bósnia foi construir um espaço livre de discriminações religiosas, que foram a causa da Guerra Civil. Não se envolver com a política significava não se indentificar com a política contra as religiões e concentrar-se na defesa dos direitos das mulheres em geral. Por exemplo, lutar contra a violência na família exercida pelos homens contra as mulheres, uma problemática central na Bósnia. Como as mulheres relatam: *“homens batem nas mulheres e nas crianças e quando as mulheres não ganham nada, elas têm medo de falar algo e sofrem o tempo inteiro. Ele faz o que quer e as crianças estão com medo também e não podem falar nada.”* (Entrevista de profundidade via internet, São Paulo, 3.10.2013. Manuela Stein).

O Centro de Mães acaba por oferecer também um espaço de proteção para as mulheres, com telefone de emergência e possibilidade de acomodação delas em local seguro em situações de violência. Ademais, fortalecem as mulheres em seus direitos e tentam tornar as problemáticas que as atingem públicas: elas participaram em manifestações internacionais dos Centros de Mães Internacionais, como na ação internacional iniciada pelas mulheres eslovas *Move the Pram* [“Movimento o carrinho”], em 2006, colocando a temática da

violência nas famílias na sua agenda. Perguntada sobre o papel político dos Centros, a fundadora responde:

Nós sempre damos um passo mais a frente. [...] Aqui as mulheres não têm tantos direitos, somente no papel. Aqui ocupam sempre os homens as primeiras vagas, nos conselhos municipais, etc. Nós mostramos que estamos fortes. Agora nós temos cinco mulheres no conselho municipal, também pelo Centro de Mães. (Entrevista de profundida via internet, São Paulo, 3.10.2013. Manuela Stein)

A partir da análise da participação política dos Centros de Mães da Bósnia, podemos perceber seu importante impacto na situação social e política das mulheres, que carecem de alternativas para elas próprias e para suas crianças. Dentro desse contexto difícil, as mulheres dos Centros criaram soluções de autoajuda, além da formação de micronegócios, a fundação de um grupo de crédito, dividido em dois *Saving Groups*, com dez mulheres em cada grupo. A economia não é grande (2500 euros de economia comum em sete anos), mas as mulheres conseguem, assim, dar-se apoio e distribuir pequenos créditos para quem necessita.

Pela conscientização das mulheres sobre seus direitos políticos e sociais, os Centros contribuíram para colocar as primeiras mulheres no Conselho Municipal, em um contexto político altamente dominado por homens, considerando também o alto índice de violência contra mulheres e crianças. Esse é outro exemplo de como elas, por iniciativa própria e a partir de estratégias de autoajuda, criam espaços que fortalecem o exercício da cidadania e favorecem sua participação política em sociedades desprovidas de recursos. Nesse contexto, os Centros contribuíram para mudar valores e normas enraizadas, que dificultavam a convivência democrática na comunidade, criando um espaço protegido que funciona como uma escola para o exercício de convivência democrática também em contextos de alta diversidade social e política.

Ao comparar os resultados da pesquisa com a literatura, constata-se que os Centros de Mães constituem espaços de produção de ações coletivas e de Capital Social. Eles promovem atitudes cívicas, nos âmbitos individual e comunitário, e ajudam a construir pontes entre as comunidades com temáticas e interesses comuns. Ao integrar a crítica de Welzel, Inglehart e Deutsch (2005) de que nem todas as associações voluntárias são necessariamente cívicas, podemos reafirmar o caráter cívico e democrático dos Centros de Mães, como instituições que integram e vivem processos democráticos em suas estruturas internas e externas. Por isso, eles geram efeitos psicológicos individuais e atitudes como a “confiança interpessoal” em suas participantes, estimulando as integrantes para ações coletivas pacíficas e animando-as a favor

da cooperação e participação. É importante destacar a contribuição da organização internacional Mine como um instrumento de fortalecimento da cooperação internacional e também, para a transmissão de valores e normas favoráveis ao funcionamento de Centros de Mães como instituições cívicas e espaços de criação de Capital Social por meio de suas pautas a-hierárquicas e democráticas.

CONCLUSÕES

Os casos analisados nos Centros de Mães dos sete países investigados permitiram constatar, entre outros aspectos, que eles são espaços integrativos e escolas de exercício democrático e de participação política, atuando a favor de uma cidadania mais ativa e participativa. Essa é a principal conclusão deste estudo.

Após haver integrado um marco teórico amplo sobre a participação política e as novas formas e possibilidades de participação, os resultados da pesquisa confirmam que os Centros de Mães são lugares de produção de Capital Social, pois fortalecem a sociedade civil nas comunidades ao criar incentivos para que suas integrantes busquem integrar-se ativamente na elaboração de respostas sociais e políticas, a partir de suas próprias experiências.

Os Centros de Mães ajudam a articular essas demandas sociais e políticas, definidas por suas participantes nos encontros abertos e na convivência entre elas, elaborando suas próprias soluções para desafios contemporâneos nas comunidades. Contribuem – sendo produtos de uma ampla diversidade de mulheres, principalmente de mulheres-mães, e também integrando toda a família e outras gerações –, com suas experiências práticas do dia a dia, para construir conhecimentos feitos na prática social e profundamente com as comunidades e a vizinhança local.

Como visto, podem ser associações que atuam na elaboração de políticas públicas eficientes, dependendo das próprias estruturas internas e das relações com as entidades políticas e os governos locais. Neste trabalho, foram apresentados exemplos de Centros de Mães que mostraram uma maior participação política de suas integrantes, ocorrendo esta, geralmente, nos menores deles, por isso mais fáceis de serem coordenados, ou Centros e redes grandes e mais complexas, nas quais é mais desafiador manter uma participação das mulheres na própria estrutura. Os resultados mostraram também que a participação política surgia, em todos os casos, em situações nas quais as mulheres não encontraram respostas sociais e políticas adequadas para suas necessidades naquele momento. Nossos casos tinham em comum o fato de serem as mães e mulheres que procuravam a comunidade para encontrar soluções de “autoajuda” e que se envolveram nela ativamente.

Ao analisar a participação política, percebeu-se que os graus desta dependiam, em primeiro lugar, da aceitação política geral pelos governos locais, a favor de participação das mulheres na elaboração de agendas políticas. Os relatórios mostraram que em todos os casos

havia uma ampla luta das mulheres diante dos poderes políticos para serem, como elas mesmas frequentemente falaram, reconhecidas como “especialistas do dia a dia” em suas comunidades. Notou-se, também, que os Centros de Mães que conseguiram uma participação política mais institucionalizada, pela participação em fóruns de tomada de decisões políticas, conselhos políticos ou rodas de expertos, contribuíram positivamente para as políticas locais, nacionais e internacionais ao direcionar e elaborar políticas públicas. Assim, elas efetuaram uma representação de mulheres, de famílias e de crianças, incluindo demandas políticas e sociais de grupos e identidades sociais da sociedade que muitas vezes permanecem às margens nos processos decisórios. Observou-se, também, que eles têm uma função de integração social na comunidade que permite pacificar confrontos sociais num espaço protegido, antes de levar novas demandas e soluções a níveis políticos superiores.

Um segundo parâmetro que influenciou a participação política e um efetivo trabalho das representantes das mulheres de Centros de Mães, pensando especificamente no trabalho de coordenação e em rede, foram os recursos de tempo e financeiros. Os exemplos de casos mostraram que, nos países que apoiaram seu trabalho por meio do fornecimento de recursos, os Centros podiam oferecer uma participação mais ampla na política e também na articulação entre eles próprios e as integrantes. Ao contrário, aquelas redes que já contavam com estruturas mais complexas e quantidades mais elevadas de Centros careciam de recursos e tinham mais dificuldade de manter atividades de participação política.

Notou-se, ainda, que a própria qualidade de integração da organização e da coordenação dos Centros de Mães e das redes nos distintos países é outro parâmetro que influencia a própria participação das mulheres, além de serem somente consumidoras de serviços oferecidos neles. Os resultados confirmam que a realização das pautas oficiais de seu conceito – o encontro aberto, não discriminado, autodeterminado e não partidário, a integração e a participação ativa das visitantes – favorece a participação política das integrantes.

Na comparação entre os países, resultou que a organização dos Centros de Mães em cada país é diferente, determinada pelos contextos históricos, institucionais e culturais diferentes, especialmente a cultura política distinta e também os distintos estilos de organização e coordenação de trabalhos. Ademais, percebeu-se que as percepções sobre a participação política e as opiniões sobre as relações com os governos diferem entre as mulheres dos Centros de Mães de cada país. Ao analisar essas diferenças, conclui-se que nesse ponto será um grande desafio construir estratégias políticas comuns entre os Centros de

Mães Internacionais, considerando que a rede Internacional de Centros de Mães está buscando intensificar a colaboração entre os países, especialmente na União Europeia, e ampliar as cooperações internacionais.

Com respeito à participação política em geral, os exemplos das mulheres de Centros de Mães e os resultados da pesquisa animam a continuar acreditando em projetos de participação política ampla de cidadãs ativas, colocando em cheque um entendimento sobre a política como um campo exclusivo de profissionais e de especialistas tecnocráticas. Movimentos sociais que se institucionalizam como os Centros de Mães estão formando novos estilos de participação e enriquecendo experiências sobre as possibilidades de participação política em várias formas e níveis, legitimando, assim, os projetos democráticos e ampliando a agenda pública com a inclusão de representações diversas. Enfim, os exemplos das mulheres que participaram nesta pesquisa mostram a necessidade de integrar os cidadãos nos projetos políticos para evitar o distanciamento, inclusive o rechaço “da política”. Por outro lado, integrar os conhecimentos diversos da sociedade permite elaborar políticas mais eficientes e sustentáveis para as novas realidades sociais, cada vez mais complexas e múltiplas.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Lúcia. *Mulher e política: O mito da igualdade*. Social Democracia Brasileira: março de 2002.

CASTRO, H. C.; NOVAES, P. Representação e distância na política contemporânea. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 1, 2009.

COLEMAN, James Samuel. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

BORBA, Julian. Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, mai./ago. 2012.

CENTRO DE MADRES Y FAMILIAS BAIRO INDEPENDENCIA. Disponível em: <http://www.centro-madres-aires.org/>. Acesso em: 10 out. 2013.

COLEMAN, James Samuel. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

DAHL, Robert A. *Polyarchy*. Participation and Opposition. New Haven/London: Yale University Press, 1971.

DAVIES, Deidre e DODD, Jenny. Qualitative Research and the Question of Rigor: Qualitative Health Research, 2002.

EKIZ-DACHVERBAND (Dachverband der Unabhängigen Eltern-Kind Zentren). Disponível em: <http://www.ekiz-dachverband.at/>. Acesso em: 10 set. 2013.

HOLLAND-CUNZ, Barbara. Demokratie-StaatsbürgerInnenschaft-Partizipation. In: SIEGLINDE, Rosenberger; SAUER, Birgit. *Politikwissenschaft und Geschlecht*. Wien: Universität Wien, 2004.

JAECKEL, Monicka. *Spreading like Wildfire*. The development of Mother Centers into a global movement. Netherlands: Bernard van Leer Foundation, 2007.

LAUX, Andrea. *Local Governance from the Bottom Up: Bringing the Habitat Agenda Home*. Bangalore: Mine, 2000.

KATZ, Robert *Democracy and elections*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

KREISKY, Eva. Geschlecht als politische und politikwissenschaftliche kategorie. In: SIEGLINDE, Rosenberger; SAUER Birgit. *Politikwissenschaft und Geschlecht*. Wien: Universität Wien, 2004.

LANG, Sabine. Politik-Öffentlichkeit-Privatheit. In: SIEGLINDE, Rosenberger; SAUER Birgit. *Politikwissenschaft und Geschlecht*. Wien: Universität Wien, 2004.

LENZ, Ilse (Org.). *Die Neue Frauenbewegung in Deutschland*. Abschied vom kleinen Unterschied. Eine Quellensammlung. 2., aktualisierte Auflage. VS Verlag für Sozialwissenschaften. Springer Fachmedien Wiesbaden GmbH, 2010.

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method. *American Political Science Review*, v. 65, n. 3, p. 682-693, 1971.

LÜCHMANN, L. H. Associações, participação e representação: combinações e tensões. *Lua Nova*, São Paulo, v. 84, p. 141-174, 2011.

MANIN, B. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 161-238.

MIGUEL, L. F. Representação política em 3D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política. *RBCS*, v. 18, n. 51, 2003.

MINE – Mothers Centers International Network for Empowerment: facilitating cooperation and exchange in more than 1000 mother centers in 22 countries. Disponível em: www.mine.cc. Acesso em: 29 out. 2013.

MÜTTERFORUM BADEN-WÜRTTEMBERG e.V. *Weitblick 2/2012*. Baden- Württemberg: Mütterforum Baden-Württemberg, 2012. p. 2-15.

NAVARRO, Marcos. O debate contemporâneo sobre a representação política. *Novos Estudos*, n. 42, julho de 1995.

NEGRONI, Andrés: "Cómo llegamos aquí?", Buenos Aires (2008).

NEWTON, Kenneth; GIEBLER, Heiko. *Patterns of participation. political and social participation en 22 nations*. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, 2008.

NOHLEN, Dieter. *Kleines Lexikon der Politik*. München: Verlag C. H. Beck oHG, 2003.

NORRIS, P. *Democratic Phoenix reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

O'DONNELL, Guillermo Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova*, n. 44, 1998.

OLIVEIRA, Sonale. Diretas já! Um movimento social híbrido. *REVISTA DEBATES*, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 129-143, set.-dez. 2012.

PHILLIPS, A. *The politics of Presence: the political representation of gender, ethnicity and race*. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 27-56 e 146-165.

PITCH, Tamar. Tess y yo: la diferencia y las desigualdades en la diferencia. In: BIRGIN, Haydè Birgin y KOHEN Beatriz (compiladoras). *Acceso a la justicia como garantía de igualdad*. Instituciones, actores, y experiencias comparadas. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.

PITKIN, H. F. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967. p. 38-144 e 190-240.

PIZZORNO, A. *et al.* Participación y cambio social en la problemática contemporánea. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1975. p. 13-82.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia*. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REDE NACIONAL DE CENTROS DE MÃES CHECAS. *Informativo Anual* (Sít Materskych Center: Vyrocni zprava 2011), p. 28-31, 2011.

RENNÓ, Lúcio R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. VII, n. 1, p. 33-59, 2001.

_____. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 71-82, nov. 2003.

ROSENBERGER, Sieglinde; SAUER, Birgit. *Politikwissenschaft und Geschlecht*. Wien: Universität Wien, 2004.

RUEDIN, D. *Testing Milbrath's 1965 framework of political participation: Institutions and Social Capital*. University of Oxford: CISS, December 2007.

SARTORI, G. *La Democracia em treinta lecciones*. Buenos Aires: Taurus, 2009. p. 13-144.

SAUER, Birgit. Staat-Institutionen-Governance. In: SIEGLINDE, Rosenberger; SAUER, Birgit. *Politikwissenschaft und Geschlecht*. Wien: Universität Wien, 2004.

SCHOOSS, Hildegard. Mütterzentren. In: LENZ, Ilse. *Die Neue Frauenbewegung in Deutschland*. Wiesbaden: Springer Fachmedien, 2010.

SCOTT, Joan. Género: uma categoria útil para análise histórica. 1997. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/GCapítulo1.doc%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> . Acesso em: 14 fev. 2014.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 216, janeiro-abril/2005.

WELZEL, Christian; INGLEHART, Ronald; DEUTSCH, Franziska. Social Capital, Voluntary Associations and Collective Action: which aspects of Social Capital have the greatest 'Civic' payoff? *Journal of Civil Society*, v. 1, n. 2, p. 121-146, September 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabelas

Tabela 1: Participação Política de mulheres de Centros de Mães (por país)⁷					
Países	Áustria	Alemanha	República Tcheca	Hungria	Argentina
Número total de mulheres entrevistadas por país	21	30	10	10	8
1. Participação em eleições (como eleitores)	71%	90%	70%	20%	25%
2. Participação em partido político (ou movimento social)		13%	10%		38%
3. Participação em associação civil	5%	40%	10%	40%	25%
4. Participação em atividades políticas (manifestações, petições, reuniões)	14%	27%			
5. Participação política através de atividades de Centros de Mães	19%	43%	20%	60%	38%
5.1 Representações em eventos públicos (discussões, seminários)		20%			
5.2 Manifestações, petições	9,5%	20%		50%	25%
5.3 mesas redondas e conselhos políticos		17%	20%		13%
6. Percepção de mudanças pessoais e da comunidade no interesse político					
6.1 Percepção de mudanças pessoais no interesse político		43%	40%	40%	75%
6.2 Percepção de mudança da vizinhança	43%	73%	60%	50%	63%
6.3 Interesse internacional (através de Centro de Mães)	24%	60%	20%	100%	50%

Fonte: Dados originais da pesquisa.

⁷ A desproporção nos números de mulheres dos Centros de Mães entre os países se deve à participação desigual das mulheres destes centros nos questionários. Foi exigida uma participação mínima de 10 mulheres por país. O número elevado das participantes da Alemanha e da Áustria se deve à alta participação voluntária das mulheres desses países e à distribuição ativa dos questionários, por parte de suas coordenadoras. Decidimos integrar todos os questionários para elevar o número de casos e para não excluir respostas importantes. O número mais baixo de oito participantes do Centro de Mães na Argentina se explica devido a existência de somente um Centro de Mães naquele país, considerando que todas as mulheres do grupo principal responderam aos questionários. Na Hungria participou o único Centro de Mães do país com a participação do grupo principal do centro. Considerando estas diferenças consideramos que a própria participação das mulheres é um índice para a participação política, o envolvimento das mulheres em seus Centros de Mães e o seu interesse público delas nos países distintos. Os Centros de Mães na Eslováquia e Bosnia não responderam aos questionários, conforme informado no capítulo 3 (página 40).

Tabela 2: Perfil Sócio Demográfico das mulheres de Centros de Mães (por país)

Países		Áustria	Alemanha	República Tcheca	Hungria	Argentina
Número total de entrevistadas		21	30	10	10	8
Mulheres por país						
Subgrupos etários	21-25 anos	14%	3%			50%
	26-30 anos	14%	17%	20%		25%
	31-35 anos	38%	13%	50%	40%	
	36-40 anos	24%	13%	30%	50%	12,5%
	41-50 anos	5%	27%		10%	
	50+ anos	5%	27%			12,5%
Situação conjugal	Casada/União Consensual	95%	23%	100%	70%	50%
	Solteira	5%	77%		30%	50%
Número de filhos	1 filho	43%	23%	40%	60%	50%
	2 filhos	48%	40%	30%	40%	25%
	3 filhos +	10%	20%	30%		25%
	sem filhos		17%			
Nível Educacional	Ensino Fundamental	19%	23%	20%		62%
	Ensino Médio	24%	40%	20%	10%	25%
	Formação Superior (Técnica ou Universitária)	57%	30%	60%	90%	
Ocupação	Trabalhando (50% ou 100%)	29%	73%	60%	80%	50%
	Não-Trabalhando	62%	17%	40%	10%	37%
	Em licença de maternidade	5%	3%	10%	10%	

Fonte: Dados originais da pesquisa.

APÊNDICE B – Questionário

Questionnaire for the Participants of International Mother's Centers and Possibilities for Public Involvement

1. How did you find out about your Mother's Center? Newspaper, friends, government publicity, word of mouth?

2. Is your Mother's Center financed by the local or national government? Yes/No

3. Is your Mother's Center regularly represented in public events? Yes/No

If so, which ones?

Activities like "Coffee + Childcare for Everyone" ___

Events on Family Issues ___

Social-political Expositions ___

4. Have you have had the opportunity to participate in public events (like petitions, demonstrations, forums, political or social events), related to your Mother's Center?

Yes/No

If so, which one(s)? _____

5. Are you and your Mother's Center interested in international issues? Yes/no

If so, which one(s)? _____

6. How are you involved in public or political activities?

I participate regularly in public elections ___

I am a member of an active political party ___

I participate in civil organizations, (if so, in which ones?) _____

I participate in political and/ or social activities, for example: _____

7. Would you say that your interest in political and public issues has changed because of your participation with your Mother's Center?

Yes/No

If so, how? _____

8. Do you feel that the political agenda concerns itself with the interests of women and children?

In your opinion, what is missing (from your Mother's Center) (You're your government's involvement)? _____

9. Do you feel your neighborhood has changed because of the local Mother's Center?

Yes/No

If so, in which ways?

How old are you? ____

How many children do you have? ____

Are you married? Yes/No

Are you a single parent? Yes/No

Nationality: _____

What type of area do you live in? (city, suburbs, small town) _____

In what year did you begin your participation with the Mother's Center? _____

Thank you very much for your participation!